

Análise da Evolução Recente do Setor das Pescas nos Açores

Dissertação de Mestrado

Rodolfo Marques dos Santos

Mestrado em

Gestão de Empresas (MBA)



Análise da Evolução Recente do Setor das Pescas nos Açores

Dissertação de Mestrado

Rodolfo Marques dos Santos

Orientadores

Prof. Doutor Flávio Gomes Borges Tiago

Prof. Doutor João Pedro Almeida Couto

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Gestão de Empresas (MBA)



Resumo

O setor das pescas nos Açores é uma das principais fontes de exploração do mar, representando uma importante fonte de rendimentos com grande impacto social e económico, e que funciona também como fonte de alimentação saudável, criadora de emprego e fixadora de comunidades.

Nos Açores, este setor diferencia-se de outras comunidades piscatórias pelo seu aspeto geomorfológico, escassez de bancos de pesca artesanais e distância aos principais mercados, o que reforça a necessidade de uma pesca responsável e sustentável. A sua comercialização é um processo complexo devido às características perecíveis do produto, com um grande número de intermediários e de fluxos biológicos que intervêm na instabilidade do mercado da oferta e procura de pescado fresco.

Em 2016, o total de pescado descarregado na Região foi na ordem das 6.5 mil toneladas, correspondendo a 25.9 milhões de euros, sendo a média dos anteriores seis anos de 13.2 mil toneladas e 34 milhões de euros, pelo que 2016 se apresentou, tal como 2015, um ano mau para o setor.

Neste contexto, a presente dissertação de mestrado pretende descrever e analisar a situação do setor das pescas nos Açores, a partir de dados públicos e estudos científicos, e posicionar os Açores no fluxo internacional do comércio de pescado, através de estatísticas pesqueiras mundiais. Com a informação disponível e analisada num *software* de *big data*, determinou-se a evolução de 2010 a 2016 das descargas nas lotas dos Açores, em termos de

valor, peso, preço médio, por ano, mês e dia, ao grupo de espécies e à espécie, e fez-se uma análise ainda mais pormenorizada em espécies valorizadas economicamente e culturalmente na Região.

Os resultados obtidos ajudam a conhecer pormenorizadamente as descargas na lota, podendo ser importante no controlo de *stocks* de peixe, na melhoria do processo da primeira venda de pescado e na adaptação às condições específicas de cada lota. Apresenta-se também uma análise ao setor baseada em entrevistas aos intervenientes na pesca, com os pontos fortes e fracos, e apontando para as oportunidades e ameaças do setor.

Palavras-chave: Pesca, Açores, Descargas em Lota, Comércio Internacional.

Abstract

The fishing sector in the Azores is one of the main sources of exploitation of the sea, representing an important source of income with great social and economic impact, which also works as a source of healthy food, creating employment and establishing communities.

In the Azores, this sector differs from other fishing communities because of its geomorphological aspect, scarcity of artisanal fishing banks and distance to the main markets, which reinforces the need for responsible and sustainable fishing. Its commercialization is a complex process due to the perishable characteristics of the product, with many intermediates and biological flows that intervene in the market instability of the supply and demand of fresh fish.

In 2016, the total of fish discharged in the Region was in the order of 6.5 thousand tons, corresponding to 25.9 million euros, the average of the previous six years being 13.2 thousand tons and 34 million euros, reason why 2016 presented itself, like 2015, a bad year for the sector.

In this context, this Master's dissertation aims to describe and analyze the situation of the fisheries sector in the Azores, based on public data and scientific studies, and position the Azores in the international flow of fish trade through world fishery statistics. With the information available and analyzed in a big-data software, the evolution from 2010 to 2016 of the discharges in the Azores auctions was determined, in terms of value, weight, average price, per year, month and day, to the group of species and to the species,

and an even more detailed analysis was done on species economically and culturally valued in the Region.

The results obtained help to know in detail the discharges at the fish market, being important in the control of fish stocks, in the improvement of the process of the first sale of fish and in the adaptation to the specific conditions of each fish market. It also presents an analysis to the sector based on interviews with stakeholders in fishing, with the strengths and weaknesses, and pointing to the opportunities and threats of the sector.

Keywords: Fisheries, Azores, Fish Market Discharges, International Trade.

*Aos que não se separam do mar,
a quem está a um mar de distância,
aos que o mar me juntou,
e àqueles que nos guiam no mar.*

Agradecimentos

Aos meus orientadores, Professor Doutor Flávio Gomes Borges Tiago e Professor Doutor João Pedro Almeida Couto, que me deram a oportunidade fazer esta dissertação, que me acompanharam e apoiaram ao longo deste trabalho.

À Lotaçor, na pessoa de Dr. Rúben Farias e Dr. Fernando Leite, que disponibilizaram os dados usados na análise feita ao setor das pescas nos Açores.

Aos que se mostraram disponíveis para responder a questões do interesse do setor, nomeadamente ao Diretor Regional das Pescas Luis Rodrigues, Dra. Cíntia Machado na qualidade de Administradora da Lotaçor, aos presidentes da Federação das Pescas dos Açores, da Associação de Comerciantes do Pescado dos Açores e Associação de Pescadores Graciosenses, à Azorfisk e ao Sr. Manuel Moniz.

Um agradecimento em forma de gratidão a todos os pescadores dos Açores e aos restantes que fazem parte da fileira da pesca. Com eles, aprendo e melho todos os dias.

A todas as pessoas com as quais tenho contactado ao longo da minha vida profissional. Esse caminho, tal como o mar, é para os mais destemidos e sei que todos os desafios a mim colocados terão a sua razão.

Aos colegas da última fila das aulas do MBA. Guilherme, Nuno, Rodrigo e Bruno.

A quem deixei para vir para os Açores, pais e irmão. Por tudo.

E à Andreia. Por ser o meu porto de abrigo e por me deixar ser o dela.

Índice

Resumo	3
Abstract.....	5
Agradecimentos	8
Lista das tabelas.....	12
Lista de Figuras	13
Lista das Abreviaturas	18
1 Introdução.....	20
1.1 Aspetos Gerais da Comercialização de Pescado nos Açores.....	20
1.1.1 A Região	20
1.1.2 Zona Económica Exclusiva	22
1.1.3 Pesca nos Açores	22
1.2 Normas de Referência das Pescas nos Açores.....	25
1.2.1 Política Comum de Pescas na UE	26
1.2.2 Legislação Regional	30
1.3 Estrutura Organizacional das Pescas	31
1.3.1 Sistema Nacional das Pescas	31
1.3.2 Sistema Regional das Pescas	33
2 Objetivo da Dissertação e Metodologia	36
2.1 Objetivo do Trabalho	36
2.2 Metodologia de Trabalho.....	36
2.2.1 Fontes de informação.....	37
2.2.2 Anos de Referência do Estudo e Nível Geográfico.....	38
3 Estado Atual da Comercialização e Consumo de Produtos Píscolas	39

	10
3.1 Comercialização Mundial de Produtos Piscícolas	39
3.1.1 Produção Mundial de Pescado.....	40
3.1.2 Comércio Internacional de Peixe.....	48
3.1.3 Comercialização das Principais Espécies	51
3.1.4 Emprego no Setor das Pescas	59
3.1.5 Frota.....	62
3.1.6 Consumo Mundial de Peixe.....	64
4 Comercialização de Produtos Piscícolas nos Açores	67
4.1 Comércio Regional	67
4.2 Comércio de Exportação.....	71
4.3 Dados de Emprego e Pesca	73
4.4 Dados de Aquacultura.....	76
4.5 Dados de Transformação de Produtos Piscícolas	76
4.6 Consumo Regional de Peixe	78
5 Processo de Comercialização de Pescado Fresco nos Açores.....	79
5.1 Descrição do Processo e Agentes Intervenientes.....	79
5.1.1 Oferta e Procura.....	79
5.1.2 Regulação do Comércio de Pescado Fresco	81
5.1.3 Captura	82
5.1.4 A Frota.....	83
5.1.5 Fluxos do Pescado	87
5.1.6 A Lota	89
5.1.7 Primeira Venda	89
5.1.8 Logística no Transporte do Pescado Fresco	91

5.2	Melhorias na Conservação de Produtos Frescos e Novas Tecnologias	92
5.3	Controlo e Inspeção de Pescado	93
6	Bases de Dados Publicadas – Análise e Discussão da Evolução Recente do Setor das Pescas nos Açores.....	94
6.1	Descargas em Lota.....	94
6.2	Espécies	101
6.2.1	Atum	104
6.2.2	Chicharro	113
6.2.3	Goraz	120
6.3	Análise Geográfica	125
6.4	Perspetivas e Estratégias.....	128
7	Conclusão.....	130
8	Bibliografia.....	139
	Anexos.....	144
	Regulamentação das Pescas nos Açores.....	144
	Tamanhos Mínimos de Captura.....	154
	Entrevistas.....	155
	Direção Regional das Pescas.....	155
	Lotaçor	159
	Federação das Pescas dos Açores.....	166
	Associação de Comerciantes do Pescado dos Açores.....	173
	Azorfisk, Unipessoal, Lda.....	180
	Associação de Pescadores Graciosenses	186
	Armador	190

Lista das tabelas

Tabela 1. Produção e utilização anual de pescado à escala mundial (Mton).....	42
Tabela 2. Maiores produtores de pescado à escala mundial (Mton).	43
Tabela 3. Capturas nos grupos com maior peso a nível mundial, em 2014 (Mton).	44
Tabela 4. Capturas mundiais por zona geográfica, em 2013 e 2014 (Mton).....	45
Tabela 5. Cinco maiores exportadores e importadores de pescado (\$/mM).	51
Tabela 6. Comércio mundial de pescado por grupos em 2013 (%).	55
Tabela 7. Número de trabalhadores no setor das pescas, incluindo aquacultores (milhares).	60
Tabela 8. Número de barcos na frota de cada região mundial em 2014 (milhares).	62

Lista de Figuras

Figura 1. Localização do arquipélago dos Açores e da sua ZEE.	21
Figura 2. Pesca do chicharro na ilha de São Miguel.	23
Figura 3. Distribuição de montes submarinos (com mais de 200m de altura) na RAA.	24
Figura 4. Evolução anual nas capturas mundiais de pescado e na produção em aquacultura (Mton).	40
Figura 5. Evolução anual no consumo mundial e per capita de pescado (Mton e kg/capita).	41
Figura 6. Stocks mundiais de peixe, desde 1974 (%).	46
Figura 7. Utilização do pescado nas últimas cinco décadas (Mton).	47
Figura 8. Utilização do pescado em 2014 (Mton).	47
Figura 9. Capturas e exportação de pescado a nível mundial (Mton).	48
Figura 11. Índice de valorização do pescado (anos de referência = 2002 a 2004 = 100).	52
Figura 15. Custo da matéria prima - bacalhau do Atlântico entre 1990 e 2010 (NOR/kg). ..	56
Figura 16. Evolução do preço do camarão nos últimos 30 anos, por calibre (\$/kg).	57
Figura 17. Evolução das capturas de principais espécies de atum até 2012 (Mton)	58
Figura 18. Evolução anual das capturas dos diferentes grupos de cefalópodes (Mton).	59
Figura 19. Evolução do número de empregados no setor das pescas na UE desde 2008 (milhares).	61
Figura 20. Número de barcos ativos na frota europeia desde 2008 (milhares).	62
Figura 21. Proporção barcos com e sem motor na frota de cada região mundial (%).	63
Figura 22. Capacidade motora e número de barcos na frota europeia (Kw/tonelagem massa e milhares).	63

Figura 23. Distribuição da frota mundial por comprimento das embarcações em 2014 (%).	64
Figura 24. Contribuição do peixe no consumo de proteína animal per capita/dia entre 2011 e 2013 (gr/proteína).	65
Figura 25. Consumo anual de peixe per capita entre 2011 e 2013 (kg/ano).	66
Figura 26. Peixe Descarregado na RAA de 2012 a 2016 por quantidade (ton) e valor (m€).	69
Figura 27. Artes de Pesca nos Açores.	70
Figura 28. Exportação de pescado dos Açores desde 2010 (€).	72
Figura 29. Emprego no setor das pescas açoriano por faixa etária.....	74
Figura 30. Número de pescadores por nível de escolaridade em 2011 nos Açores.	75
Figura 31. Atividade económica no emprego na fileira das pescas nos Açores em 2011....	75
Figura 32. Número de embarcações por ano nos Açores, desde 1990.	83
Figura 33. Número de embarcações por classe em 2016 nos Açores.....	84
Figura 34. Potência e arqueação da frota açoriana em 2016.	85
Figura 35. Idade da frota açoriana por comprimento da embarcação em 2016.....	85
Figura 36. Número e idade média das embarcações por ilha em 2016.	86
Figura 37. Circuito de comercialização de pescado fresco na RAA.	88
Figura 38. Descargas anuais em peso de pescado nos portos dos Açores (kg).	94
Figura 39. Valor anual das descargas de pescado nos portos dos Açores (€).	95
Figura 40. Preço médio anual do pescado transacionado nas lotas dos Açores (€/kg).	96
Figura 41. Descargas mensais em peso de pescado nos portos dos Açores (kg).	97
Figura 42. Valor mensal das descargas de pescado nos portos dos Açores (€).....	98
Figura 43. Preço médio mensal do pescado transacionado nas lotas dos Açores (€/kg).....	99
Figura 44. Descargas diárias em peso de pescado nos portos dos Açores (kg).....	100

Figura 45. Valor diário das descargas de pescado nos portos dos Açores (€).....	100
Figura 46. Preço médio diário do pescado transacionado nas lotas dos Açores (€/kg).....	101
Figura 47. Distribuição por grupo de espécies em quantidade (kg) e valor (€) nos portos dos Açores de 2010 a 2016.	102
Figura 48. Dez espécies mais descarregadas nos Açores de 2010 a 2016 (kg).	102
Figura 49. Dez espécies mais transacionadas nos Açores de 2010 a 2016 (€).....	103
Figura 50. Dez espécies com maior preço médio nos Açores de 2010 a 2016 (€/kg).....	104
Figura 51. Pesca ao atum de salto-e-vara com isco vivo.....	105
Figura 52. Atum bonito.	106
Figura 53. Descargas do atum bonito em quantidade (kg) e valor (€) nos portos dos Açores.	106
Figura 54. Preço médio do atum bonito nas lotas dos Açores (€/kg).....	107
Figura 55. Descargas mensais de atum bonito nos portos dos Açores (kg).	107
Figura 56. Descargas do atum bonito por lota dos Açores em quantidade (kg) e valor (€).	108
Figura 57. Evolução das descargas do atum bonito por lota dos Açores em quantidade (kg) e valor (€) de 2010 a 2016.	109
Figura 58. Atum patudo.....	109
Figura 59. Descargas do atum patudo em quantidade (kg) e valor (€) nos portos dos Açores.	110
Figura 60. Preço médio do atum patudo nas lotas dos Açores (€/kg).	111
Figura 61. Descargas mensais de atum patudo nos portos dos Açores (kg).....	111
Figura 62. Descargas do atum patudo por lota dos Açores em quantidade (kg) e valor (€).	112
Figura 63. Evolução das descargas do atum patudo por lota dos Açores em quantidade (kg) e valor (€) de 2010 a 2016.	113

Figura 64. Chicharro.....	113
Figura 65. Descargas de <i>Trachurus picturatus</i> em quantidade (kg) e valor (€) nos portos dos Açores.....	115
Figura 66. Descargas de chicharro e chicharro-do-alto nos portos dos Açores de 2010 a 2016 (kg).	116
Figura 67. Preço médio chicharro e chicharro-do-alto nos portos dos Açores de 2010 a 2016 (€/kg).	116
Figura 68. Descargas de chicharro por calibre nos Açores de 2010 a 2016 (kg).	117
Figura 69. Preço médio do chicharro por calibre nos Açores de 2010 a 2016 (€/kg).	117
Figura 70. Descargas mensais de <i>Trachurus picturatus</i> nos portos dos Açores (kg).....	118
Figura 71. Descargas de <i>Trachurus picturatus</i> por lota dos Açores em quantidade (kg) e valor (€).	119
Figura 72. Evolução das descargas de <i>Trachurus picturatus</i> por lota dos Açores em quantidade (kg) e valor (€) de 2010 a 2016.....	119
Figura 73. Goraz.....	120
Figura 74. Descargas de <i>Pagellus bogavoreo</i> em quantidade (kg) nos portos dos Açores.	121
Figura 75. Descargas de goraz e peixão nos portos dos Açores de 2010 a 2016 (kg).....	122
Figura 76. Valor anual das descargas de goraz e de peixão nos portos dos Açores (€).	122
Figura 77. Preço médio do goraz e do peixão nos Açores de 2010 a 2016 (€/kg).	123
Figura 78. Descargas mensais de <i>Pagellus bogavoreo</i> nos portos dos Açores (kg).	123
Figura 79. Descargas de <i>Pagellus bogavoreo</i> por lota dos Açores em quantidade (kg) e valor (€).	124
Figura 80. Evolução das descargas de <i>Pagellus bogavoreo</i> por lota dos Açores em quantidade (kg) e valor (€) de 2010 a 2016.....	125
Figura 81. Evolução das descargas por lota dos Açores em quantidade (kg) de 2010 a 2016.	126

Figura 82. Evolução das transações por lota dos Açores em valor (€) de 2010 a 2016. 127

Figura 83. Evolução do preço médio (€/kg) por lota dos Açores de 2010 a 2016. 128

Lista das Abreviaturas

ACPA Associação de Comerciantes do Pescado dos Açores

APASA Associação de Produtores de Atum e Similares dos Açores

APEDA Associação de Produtores de Espécies Demersais dos Açores

CEE Comunidade Económica Europeia

CE Comissão Europeia

DGPM Direção-Geral de Política do Mar

DGRM Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos

DOP Departamento de Oceanografia e Pescas

DRP Direção Regional das Pescas

FAO Food and Agriculture Organization

FEFO First Expired First Out

FIFO First In First Out

FPA Federação de Pescas dos Açores

GAL Grupos de Ação Local

HACCP Hazard Analysis and Critical Control Points

ICES International Council for the Exploration of the Sea

INE Instituto Nacional de Estatística

IRP Inspeção Regional das Pescas

IUU Illegal, Unregulated and Unreported fishing

MSY Rendimento Máximo Sustentável

PCP Política Comum de Pescas

POSEIMA Programme d'Options Specifique à l'Éloignement et l'Insularité Madeira et Açores

RAA Região Autónoma dos Açores

RUP Regiões Ultraperiféricas

SREA Serviço Regional de Estatística dos Açores

SRMCT Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia

STECF Scientific, Technical and Economic Committee for Fisheries

UE União Europeia

ZEE Zona Económica Exclusiva

ZEEA Zona Económica Exclusiva Açores

1. Introdução

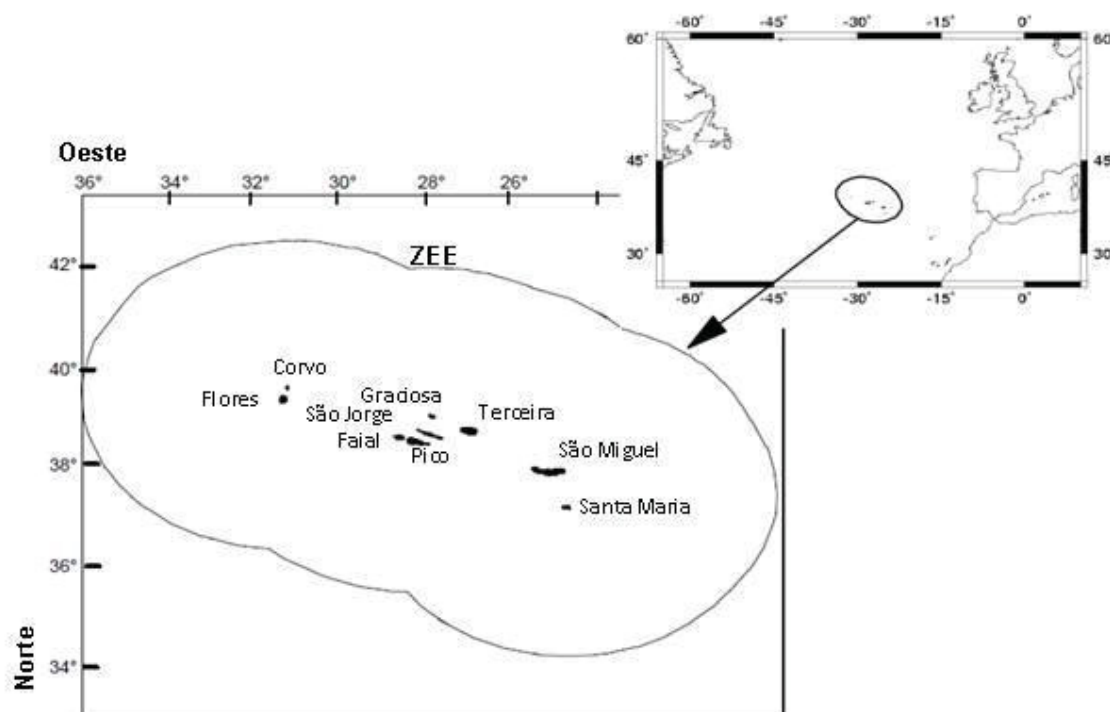
1.1 Aspetos Gerais da Comercialização de Pescado nos Açores

O mar que rodeia as nove ilhas do arquipélago dos Açores, além do ecossistema rico em recursos marinhos, é, fundamentalmente, um pilar económico e social estratégico para a Região e para a sua projeção no mundo. A zona marítima dos Açores, integrada na Zona Económica Exclusiva (ZEE) nacional, é uma extensão natural do território terrestre do arquipélago, que representa mais de 400 vezes o território das ilhas (Governo dos Açores, 2010). A sua gestão, juntamente com a equilíbrio e sustentabilidade da exploração do potencial piscatório, pode proporcionar, não só uma contínua fonte de sustentabilidade económica, como também criar novas e importantes oportunidades de desenvolvimento social e de emprego na Região. A adequação das políticas e normas reguladoras às especificidades desta zona marítima torna-se fulcral para a preservação dos recursos a médio e longo prazo.

1.1.1 A Região

O arquipélago dos Açores (Figura 1) é composto por nove ilhas de origem vulcânica, situado na zona central do Atlântico Norte, dispersa sobre a crista oceânica do Atlântico ao longo de uma faixa de 600km de extensão desde a ilha de Santa Maria ao Corvo e entre os 36° 55' e 39° 43' latitude Norte e 24° 46' e 31 ° 16' 02'' longitude Oeste (Morton B. *et al.* 1998).

Figura 1. Localização do arquipélago dos Açores e da sua ZEE.



Fonte: Governo dos Açores – Diretiva-Quadro Estratégia Marinha (2014)

O arquipélago, com uma área insular de 2.325km² e uma população de 247.000 habitantes¹, é dividido geograficamente por três grupos de ilhas: grupo Oriental, composto por Santa Maria e São Miguel, grupo Central com as ilhas Terceira, Graciosa, São Jorge, Pico e Faial, e o grupo Ocidental constituído por Corvo e Flores (Governo dos Açores, 2007). Integra juntamente com os arquipélagos da Madeira, Cabo Verde e Canárias a região biogeográfica da Macaronésia. As principais indústrias residem na agricultura, o turismo e as pescas.

¹ Censos, 2011 (INE, 2011)

1.1.2 Zona Económica Exclusiva

As ZEE foram instauradas pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar², sobre as quais os países costeiros têm direito a declarar como espaço marítimo para além das suas águas territoriais, na qual têm prerrogativas na utilização dos recursos, tanto vivos como não vivos, responsabilidade na sua gestão ambiental e segurança e fiscalização (Neilson, A. 2012).

Apesar das dimensões, isolamento e dispersão geográfica da Região, a Zona Económica Exclusiva Açores (ZEEA) (Figura 1) compreende cerca de um milhão de km² (957.292km²), o que representa 55% da ZEE Portugal e a 16.3% da ZEE da União Europeia (UE). Apresenta uma profundidade média de 2.500m, com uma área de 64.730km² (6.8%) entre os 600 e os 1.500m e apenas 7.715km² (0.8%) com menos de 600m de profundidade, que inclui plataforma insular, montes e bancos submarinos (Porteiro, F. 2017).

1.1.3 Pesca nos Açores

Segundo Morato T. *et al.* (2001) a pesca na Região Autónoma dos Açores (RAA) remonta ao séc. XV, durante a colonização das ilhas. Maioritariamente artesanal, a arte da pesca açoriana caracteriza-se pelo uso de métodos tradicionais e intensidade física, em pequena escala, com frotas de reduzidas dimensões e em número limitado, sendo considerada uma pesca sustentável (Figura 2).

² UNCLOS, ONU (Jamaica, 1982)

Figura 2. Pesca do chicharro na ilha de São Miguel.



Fonte: próprio autor

A potencialidade pesqueira dos Açores, assente na riqueza e variedade dos recursos marinhos, é condicionada por fatores topográficos relacionados com a profundidade, natureza e irregularidade do fundo, e limitada pelas correntes marítimas fortes e pela tecnologia presente na frota (Neilson, A. 2012).

A pesca ocorre nas áreas menos profundas (<1.000m), de maior produtividade, na proximidade das ilhas e em bancos e montes submarinos próximos (

Figura 3).

A aquacultura nos Açores está perto de ser uma realidade, no entanto, a carência de estudos científicos e de formação, a inviabilidade de localizações propensas à atividade, a proibição da introdução de espécies não-endémicas, assim como o avultado investimento necessário, diminui o interesse comercial no seu desenvolvimento a curto prazo.

A fileira das pescas contribui atualmente com mais de 20% para o total das exportações da Região dos Açores, sendo a atividade com maior impacto nos recursos marinhos envolventes, assim como, o suporte económico e cultural de dezenas de pequenas comunidades piscatórias em todas as ilhas³. O aumento da procura de espécies marinhas selvagens de reconhecida qualidade, como o peixe dos Açores, a regular renovação e sentido de inovação na frota pesqueira, e a formação contínua junto dos profissionais, continuará a valorizar economicamente este setor crucial para a Região.

1.2 Normas de Referência das Pescas nos Açores

A RAA foi constitucionalmente instaurada pela República Portuguesa em 1976, com estatuto governamental, político e administrativo próprio. O setor das pescas ficou reconhecido na Constituição da República Portuguesa⁴ como pertencente às competências exclusivas do Governo dos Açores⁵. Porém, com a adesão à Comunidade Europeia, onde os Açores são considerados como Região Ultraperiférica (RUP)⁶, o poder de gestão das pescas mudou para a Europa, sob a Política Comum de Pescas (PCP).

³ Rodrigues, L. Site Governo dos Açores. DRP. 3 de agosto de 2017

⁴ Decreto-Lei n.º 278/87 de 7 de junho

⁵ Decreto Legislativo Regional n.º 15/89/A de 25 de agosto

⁶ Artigos 349.º e 355.º do Tratado sobre o Funcionamento da EU

Nos Açores, a regulamentação legal vigente em matéria de ordenação e regulamentação pesqueira é fundamentada em três legislações complementares:

- a. Decreto Legislativo Regional n.º 29/2010/A de 9 de novembro – Quadro legal da pesca açoriana (redigido no Decreto Legislativo Regional n.º 31/2012/A, de 6 de julho).
Decreto que estatui o exercício da pesca e da atividade marítima na pesca e define medidas adequadas às especificidades do território marítimo dos Açores;
- b. Decreto-lei n.º 383/98, de 27 de novembro. Alteração ao Decreto-lei n.º 278/87, de 7 de julho, que fixa o quadro legal do exercício da pesca e das culturas marinhas em águas sob soberania e jurisdição portuguesas.
- c. Regulamento (CE) n.º 1380/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de dezembro. Reforma PCP em vigor à data, que garante que as atividades de pesca e de aquacultura são sustentáveis do ponto de vista ambiental a longo prazo e geridas de modo coerente com os objetivos de alcançar benefícios económicos, sociais e de emprego.

1.2.1 Política Comum de Pescas na UE

A pesca é um recurso natural, renovável, móvel e comum, que faz parte do património de todos. A PCP é um conjunto de regulamentos que se aplicam à gestão das frotas de pesca europeias e à conservação das unidades populacionais de peixes, que assenta sobre quatro pilares: proteção e conservação dos recursos piscatórios, apoio a infraestruturas para as pescas e viabilização económica das frotas, desenvolvimento do mercado e consumo sustentável, e uma correta política externa entre os membros.

A PCP foi formulada pela primeira vez no Tratado de Roma⁷. Inicialmente associada à política agrícola comum, na medida em que o artigo 38.º define como produtos agrícolas os “produtos do solo, da pecuária e da pesca”, foi-se tornando ao longo do tempo cada vez mais independente e sucessivamente atualizada:

- a. Regulamento (Comunidade Económica Europeia (CEE)) n.º 170/83 do Conselho, de 25 de janeiro. Institui uma política comum em matéria de pescas, baseada num regime comunitário de conservação e de gestão dos recursos da pesca, consagra a defesa das ZEE, formula o conceito de estabilidade relativa e prevê medidas cautelares de gestão baseadas nos totais admissíveis de capturas e nas quotas;
- b. Regulamento (CEE) n.º 3760/92 do Conselho, de 20 de dezembro. Estabelece as disposições políticas da pesca a longo prazo (2002), procura equilibrar a capacidade da frota e as possibilidades de captura dos recursos disponíveis através da redução da frota comunitária e de um sistema de licenciamento, e atribui medidas estruturais para atenuar as consequências económicas e sociais nas populações locais que são especialmente dependentes da pesca e das suas atividades conexas;
- c. Reforma de 2002, de 20 de dezembro. Acrescenta aos anteriores objetivos o desenvolvimento sustentável e a utilização equilibrada dos recursos aquáticos vivos, de um ponto de vista, científico, ambiental, económico e social, a garantia de empregos e rendimentos estáveis aos pescadores, e o abastecimento dos consumidores, encontrando o equilíbrio entre a oferta e a procura. A reforma é regulada por três regulamentos:

⁷ Tratado de Roma, Artigos 38.º a 44.º do TFUE (Roma, 1958)

- Regulamento-Quadro (CE) n.º 2371/2002 relativo à conservação e à exploração sustentável dos recursos haliêuticos, que introduz uma abordagem a longo prazo na sua gestão e no planeamento de medidas de recuperação de populações ameaçadas biologicamente;
 - Regulamento (CE) n.º 2369/2002 que define os critérios e condições das ações estruturais comunitárias no setor das pescas, através da criação de uma agência de controlo das pescas e de conselhos consultivos regionais;
 - Regulamento (CE) n.º 2370/2002, que estabelece uma medida comunitária de emergência para equilibrar a capacidade da frota e o esforço de pesca, com a introdução de condições de segurança e de trabalho a bordo, introdução de técnicas de pesca mais seletivas e de equipamento com sistemas de localização de navios por satélite, e abate subsidiado de navios de pesca;
- d. Regulamento (UE) n.º 1380/2013 do Parlamento e Europeu e do Conselho, de 11 de dezembro. Acordo de reforma sobre os regulamentos de 2002, para garantir a sustentabilidade ambiental, económica e social a longo prazo das atividades de pesca e das suas comunidades, e regulamentar a atividade de aquacultura. Esta última atualização do PCP, que vigora desde 1 de janeiro de 2014, tem como objetivos:
- Gerir plurianualmente as populações marinhas, com uma abordagem reforçada nos ecossistemas e em contextos regionais, minimizando os impactos negativos da atividade;
 - Definir o Rendimento Máximo Sustentável (MSY) como o nível principal de produção na exploração das espécies capturadas. Este nível de exploração tem de ser implementado até 2020 em todas as unidades populacionais. O MSY deve ser a

base para as quotas de pesca e para consultas e acordos com países terceiros e de pesca em águas internacionais;

- Proibir gradualmente (até 2019) as rejeições de pescado, assegurando que todas as capturas são descarregadas, incentivando uma maior seletividade na pesca de determinadas espécies, contribuindo para a obtenção de dados mais fiáveis sobre as capturas e permitindo a partilha de informação relativa às unidades populacionais, às frotas e ao impacto das atividades de pesca;
- Equilibrar a capacidade da frota com as possibilidades de pesca e viabilizar a economia e competitividade, particularmente nas pescas de pequena escala: acesso até 12 milhas náuticas, maior repartição de quotas a este setor e modernização das embarcações;
- Gerir o setor de uma forma mais descentralizada, aproximando o processo decisório das zonas de pesca. Cabe aos legisladores da UE definir o quadro geral e, aos Estados-Membros, desenvolver as medidas de execução e de competitividade, e cooperar entre si a nível regional, especialmente no que diz respeito à gestão coletiva, à monitorização e ao controlo;
- Aumentar a produção de aquacultura sustentável tendo em vista o abastecimento do mercado do peixe da UE e estimular o crescimento nas zonas costeiras e rurais, através de planos nacionais;
- Definir novas normas de comercialização ao nível da rotulagem, da qualidade e da rastreabilidade, fornecendo ao consumidor mais informações relativas à sustentabilidade das suas escolhas na compra de produtos da pesca.

1.2.2 Legislação Regional

O Governo dos Açores tem competência sobre a ordenação do setor das pescas e da comercialização dos produtos de pescado na RAA e no desenvolvimento e implementação do quadro regulamentado no Decreto Legislativo Regional n.º 29/2010/A, de 9 de novembro (redigido no Decreto Legislativo Regional n.º 31/2012/A, de 6 de julho), com regras adequadas às especificidades do território marítimo dos Açores.

A legislação regional abrange a regulamentação relacionada com matérias de pescas, as águas interiores e o mar territorial, para a conservação, gestão e exploração sustentável dos recursos marinhos:

- Limites legais ao exercício da pesca por embarcações regionais;
- Repartição de quotas, licenças de pesca e máximos de captura autorizados;
- Métodos de pesca;
- Tamanhos mínimos dos peixes, crustáceos e moluscos;
- Áreas ou períodos de interdição ou restrição da pesca;
- Regimes de autorização e licenciamento;
- Classificação das embarcações regionais de pesca;
- Lotações das embarcações regionais de pesca;
- Inscrição marítima e sua classificação, categoria e requisitos de acesso e funções, e sua certificação;
- Fiscalização e responsabilidade contra-ordenacional;
- Portos de pesca e núcleos de pesca.

A informação disponibilizada no Decreto Legislativo Regional n.º 29/2010/A, de 9 de novembro não dispensa a consulta de alterações, revogações ou aprovações publicadas em Regulamento, Despachos e Portarias e que se encontram em vigor (ver Anexos).

1.3 Estrutura Organizacional das Pescas

O setor das pescas em Portugal é diversificado e complexo, apresentando organismos com responsabilidades e finalidades diferentes, mas que se complementam: órgãos do Governo Nacional – Secretarias, Direções, Gabinetes e Institutos; Governos Regionais dos Arquipélagos da Madeira e Açores, e sua orgânica; Organizações e Associações de Armadores, Federações da Pesca, Sindicatos e Organizações Empresariais.

1.3.1 Sistema Nacional das Pescas

A responsabilidade e competência em matéria de pescas é exclusiva do Estado Português, através do Ministério do Mar, criado novamente em 2015 pelo XXI Governo Constitucional de Portugal⁸. A organização deste ministério estabelece responsabilidades nas pescas, no transporte e logística marítima, e na política do mar. Na fileira das pescas, a Secretaria de Estado das Pescas formula e aplica as políticas e normas do setor, que compreendem além de outras, as atividades de extração de pescado, transformação e comercialização. Dentro do seu domínio apresenta três importantes serviços centrais de administração direta ao Estado dotados de autonomia administrativa:

⁸ Decreto-Lei n.º 18/2014, de 4 de fevereiro

- DGRM (Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos), que tem como missão implementar as políticas de preservação e de conhecimento dos recursos naturais marinhos, assim como as políticas de pesca, da aquacultura, da indústria transformadora e atividades conexas; desenvolver a segurança e os serviços marítimos; e garantir a regulamentação, a inspeção, a fiscalização, a coordenação e o controlo das atividades desenvolvidas no âmbito daquelas políticas (URL: https://www.dgrm.mm.gov.pt/xportal/xmain?xpid=dgrm&xpgid=genericPageV2&conteudoDetalhe_v2=1480791 visitado a 13 de agosto de 2017);
- DGPM (Direção-Geral de Política do Mar), tem como finalidade desenvolver, avaliar e atualizar estratégias para o mar, elaborar e propor políticas nacionais para o mar e suas vertentes, planear e ordenar o espaço marítimo nos seus diferentes usos e atividades, acompanhar e participar no desenvolvimento de políticas europeias e promover a cooperação nacional e internacional no âmbito do mar (URL: <https://www.dgpm.mam.gov.pt/missao> visitado a 13 de agosto de 2017);
- A Docapesca – Portos e Lotas, SA é uma empresa do Setor Empresarial do Estado, que tem a seu cargo no continente português, o serviço público da prestação de serviços de Primeira Venda de Pescado, bem como o apoio ao setor da pesca e respetivos portos (URL: <http://www.docapesca.pt/pt/docapesca/resumo-executivo-e-apresentacao-docapesca.html> visitado a 13 de agosto de 2017).

1.3.2 Sistema Regional das Pescas

Sem prejuízo da legislação existente no continente português e aplicável ao setor das pescas nas comunidades autónomas, a RAA ostenta competências exclusivas relacionadas com matérias de pescas, mar e recursos marinhos, o território regional constituído pelas águas interiores, o mar territorial e a plataforma continental contíguos ao arquipélago. Competências estas, que definidas por portarias do Governo Regional, abrangem medidas de conservação, gestão e exploração dos recursos vivos marinhos às embarcações regionais, aos apanhadores, pescadores submarinos e pescadores de costa, e ainda devem garantir a sua aplicação no território de pesca dos Açores.

Nos Açores, a Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (SRMCT), parte do Governo Regional⁹, tem a responsabilidade de gerir os recursos do mar, que inclui no seu leque de competências as pescas e a aquacultura, a exploração oceanográfica, o licenciamento de usos do mar e dos seus fundos, as orlas costeiras e a cooperação com a Polícia Marítima.

No setor das pescas, e sob competência da SRMCT, a Direção Regional das Pescas (DRP) tem por missão contribuir para a definição da política regional nos domínios da pesca e da aquacultura, incluindo a indústria e atividades conexas, bem como orientar, coordenar e controlar a sua execução. Esta Direção dispõe de dois serviços: a Direção de Serviços de Planeamento e Economia Pesqueira e a Direção de Serviços de Recursos, Frota Pesqueira e Aquacultura.

⁹ Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2015/A, de 20 de fevereiro

A Lotaçor – Serviço de Lotas dos Açores, S.A., pertence ao setor Público Empresarial da RAA e tem por objeto realizar todas as operações de primeira venda de pescado, respetivo controlo e ligação entre o subsetor extrativo e o consumidor, bem como o apoio ao setor da pesca e respetivos portos nas nove ilhas do arquipélago, através da exploração das lotas e instalações e/ou equipamentos de refrigeração e congelação. Desempenha igualmente serviços de interesse público geral a nível da exploração, prestação de serviços e investimentos nos portos de pesca e nas embarcações da Região, tendo também um papel social junto das comunidades piscatórias. A Lotaçor – Serviço de Lotas dos Açores, S.A. é duplamente tutelada pela SRMCT e pela Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial (URL: http://www.lotacor.pt/empresa/resumo_executivo.php visitado a 14 de agosto de 2017).

A Inspeção Regional das Pescas (IRP), é uma entidade da SRMCT, dotada de autonomia administrativa, à qual incumbe programar, coordenar e executar, em colaboração com outros organismos e instituições, a fiscalização e o controlo da pesca marítima, da aquacultura e das atividades conexas (URL: <http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/srmct-irp/> visitado a 14 de agosto de 2017).

A divulgação dos decretos e portarias reguladores das atividades da pesca na Região, a partilha de informação da legislação para exercer a atividade, da comercialização do pescado e das normas aplicáveis à sua produção, é feita através das organizações de produtores, associações de armadores ou pescadores, associações empresariais e sindicatos. A própria dispersão do arquipélago leva a que o cooperativismo e associativismo seja de tamanha importância na fileira das pescas açorianas.

De entre várias organizações estão a Federação de Pescas dos Açores (FPA) que defende e representa as associações de pescadores das nove ilhas; a Associação de Produtores de Espécies Demersais dos Açores (APEDA), que assegura o exercício racional de pesca de demersais entre os associados; a Cooperativa Porto de Abrigo, organização de produtores de pesca e sindicatos dos pescadores; a Associação de Produtores de Atum e Similares dos Açores (APASA) que representa os armadores do atum; a Pão do Mar, associação das conserveiras dos Açores; e a Associação de Comerciantes do Pescado dos Açores (ACPA), que representa as empresas ligadas ao setor.

2. Objetivo da Dissertação e Metodologia

2.1 Objetivo do Trabalho

O objetivo desta dissertação de Mestrado consiste em fazer uma análise macro e micro ao setor das pescas na RAA:

- Enquadrar o setor de pescas dos Açores e relacioná-lo com o restante mercado mundial;
- Analisar, quantificar e descrever o comércio, as capturas, a frota e o emprego a nível mundial;
- Analisar qual a legislação em vigor e sua aplicabilidade;
- Analisar e descrever o comércio regional;
- Analisar, quantificar e descrever a frota por níveis de produção;
- Analisar e descrever as características de emprego na captura e na indústria da transformação;
- Analisar, quantificar e descrever as capturas de pescado nos Açores;
- Analisar e descrever as características de produção da pesca ao nível das ilhas.

2.2 Metodologia de Trabalho

O estudo incide sobre o setor das pescas, quer a montante quer a jusante da atividade piscatória, a nível mundial e regional, incluindo assim a captura, o processamento

(preparação de pescado, congelação e conservas) e distribuição (comércio de pescado por retalho e grosso, incluindo lotas e exportação de pescado fresco).

No que respeita às políticas e à legislação, realizou-se uma pesquisa de leis, regulamentos e portarias em vigor ou já extintos que legislam o setor das pescas.

Caracterizou-se a atividade da frota regional, das artes de pesca e do emprego, assim como os vários intervenientes na cadeia de valorização do pescado.

Foi feita uma análise mais detalhada em quatro das espécies de maior valor económico, cultural e social nos Açores: bonito, atum patudo, chicharro e goraz/peixão.

Não foi efetuada uma análise ao crescimento do setor do turismo nos Açores e a sua influencia na escalada no primeiro preço de venda e no aumento do consumo de pescado fresco na Região. Julga-se que será do interesse de todos que um próximo trabalho aborde esta hipótese e analise que consequências poderá trazer para o futuro das pescas.

2.2.1 Fontes de informação

A recolha de dados foi feita em fontes estatísticas mundiais, nacionais e regionais, como a Food and Agriculture Organization (FAO), Instituto Nacional de Estatística (INE), Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA) e Lotaçor.

O capítulo 6. Bases de Dados Publicadas – Análise e Discussão da Evolução Recente do Setor das Pescas nos Açores foi escrito analisando um base de dados da Lotaçor de 2010 a 2016 com data da descarga, local da descarga, espécie, calibre, peso (kg), valor (€) e

preço médio (€/kg). Estes dados foram analisados através do PowerBI que é uma ferramenta de *bigdata* da Microsoft.

Foi também feito um levantamento mais exaustivo sobre a frota, emprego, armadores, compradores em lota e exportadores por todo o arquipélago através de dados retirados do site do SREA e INE, e também junto de associações e confederações, que têm conhecimento privilegiado sobre a atividade ao nível local.

Realizaram-se entrevistas a profissionais e conhecedores do setor, o que permitiu perceber as diferentes visões das diversas áreas profissionais e analisar a realidade do setor e as maiores preocupações inerentes a cada representante. Foi feita uma análise SWOT ao setor com o resultado das entrevistas.

A análise também se baseia no conhecimento do autor, que em termos profissionais convive diariamente com esta realidade, contactando diretamente com pescadores, armadores, compradores, dirigentes associativos e administradores de empresas.

2.2.2 Anos de Referência do Estudo e Nível Geográfico

O estudo foi desenvolvido entre 2010 e 2016 com os dados oficiais disponíveis. Para alguns itens em estudo, o ano de referência foi 2014 ou 2015, pois os relatórios anuais mais recentes ainda não tinham sido publicados à data. Não foram efetuados cálculos estimativos em nenhum dos parâmetros.

A nível geográfico, o estudo foi realizado em todo o arquipélago dos Açores, com dados independentes por ilhas e por portos de pesca.

3. Estado Atual da Comercialização e Consumo de Produtos Píscolas

3.1 Comercialização Mundial de Produtos Píscólas

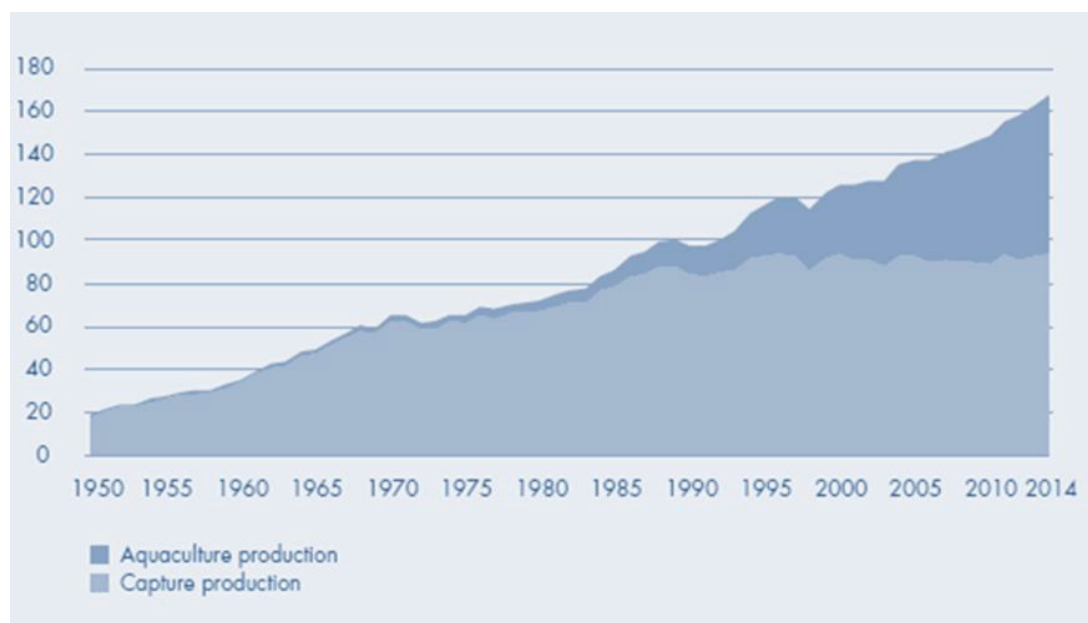
A comercialização do peixe fresco é um processo económico complexo, integrado numa cadeia de valor com origem na captura e que termina no consumidor final. O pescado fresco e os seus produtos representam um dos segmentos mais comercializados do setor alimentar mundial, estimando-se que 78% dos produtos marinhos encontram-se nas rotas de comércio internacionais (FAO, 2016). De acordo com Bjorndal, T. *et al.* (2014), para muitos países e regiões costeiras a economia que provém da comercialização interna e exportação é essencial, representando em alguns cerca de 40% do valor total dos produtos comercializados.

O comércio de produtos píscólas apresentou um crescimento nas ultimas décadas, à medida que o setor pesqueiro foi-se modernizando e tornando cada vez mais globalizado. O modo como os produtos têm vindo a ser preparados, comercializados e distribuídos até ao consumidor final, elevou o seu valor de mercado, o que em termos de cadeia de valor significa um incremento na necessidade de modernização nas funções dos pescadores e armadores, na intensidade e capacidade de compra dos compradores, na eficiência da cadeia de logística, no rápido transporte e distribuição e na melhor e mais diversificada comercialização (Kelleher, K. *et al.* 2006). A importância de uma legislação adequada e políticas favoráveis à liberalização do comércio também potencia e facilita a transição da produção local aos mercados mundiais.

3.1.1 Produção Mundial de Pescado

Segundo dados da FAO (2016), a produção pesqueira mundial tem aumentado de forma constante nas últimas seis décadas (Figura 4), tendo a oferta global de peixes para consumo aumentado em média 3,2% anualmente, o dobro do crescimento populacional (1.6%), resultando num incremento médio da disponibilidade de pescado *per capita*.

Figura 4. Evolução anual nas capturas mundiais de pescado e na produção em aquacultura (Mton).

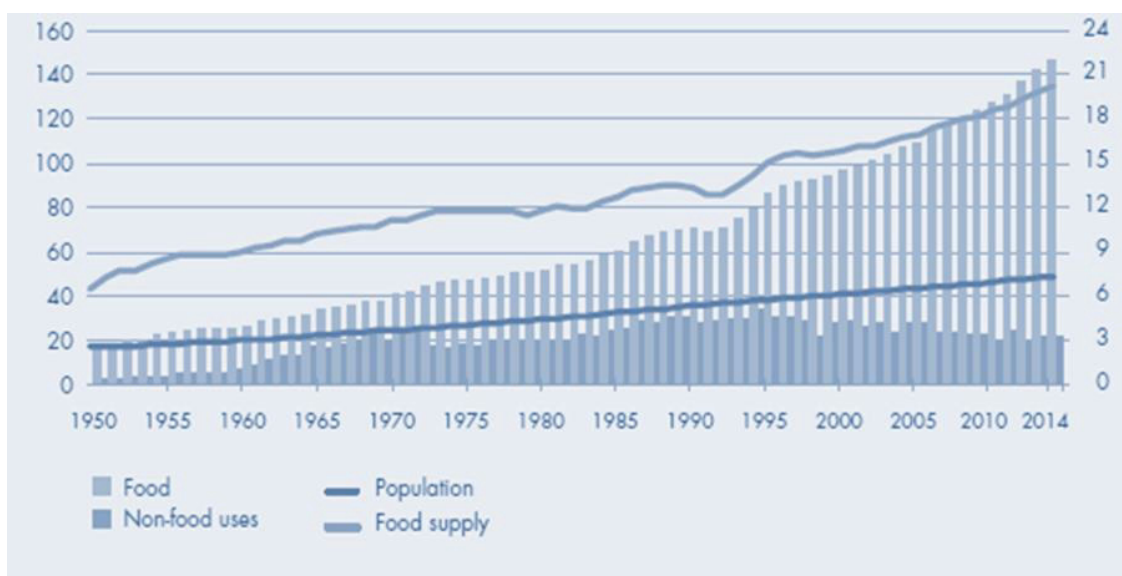


Fonte: FAO (2016)

O consumo mundial de pescado *per capita* apresenta um aumento progressivo de 9.9kg na década de 60 para 19.7kg em 2013, sendo estimado que a partir de 2014 ou 2015, o consumo já tenha ultrapassado os 20kg anuais (FAO, 2014). Este incremento no consumo assenta no aumento da produção mundial na fileira das pescas, no crescimento demográfico e alterações demográficas como o aumento dos rendimentos e dos centros urbanos, na

melhoria dos canais de distribuição e na melhor comercialização e nas alternativas dadas aos consumidores (Figura 5).

Figura 5. Evolução anual no consumo mundial e *per capita* de pescado (Mton e kg/capita).



Fonte: FAO (2016)

A produção mundial de pesca selvagem em 2014 foi de 93.4M de toneladas, das quais 81.5Mton eram de águas marinhas e 11.9Mton de águas interiores, sendo os países asiáticos responsáveis, respectivamente, por 53% e 66% das capturas. A produção mundial total foi de 167.2Mton, sendo a aquicultura responsável por 44.1% (73.8M) da totalidade (Tabela 1). O aumento do valor percentual da aquicultura tem vindo a compensar a menor disponibilidade de capturas selvagens (FAO, 2016).

Tabela 1. Produção e utilização anual de pescado à escala mundial (Mton).

PRODUÇÃO	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Selvagem						
Águas interiores	10.5	11.3	11.1	11.6	11.7	11.9
Águas marinhas	79.7	77.9	82.6	79.7	81	81.5
Total selvagem	90.2	89.1	93.7	91.3	92.7	93.4
Aquacultura						
Águas interiores	34.3	36.9	38.6	42	44.8	47.1
Águas marinhas	21.4	22.1	23.2	24.4	25.5	26.7
Total aquacultura	55.7	59	61.8	66.5	70.3	73.8
TOTAL	145.9	148.1	155.5	157.8	162.9	167.2
UTILIZAÇÃO						
Consumo humano	123.8	128.1	130.8	136.9	141.5	146.3
Uso não alimentar	22.0	20.0	24.7	20.9	21.4	20.9
População (mM)	6.8	6.9	7	7.1	7.2	7.3
Oferta de pescado <i>per capita</i> (kg)	18.1	18.5	18.6	19.3	19.7	20.1

Fonte: FAO (2016)

Na captura marinha, em 2014, a China (14.8Mton) continua a ser o maior produtor, seguido da Indonésia, Estados Unidos da América, Rússia e Japão (Tabela 2). Nos últimos anos, dezoito países, dos quais onze pertencentes ao continente asiático, capturaram cada um mais de um milhão de toneladas anuais, o que representa mais de 75% das capturas marinhas mundiais. Os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento representam 81% da produção total, sendo 89% da totalidade mundial representada por países asiáticos (FAO, 2016). Em 2014, quatro valiosos grupos alcançaram novos recordes de capturas: atuns, lagostas, camarões e cefalópodes (Tabela 3).

Tabela 2. Maiores produtores de pescado à escala mundial (Mton).

PAÍS	MÉDIA 2003-2012	2013	2014	VARIACÃO (%)		VARIACÃO (MTON)	
				MÉDIA (2003-2012) - 2014	2013-2014	2013-2014	
China	12.8	14.0	14.8	16.1	6.0	0.8	
Indonésia	4.7	5.6	6.1	27	7	0.5	
USA	4.7	5.1	4.9	5	-3.1	-0.2	
Rússia	3.4	4.1	4.0	19	-2.1	-0.1	
Japão	4.2	3.6	3.7	-12.5	0	0.1	

Fonte: FAO (2016)

Tabela 3. Capturas nos grupos com maior peso a nível mundial, em 2014 (Mton).

GRUPO	2014
Atum	7.7
Lagosta	0.2
Camarões	3.5
Cefalópodes	16.5

Fonte: FAO (2016)

O Noroeste do Pacífico continua a ser a área com maior índice de captura, seguida da zona Central Oeste do Pacífico, do Atlântico Nordeste e a zona Este do oceano Índico. Destas zonas, somente o Atlântico Nordeste não apresenta aumento das capturas em comparação com a última década, mantendo-se preocupante a situação no Mediterrâneo e Mar Negro com quebras em cerca de um terço nas capturas desde 2007 (Tabela 4) (FAO, 2016). Em termos totais mundiais, as capturas selvagens mantêm-se estáveis, na média dos últimos 10 anos – 85 a 95Mton/ano – havendo um incremento substancial na produção em aquacultura (Guillen, J. *et al.* 2016).

Tabela 4. Capturas mundiais por zona geográfica, em 2013 e 2014 (Mton).

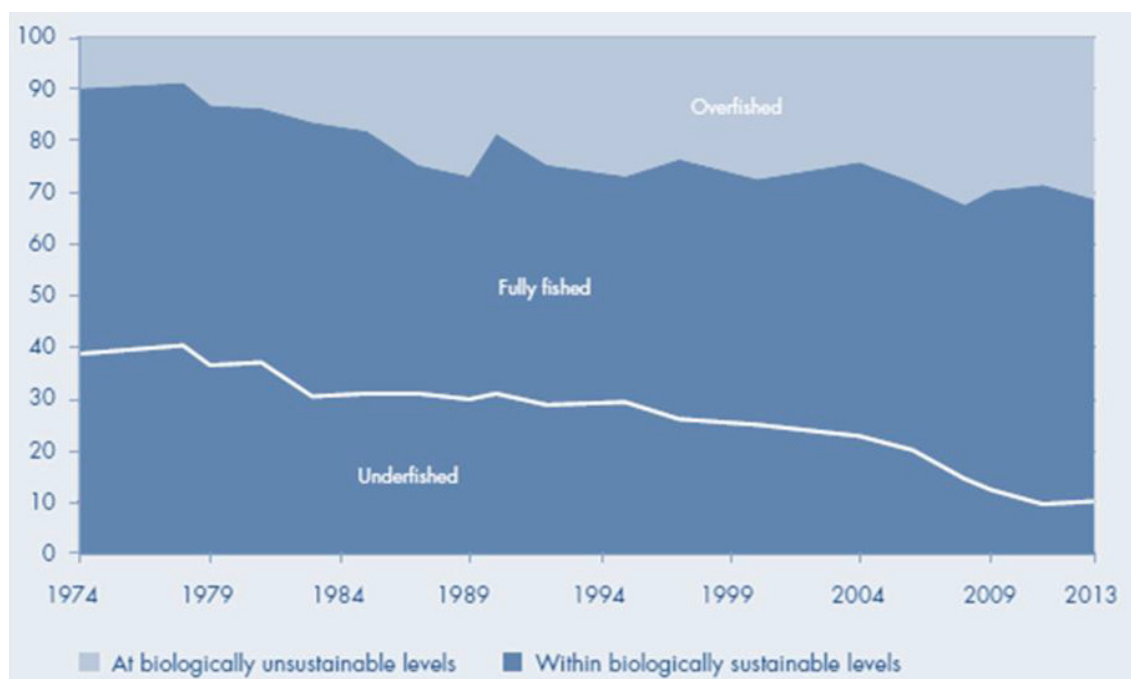
CÓD. ZONA	GEOGRAFIA	MÉDIA 2003-2012	2013	2014	VARIACÃO (%)		VARIACÃO (MTON)
					MÉDIA (2003-2012)-2014	2013- 2014	2013- 2014
27	Atlântico Nordeste	9.0	8.5	8.7	-3.5	2.4	0.2
37	Mediterrâneo e Mar Negro	1.5	1.2	1.1	-25.1	-10.6	-0.1
57	Índico Este	6.3	7.6	8.0	28.3	5.7	0.4
61	Pacífico Noroeste	20.3	21.4	22.0	8.4	2.8	0.6
77	Central Oeste do Pacífico	11.3	12.4	12.8	13.5	3.4	0.4

Fonte: FAO (2016)

Nos últimos vinte anos, o número de espécies inseridas em base de dados pela qual a FAO monitoriza os *stocks* passou de 1035 para 2033, não sendo consequência do aumento da variedade pescada, mas sim, de uma maior qualidade nos dados recolhidos. Apesar de ter havido progressos notáveis em termos de legislação e consciencialização, o estado das populações de peixe marinhos não apresenta melhorias (International Council for the Exploration of the Sea (ICES), 2017). Com base em estudos científicos do *Scientific, Technical and Economic Committee for Fisheries* (STECEF, 2106) e nessas bases de dados de populações de peixes com valor comercial, a proporção de populações de peixes exploradas a níveis biologicamente sustentáveis diminuiu de 90% em 1974 para

68.6% em 2013, o que representa que mais de 30% das populações pescadas sofreram um nível de exploração não sustentável e de pesca excessiva (Figura 6).

Figura 6. *Stocks* mundiais de peixe, desde 1974 (%).

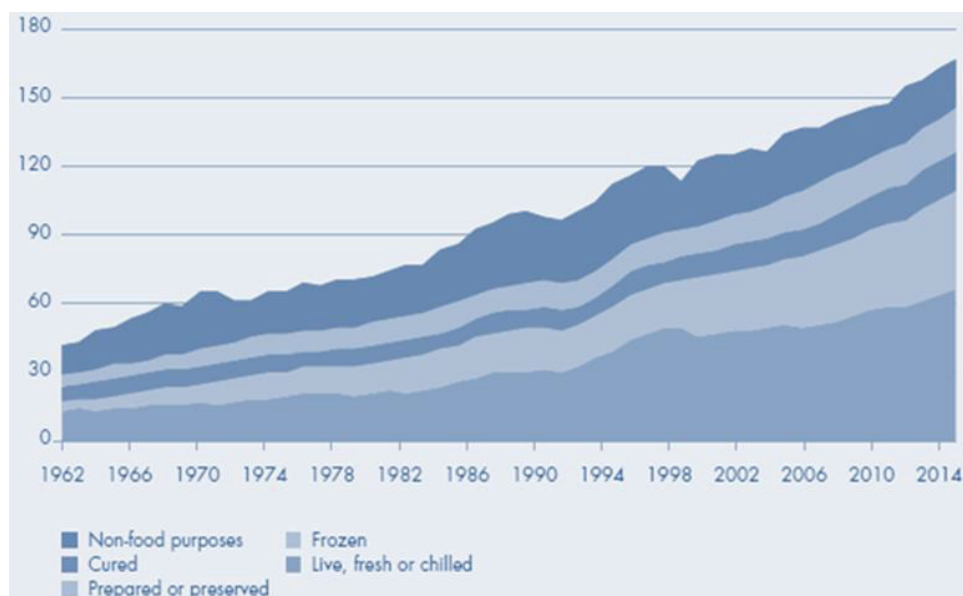


Fonte: FAO (2016)

Com um expoente máximo de sob exploração até 1990, a cadência tem vindo a diminuir, mas o número de populações plenamente exploradas continua com a sua comercialização a aumentar (Kelleher, K. *et al.* 2006). Uma das razões é o crescimento da produção pesqueira para o consumo humano, que aumentou de 67% nos anos 60, para 87% (mais de 146Mton) em 2014 (Figura 7), ano em que os restantes 13% (21Mton) destinaram-se a produtos não alimentares, como as farinhas e óleos. Também o mercado dos subprodutos tem tido uma importância crescente, representando presentemente, 55% de todo o pescado consumido. Em 2014 os produtos congelados (44Mton) apresentaram a

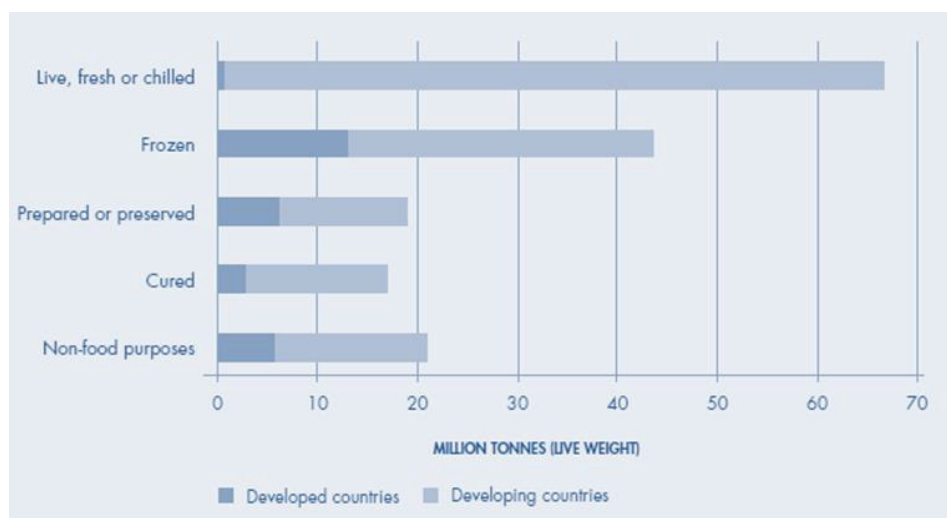
maior representação, seguindo-se os produtos em conserva (19Mton) e os secos, fumados ou salgados (17Mton) (Figura 8) (FAO, 2016).

Figura 7. Utilização do pescado nas últimas cinco décadas (Mton).



Fonte: FAO (2016)

Figura 8. Utilização do pescado em 2014 (Mton).



Fonte: FAO (2016)

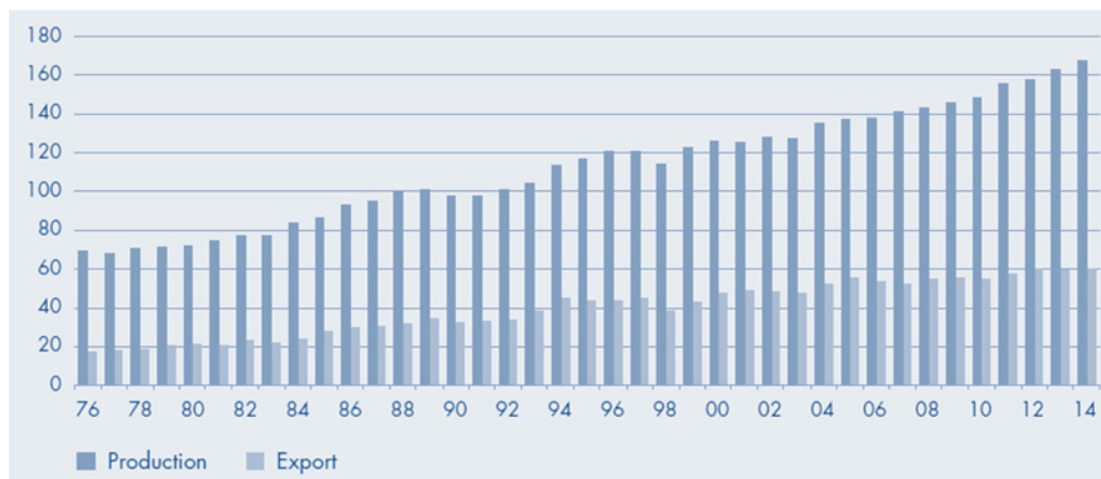
3.1.2 Comércio Internacional de Peixe

O comércio internacional de pescado é um importante vetor na criação de emprego, no fornecimento de alimentos e na geração de valor e crescimento na economia. Os produtos da pesca selvagem e aquicultura são dos mais comercializados a nível alimentar, estimando-se que 78% do pescado esteja ao dispor do comércio internacional (FAO, 2016).

Segundo a FAO (2014), nas economias de muitos países e regiões costeiras e ribeirinhas, o comércio através de exportações de pescado é essencial, representando nas regiões insulares mais de 40% do valor total dos produtos comercializados, cerca de 9% do total mundial de exportações do setor alimentar e 1% do valor total mundial do comércio internacional. Estes valores têm vindo a aumentar nas últimas décadas, estimulados pelo crescimento da aquicultura, novas tecnologias no setor e pelo aumento da procura destes produtos.

O comércio internacional de pescado, e em consonância com a evolução comércio internacional na sua totalidade, aumentou 254% de 1976 (8mM\$) a 2014 (146mM\$) e 515% se se considerar unicamente o pescado para consumo humano, o que equivale a 36% do total capturado (Figura 9 e Figura 10) (FAO, 2016).

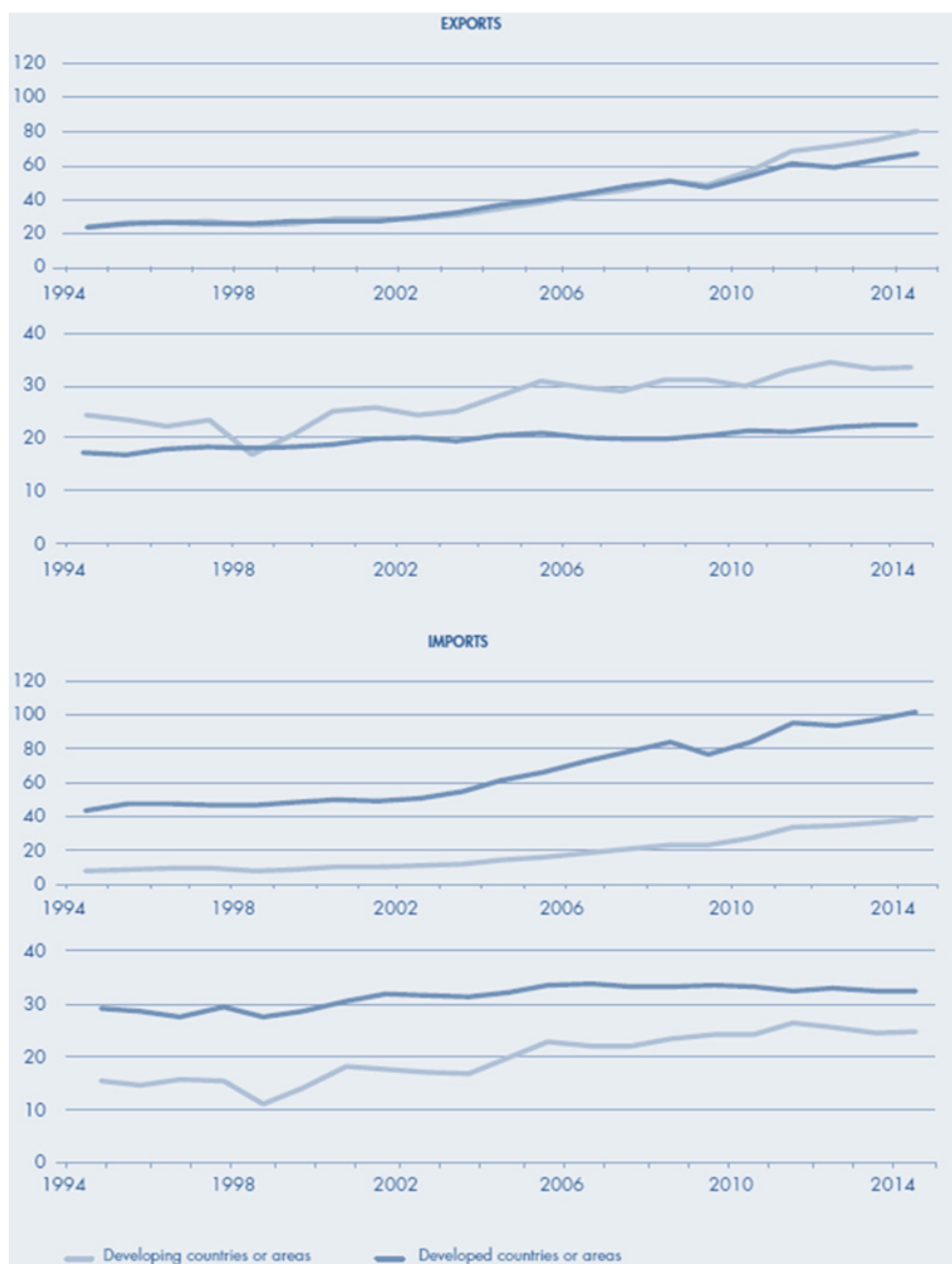
Figura 9. Capturas e exportação de pescado a nível mundial (Mton).



Fonte: FAO (2016)

A China é o principal produtor e exportador a nível mundial. A produção, muito centrada em espécies de baixo valor, é escoada dentro do mercado nacional e para mercados internacionais (Tabela 5). No entanto, o aumento do consumo interno de espécies não produzidas na região coloca o país também como o maior importador no setor em quantidade. Em segundo lugar está a Noruega com produções de salmão (*Salmo salar*) e bacalhau do Atlântico (*Gadus morhua*), que ao contrário da China que após três anos de crescimento apresentou em 2015 uma desaceleração, registou os seus máximos de exportações nos últimos anos. Em terceiro surge o Vietname com a produção intensiva em peixes brancos, que ultrapassou a Tailândia que desde 2013 tem acusado a diminuição na produção intensiva de espécies de camarão para exportação. Também os mercados emergentes têm ganho importância no comércio internacional, com as trocas regionais a serem significantes, principalmente em África e no Caribe (FAO, 2016).

Figura 10. Comércio mundial de pescado – Exportações e Importações (gráficos superiores \$mM e inferiores Mton).



Fonte: FAO (2016)

No que diz respeito às importações, desde 2014 que a UE se destaca como o maior mercado de produtos da pesca importados, seguindo dos Estados Unidos e Japão, que estão altamente dependentes desse pescado para colmatar o consumo doméstico.

Tabela 5. Cinco maiores exportadores e importadores de pescado (\$/mM).

PAÍS EXPORTADOR	2004	2014	DIF. (%)
China	6.6	21.0	316.1
Noruega	4.1	10.8	261.4
Vietname	2.4	8.0	328.5
Tailândia	4.1	6.6	161.7
USA	3.8	6.1	159.5
PAÍS IMPORTADOR			
USA	12.0	20.3	169.8
Japão	14.6	14.8	102.0
China	3.1	8.5	271.9
Espanha	5.2	7.0	135.0
França	4.2	6.7	159.7

Fonte: FAO (2016)

3.1.3 Comercialização das Principais Espécies

O comércio de pescado tornou-se um processo complexo, dinâmico e segmentado, com grande diversidade de espécies e na sua forma de apresentação. A sua comercialização

pode ser caracterizada pelo volume, valor e distribuição (nacional, regional e internacional) (FAO, 2002).

Com base nos dados da FAO (2016), estima-se que com a recente expansão da aquicultura que incrementou a comercialização e o consumo de peixe a pesca selvagem represente comercialmente em termos de volume entre 75 e 85% e em valor entre 65 e 67%. Estes valores indicam que neste momento o comércio de pescado de aquicultura está mais valorizado, não só pelas novas tecnologias utilizadas na expansão e intensificação que aumentam a qualidade do produto, como também devido ao aumento do volume de logística e transporte deste pescado.

O preço do pescado teve o seu pico em março de 2014 (Figura 11), tendo vindo a estabilizar e até diminuir com a redução na procura nos mercados mais importantes como o do atum, salmão e camarão, e o aumento da oferta em espécies menos valorizadas, como o arenque (*Clupea harengus*), panga (género *Pangasius* spp.) e nos cefalópodes. No segundo semestre de 2015, o valor de pescado voltou a recuperar lentamente (FAO, 2016).

Figura 111. Índice de valorização do pescado (anos de referência = 2002 a 2004 = 100).



Fonte: FAO (2016)

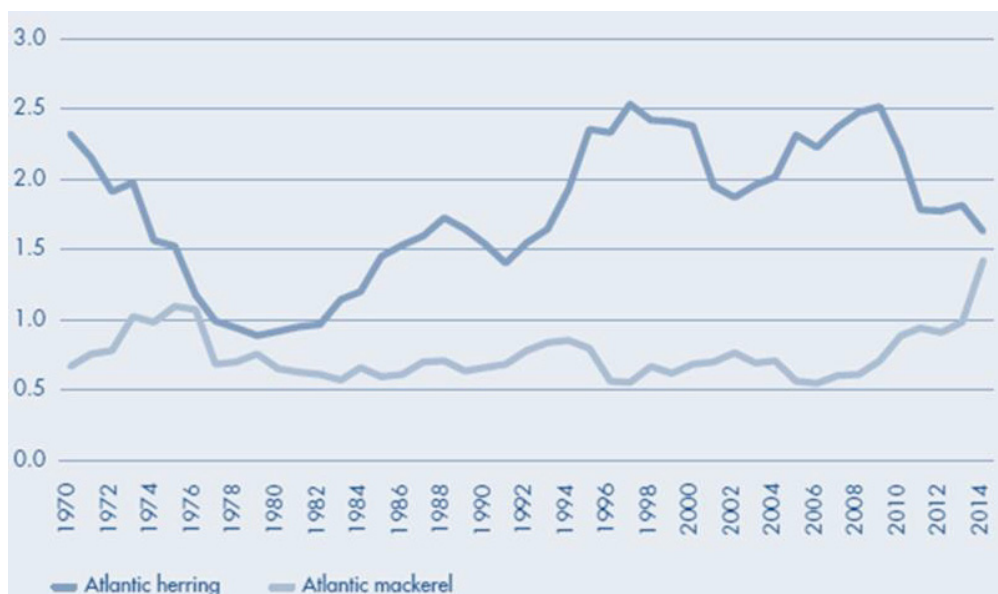
Devido à sua perecibilidade, em 2014, 92% das trocas comerciais em volume consistiram em produtos de pescado processado, do qual 40% foi transacionado congelado (em 1984 a percentagem de peixe congelado era de 22%). Os cerca de 8% restantes são respeitantes ao volume de peixe transacionado vivo ou fresco (FAO, 2016).

Em 2014, treze dos maiores países do setor aumentaram as capturas em 100Mton, em comparação com 2013, com ênfase na China, Indonésia e Myanmar na Ásia, Noruega na Europa e Chile e Perú na América do Sul (Tabela 2), muito pelo aumento das capturas de cefalópodes, anchoveta e *krill*.

No Atlântico e mares adjacentes, a captura de arenque diminuiu em 30% desde 2010, enquanto que de sarda (*Scomber scombrus*) duplicou, coincidindo ambas nas

1.5Mton (Figura). Esta derivação de capturas, com países como a Noruega, Islândia (sem grandes quantidades de captura de sarda registadas) e Rússia como principais pescadores, assenta em teorias das alterações climáticas (STECF, 2016).

Figura 12. Evolução das capturas de Arenque e Sarda desde 1970 (Mton).



Fonte: FAO (2016)

Também no Atlântico, o comércio de salmão e truta marinha (*Salmo trutta*), têm evoluído positivamente nas últimas décadas, ultrapassando em 2013 o camarão no *ranking* das *commodities* mais valiosas do setor (Tabela 6). Principalmente no salmão norueguês de aquacultura, a sua procura no comércio internacional mantém os valores de transação elevados, ao contrário do salmão produzido no Chile, que devido a epidemias fungosas e à existência de bactérias causadoras de doenças, a sua elevada mortalidade tem levado a perdas desde 2015 (FAO, 2016). Também as recentes capturas de salmão selvagem no Alasca, que anualmente tem vindo a quebrar a barreira do ano anterior, eleva o valor comercial da espécie.

Tabela 6. Comércio mundial de pescado por grupos em 2013 (%).

	VALOR	QUANTIDADE
PEIXE	67.7	80.6
Salmão e truta	16.6	7.2
Atum	10.2	8.3
Bacalhau	9.6	14.4
Outros pelágicos	7.5	12.7
Água doce	4	4.8
Achatados	1.6	2.1
Outros	18.1	31.2
CRUSTÁCEOS	21.7	8.2
Camarões	15.3	6
Outros crustáceos	6.4	2.1
MOLUSCOS	9.8	10.4
Lulas, chocos e polvo	5.6	4
Bivalves	3	5.6
Outros moluscos	1.1	0.7
OUTROS ANIMAIS/INVERTEBRADOS MARINHOS	0.8	0.9
TOTAL	100	100

Fonte: FAO (2016)

Relativamente ao mercado de peixes demersais, como o bacalhau do Atlântico, pescada (*Merluccius merluccius*), escamudo (*Pollachius virens*) e paloco (*Pollachius palladius*), apesar de as capturas terem aumentado em 2014 e 2015 no geral, tem apresentado comportamentos distintos entre espécies, principalmente com a recente introdução de espécies de aquacultura que são tidas como competidoras diretas no consumo mundial, como do género *Tilapia* spp. (China) e *Pangasius* spp. (Vietname) (FAO, 2016).

A gestão dos *stocks* mundiais de bacalhau e a posterior recuperação nas suas capturas desde 2009, permitiu estabilizar desde 2013 a captura de 1.3Mton/ano de bacalhau do Atlântico e de 470Mton/ano a captura do bacalhau do Pacífico (*Gadus macrocephalus*). Apesar da sua ligeira desvalorização mundial, o bacalhau mantém-se como uma das espécies mais valorizadas (Figura 12) (Bjorndal, T. *et al.* 2014).

Figura 12. Custo da matéria prima - bacalhau do Atlântico entre 1990 e 2010 (NOR/kg).



Fonte: Bjorndal, T. *et al.* (2014).

Três dos outros grupos mais valorizados na fileira das pescas – camarões, atum e cefalópodes – apresentaram em 2014 um novo máximo de captura. O grupo dos camarões, após décadas no topo dos produtos mais transacionados internacionalmente, alcança agora o segundo lugar atrás do salmão. Este grupo é capturado/produzido principalmente em países em desenvolvimento na Ásia e América do Sul, estabilizando-se nas 3.5Mton desde 2012. Apesar das condições económicas mundiais prosperarem, nos últimos anos a procura doméstica aumentou, diminuindo as exportações. Os preços diminuíram até 2014, quando alcançaram novo máximo devido à lei da oferta e da procura nos Estados Unidos, Europa e Japão (FAO, 2014). Em 2015, nova diminuição, com os preços a baixarem 15-20% no

primeiro semestre, afetando negativamente as exportações e as margens nos produtores (Figura 13).

Figura 13. Evolução do preço do camarão nos últimos 30 anos, por calibre (\$/kg).

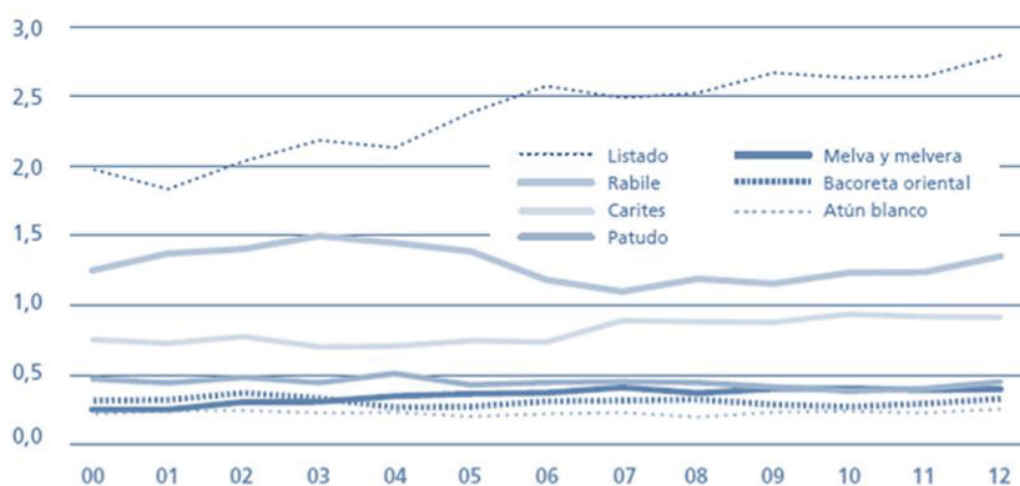


Fonte: FAO (2016)

Desde 2013 que a flutuação nas descargas e conseqüentemente nos preços, causam instabilidade no mercado de atum. Em 2014, em resultado das reduzidas capturas, e apesar da procura moderada, os preços aumentaram, pese embora os mercados japoneses, tradicionalmente os mais fortes nas exportações terem sido ultrapassados pelos Estados Unidos. Também o mercado das conservas tem vindo a perder valor, com transferência de procura para países em desenvolvimento. O total de atum capturado foi de 7.7Mton, distribuídos em 58% de atum bonito, 27% albacora (*Thunnus albacares*) e 8% patudo. A captura de atum bonito e de patudo tem vindo a diminuir nos últimos 5 anos (-2% e -17%, respetivamente), ao contrário das pescas de atum albacora (5%). O atum *bluefin* apresenta a maior quebra dos últimos 5 anos: -47% (Figura 14). A FAO tem registado um aumento da

criação, em aquacultura, de atum *bluefin* no mercado japonês, com o intuito de equilibrar os preços crescentes do atum patudo muito usado para sashimi (FAO, 2014). O oceano Pacífico, sobretudo a zona oeste, é a principal origem de pesca do atum (70%), seguido do oceano Índico (20%) e do Atlântico (10%). As capturas mundiais do atum são geralmente realizadas entre setembro a fevereiro, quando há maior disponibilidade de produto.

Figura 14. Evolução das capturas de principais espécies de atum até 2012 (Mton)



Fonte: FAO (2014)

A procura e o consumo de cefalópodes (lulas, chocos e polvos) tem vindo a crescer nos últimos anos, sendo Espanha, Itália e Japão os principais consumidores e importadores, Tailândia, China e Argentina os maiores exportadores de lula e choco e Marrocos, Mauritânia e China de polvo. As lulas representam a grande maioria das capturas, principalmente com o aumento nas quantidades de lula de Humbolt (*Dosidicus gigas*) no Pacífico Este e Argentina e na lula da Argentina (*Illex argentinus*) no Atlântico Sudoeste (Figura 15). No entanto em 2015, e apesar dos preços terem diminuído em valor de mercado, o aumento maior das capturas foi no polvo e choco, totalizando as 9Mton.

Figura 15. Evolução anual das capturas dos diferentes grupos de cefalópodes (Mton).



Fonte: FAO (2016)

3.1.4 Emprego no Setor das Pescas

Historicamente, o emprego nas pescas aumenta a uma velocidade superior ao aumento da população mundial e ao emprego nos setores primários. Estima-se que 56.6M de pessoas trabalhem no setor primário da pesca e aquicultura (2014) (FAO, 2016), dos quais 36% o façam a tempo inteiro, 23% parcialmente e os restantes ocasionalmente ou enquadram-se numa posição não específica. Estes números mantêm-se estáveis desde 2010 (Tabela 7).

Tabela 7. Número de trabalhadores no setor das pescas, incluindo aquacultores (milhares).

REGIÃO	2000	2005	2010	2012	2013	2014
África	4175	4430	5027	5885	6009	5674
Asia	39646	43926	49345	49040	47662	47730
Europa	779	705	662	647	305	413
América Latina e Caraíbas	1774	1907	2185	2251	2433	2444
América do Norte	346	329	324	323	325	325
Oceânia	126	122	124	127	47	46
AQUACULTORES						
Africa	91	140	231	298	279	284
Asia	122211	14630	17915	18175	18098	18032
Europa	103	91	102	103	77	66
América Latina e Caraíbas	214	239	248	269	350	356
América do Norte	6	10	9	9	9	9
Oceânia	5	5	5	6	5	6

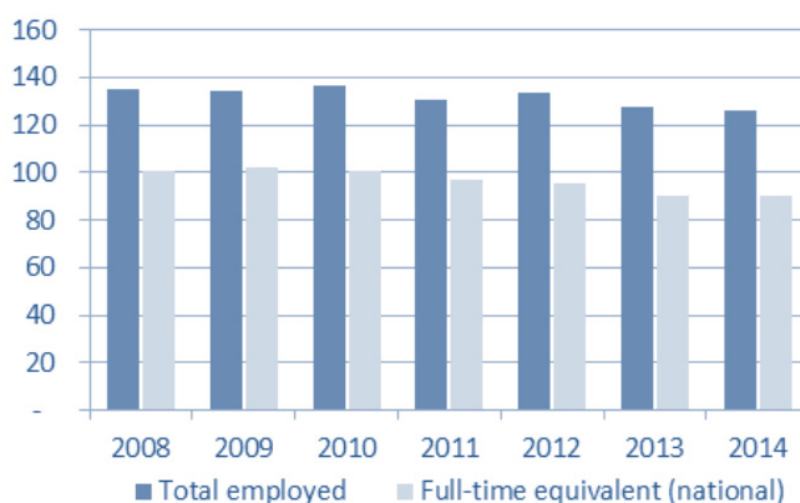
Fonte: FAO (2016)

A aquicultura representava 17% do total de trabalhadores em 1990, tendo aumentado para 33% em 2014. Em 2014, 84% das pessoas empregadas no setor encontravam-se na Ásia (94% em aquicultura), seguido de África (mais de 10%) e América Latina e Caribe (4%). No setor primário as mulheres representam 19%, aumentando para metade do total se incluirmos o setor secundário (transformação e comércio).

Desde 2008 as tendências de crescimento ou diminuição do emprego varia entre regiões. A China revela o maior registo, com 14M (mais de 25%) do total mundial,

apresentando um crescimento tanto no número de pescadores (24% do total), como aquacultores (27%). A Europa e América do Norte apresentam as maiores diminuições (menos 2%) (STECF, 2016) (Figura 16).

Figura 16. Evolução do número de empregados no setor das pescas na UE desde 2008 (milhares).



Fonte: STECF (2016)

Esta tendência de crescimento no emprego na Ásia e África e redução nas regiões mais desenvolvidas, que está ligado ao progresso da tecnologia do setor, reflete-se no incremento (ou diminuição) nas capturas e produção de peixe. A região da América Latina e Caribe situa-se num ponto intermédio, com o crescimento da população, diminuição do emprego nos setores primários, exceto nas pescas (que cresce moderadamente), apresenta diminuição nas capturas, mas aumento da produção aquícola.

3.1.5 Frota

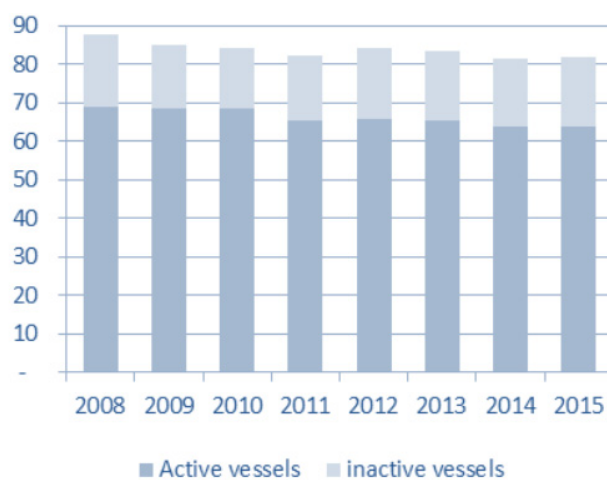
Segundo a FAO (2016) e a STECF (2016), o número total de barcos a nível mundial ultrapassa os 4.5M, distribuídos em 3.5M (75%) na Ásia, África (15%), América Latina e Caribe (6%) e América do Norte e Europa com 2% cada (Tabela 8 e Figura 17). O aumento do número de embarcações está relacionado, não só com o aumento real, mas principalmente com a melhoria das bases de dados do número de embarcações em África.

Tabela 8. Número de barcos na frota de cada região mundial em 2014 (milhares).

REGIÃO	TOTAL	%
África	679.2	14.7
Asia	3459.5	75.1
Europa	95.5	2.1
América Latina e Caraíbas	276.2	6
América do Norte	87	1.9
Oceânia	8.6	0.2

Fonte: FAO (2016)

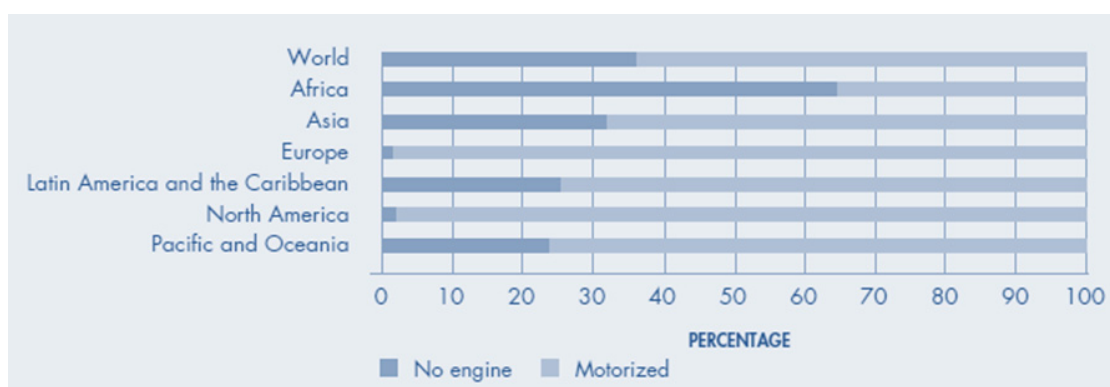
Figura 17. Número de barcos ativos na frota europeia desde 2008 (milhares).



Fonte: STECF (2016)

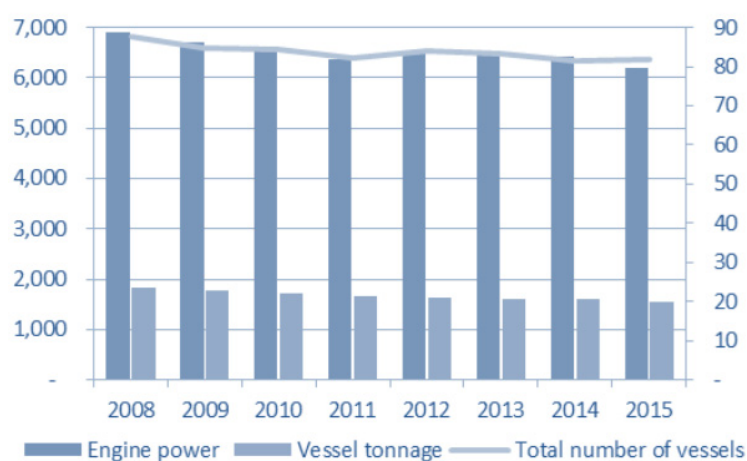
Estão registadas 2.95M de embarcações com motor, 64% do total da frota em 2014 (57% em 2012), refletindo principalmente o abate ou a reconversão das embarcações não motorizadas. O número de embarcações motorizadas está concentrado principalmente na frota marinha e não na fluvial e distribuída em 80% na Ásia e as restantes regiões com menos de 10% cada (FAO, 2016) (Figura 18) (STECF, 2016) (Figura 19).

Figura 18. Proporção barcos com e sem motor na frota de cada região mundial (%).



Fonte: FAO (2016)

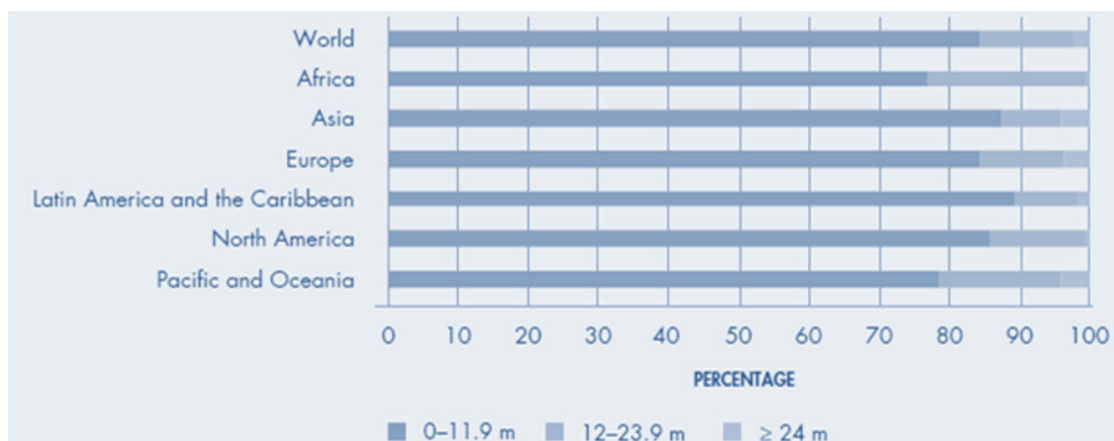
Figura 19. Capacidade motora e número de barcos na frota europeia (Kw/tonelagem massa e milhares).



Fonte: STECF (2016)

Em termos de tamanho, 85% das embarcações têm menos de 12m e estão distribuídas mundialmente, tendo as outras e, principalmente as com comprimento superior a 24m (64.000), predominância na Europa e América do Norte (FAO, 2016) (Figura 20).

Figura 20. Distribuição da frota mundial por comprimento das embarcações em 2014 (%).



Fonte: FAO (2016)

3.1.6 Consumo Mundial de Peixe

Para Craveiro, C. (2016) o crescimento da produção piscícola e aquícola tem vindo a aumentar gradualmente nas últimas décadas, potenciando o maior e melhor acesso e consumo de peixe fresco. Sendo ricos em aminoácidos, ácidos gordos essenciais (ómega 3), vitaminas (A, B e D) e minerais (cálcio, iodo, zinco e ferro), a variedade de produtos piscícolas desempenha uma função nutricional essencial para uma dieta saudável. Apesar de o seu consumo *per capita* ser baixo em relação a outros alimentos, a sua inclusão mesmo que em pequenas quantidades na roda dos alimentos, tem efeitos nutricionais muito positivos, principalmente nas regiões menos desenvolvidas, e apresenta também benefícios a nível cardiovasculares e cerebrais.

Em 2013 os produtos piscícolas representaram a nível mundial 13% do total de proteína animal e 6.7% do total de proteína consumida pela população. No entanto, em alguns países em desenvolvimento, como o Bangladesh, Sri Lanka, Serra Leoa e Gana, os valores chegaram aos 50% do total da proteína consumida (FAO, 2016) (Figura 21).

Figura 21. Contribuição do peixe no consumo de proteína animal *per capita*/dia entre 2011 e 2013 (gr/proteína).



Fonte: FAO (2016)

A oferta de peixe a nível mundial tem crescido constantemente nos últimos cinquenta anos, a uma média de 3.6% anuais, o que em comparação com o crescimento da população mundial (1.6%), se conclui que tem sido superior. Com uma aparente maior disponibilidade de pescado *per capita*, o consumo médio mundial passou de 9.9kg em 1960 para 14.4kg em 1990, chegando a 19.7kg em 2013 e ainda com previsões de ultrapassar os 20kg em 2015 (FAO, 2016) (Figura 22). Este aumento deve-se não só a uma maior produção e apanha de pescado, mas também à melhoria na eficiência de desperdícios, uso mais adequado e às melhorias nos canais de distribuição e de comercialização. A

distribuição do aumento no consumo *per capita* não foi igual em todas as regiões, mantendo-se estável ou até vindo a diminuir na zona subsariana de África, mas crescendo consideravelmente na Ásia oriental, sudoeste asiático e África setentrional. A Ásia representa mais de dois terços do consumo total de peixe (99Mton) e a China foi o país que mais cresceu no consumo de pescado *per capita*, chegando aos 37.9kg em 2013 e crescendo 5% ao ano desde 1993.

Figura 22. Consumo anual de peixe *per capita* entre 2011 e 2013 (kg/ano).



Fonte: FAO (2016)

Os grupos como o camarão, salmão, bivalves, cefalópodes, panga e tilápia, foram decisivos neste aumento de oferta como tal, no aumento do consumo, pois a sua produção em aquacultura proporcionou a diminuição dos preços e consequentemente, aumento da comercialização.

4. Comercialização de Produtos Piscícolas nos Açores

4.1 Comércio Regional

Segundo Martin, A. e Melo, A. (1983) a comercialização de pescado nos Açores começou em larga escala com o comércio de produtos e subprodutos resultantes da caça à baleia, com o seu pico nos anos 40 e durando até 1960, ano em que foi sendo substituído pelo comércio de atum e peixes demersais, que apresentavam valores mais lucrativos. Os anos 80 foram anos de mudanças a fundo na indústria pesqueira, com a introdução de uma frota mais atualizada e robusta, composta por palangres de fundo e superfície e, com expansão do transporte aéreo que permitiu a exportação de produto fresco. Em 1986, com a adesão de Portugal à CEE, criaram-se novas oportunidades de comércio para produtos açorianos e beneficiou-se de subsídios para renovação da frota (Carvalho N. *et al.* 2011b). Com esta modernização construíram-se barcos maiores e com materiais mais adequados, equiparam-se os antigos barcos com equipamento tecnológicos, aumentou-se a capacidade de armazenamento e de frio, permitindo uma expansão das atividades de pesca mais distantes e em águas mais profundas. Foram também construídos ou reabilitados portos e armazéns com armazenamento de frio por toda a região (Pham, C. *et al.* 2013).

Mais recentemente o reconhecimento de RUP pela UE, onde se incluem os Açores, Madeira e Ilhas Canárias, levou ao desenvolvimento de programas de competitividade e de fortalecimento regional. Nestes programas inclui-se o *Programme d'Options Specifique à l'Éloignement et l'Insularité Madeira et Açores* (POSEIMA), com medidas que entre outras permitiram adequar à RAA políticas comerciais e aduaneiras, implementar políticas

agrícolas e de pesca, melhorar as condições de fornecimento de bens e matérias primas e beneficiar de fundos e programas comunitários (Departamento de Oceanografia e Pescas (DOP), 2008).

As necessidades dos consumidores e as atuais preocupações em termos de saúde e nutrição, têm ditado o comércio do peixe a nível mundial, sendo o peixe pescado nos Açores um exemplo de segurança e qualidade reconhecida e como tal, exportado e consumido para vários mercados.

Com base no relatório de contas da Lotaçor (Lotaçor, 2017) a atividade piscatória nos Açores traduz-se em descargas médias nos portos na ordem de 12Mton anuais (desde 2010), às quais correspondem valores brutos de produção na ordem dos 34M€, o que representa cerca de 13% do valor total das pescas em Portugal. Com quantidades e valores máximos em 2010, que totalizaram 19Mton e 39.5M€, as pescas nos Açores sofreram até 2016 uma redução de dois terços em quantidade (6Mton) e de 35% em valor (25M€) (Figura 23). Estes dados não incluem as pescarias ilegais, não regulamentadas ou declaradas (Illegal, Unregulated and Unreported fishing - IUU), assim como as capturas efetuadas por frotas estrangeiras e provenientes de Portugal continental. A pescaria não declarada poderá representar aproximadamente 14% das capturas oficialmente reportadas à UE, correspondentes a 42% de pesca de subsistência/recreativa, 24% à pescaria com palangre de fundo (por se rejeitar peixe por estar subdimensionado, danificado ou sem valor comercial), 12% à pesca de isco para a captura de atum, 12% à apanha de invertebrados costeiros, e cerca de 10% refere-se a descargas de tubarões capturados pela frota de palangre de superfície (Pham, C. *et al.* 2013). Estima-se também que entre 1950 e 2010 as

frotas extra Açores pescaram cerca de 51m ton, o que corresponde a aproximadamente 7% das capturas oficiais da frota dos Açores para o mesmo período (Pham *et al.*,2013).

Figura 23. Peixe Descarregado na RAA de 2012 a 2016 por quantidade (ton) e valor (m€).



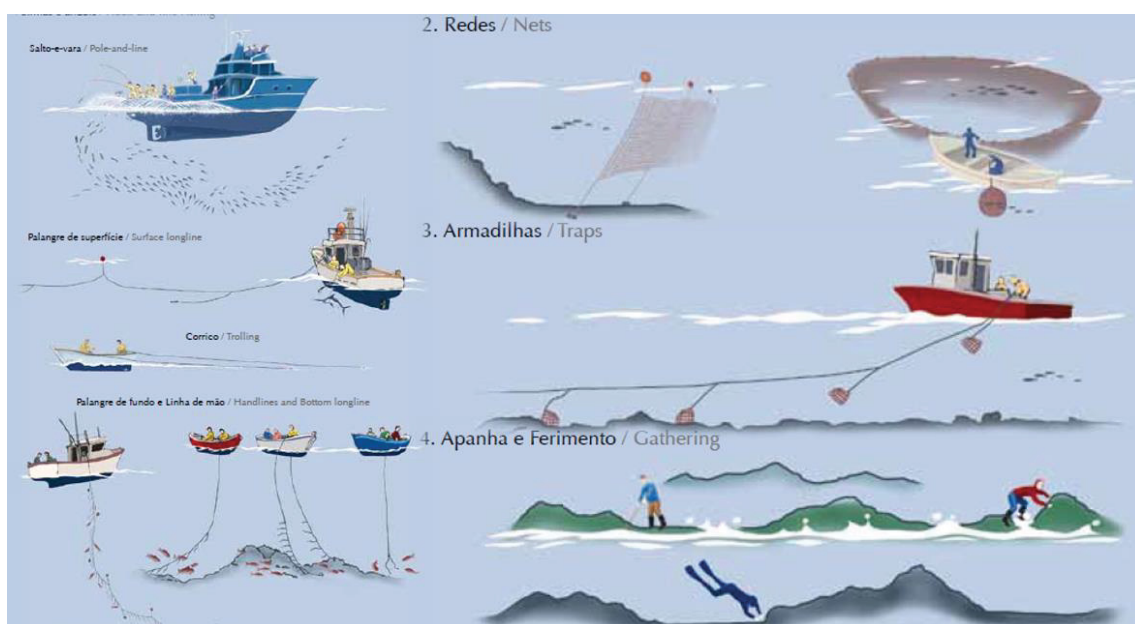
Fonte: Lotaçor (2017)

A comercialização de pescado na região constitui um processo económico complexo, assente em dinâmicas já estabelecidas e enraizadas, que só recentemente se têm ajustado e melhorado, de modo a suprimir a distância aos mercados externos, aumentar a eficiência, adotar estratégias já implementadas noutras regiões e valorizar o produto. A atual organização do mercado abrange uma enorme variedade de operações de equilíbrio entre oferta e procura ao nível das cadeias de distribuição com a diminuição da distância entre produção e consumo, hábitos dos consumidores e preços.

A atividade pesqueira açoriana está tradicionalmente sustentada nos recursos marinhos mais comerciais, dividindo-se principalmente em quatro estratégias: pesca de palangre de fundo e linha de mão para espécies demersais e profundidade, como o goraz, pargo, alfonsim, boca negra (*Helicolenus dactylopterus*), congro (*Conger conger*), abrótea (*Physis physis*) e peixe espada preto (*Aphanopus carbo*) e cefalópodes, como lula (*Loligo*

forbesi) e o polvo (*Octopus vulgaris*); pesca de pequenos pelágicos com redes de cercar para bordo, sacadas e redes da borda como o chicharro; salto e vara, utilizando isco vivo, dirigida aos tunídeos; e palangres de superfície para pesca de grandes pelágicos como o espadarte (*Xiphias gladius*) (Gallager, L. *et al.* 2003) (Figura 24).

Figura 24. Artes de Pesca nos Açores.



Fonte: Gallager, L. *et al.* (2013)

O principal aspeto que determina a distribuição e comercialização de peixes, como produto altamente perecível, é o requisito de distribuí-lo em condições satisfatórias de conservação para os centros de consumo, implicando processos de distribuição extremamente rápidos e eficazes. Por outro lado, a sazonalidade de oferta e procura e a sua exportação exige a implementação de sistemas técnicos de armazenamento e de refrigeração.

Na RAA, o mercado e canais de comercialização de pescado fresco estão distribuídos em três níveis: as lotas onde o peixe desembarca e é sujeito à primeira venda por sistema de leilão (salvo abastecimento direto ou outras previamente prevista); os intermediários que aproximam os portos de pesca ao centro de consumo; e o circuito grossista e retalho, indústria transformadora, hotelaria/restauração e exportação (Governo dos Açores, 2015).

O setor das pescas na RAA tem um peso muito significativo na economia regional, representando cerca de 3,8% do PIB regional¹⁰.

4.2 Comércio de Exportação

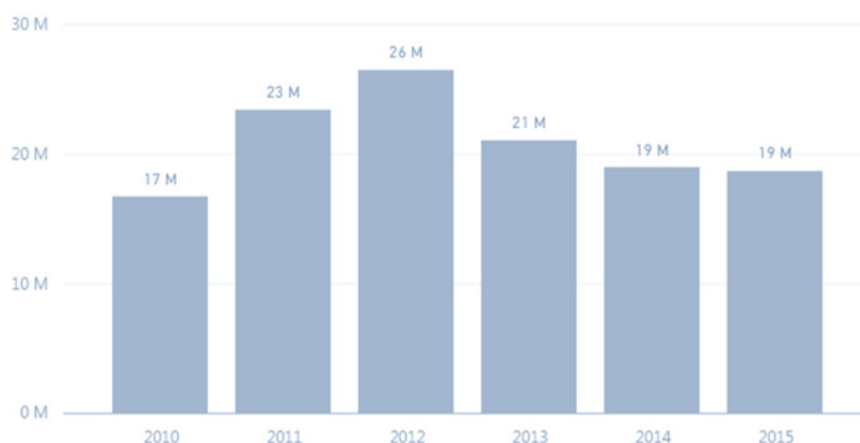
Para Silva, H. e Goulding, I. (2003) o número de empresas que se dedicam exclusivamente à comercialização de pescado no mercado interno é limitado. Estas pequenas empresas, que não integram os circuitos de exportação, também não apresentam estruturas tão complexas como os grandes grupos e estão expostas ao controlo dos preços de primeira venda e no abastecimento da matéria prima. Em complemento, algumas empresas menores, especializam-se em franjas de mercado específicas como o marisco, retirando assim melhores dividendos. As grandes empresas, que apresentam interesse no mercado interno, mas sobretudo na exportação, além de toda a logística inerente que é suportada pelos resultados, determinam as quantidades, valorização e margem nos preços cotados no mercado externo.

¹⁰ Fernandes, L. *Discurso de Abertura da Conferência AEFPA. Conferência Internacional sobre A Comercialização de Pescado Fresco na Europa – Presente e Futuro*. Site Lotaçor. 3 de agosto de 2017.

Nos Açores, segundo Melo, P. (2017) que cita Menezes, M. (1996), a exportação de pescado iniciou na década de 1980 por via aérea, tanto para Portugal continental, como para outros destinos. Este avanço permitiu o escoamento do pescado capturado em águas açorianas para novos mercados, induziu esforço de pesca na Região e valorizou o peixe, através da perceção da sua qualidade e consequentemente, pelo aumento dos preços.

A evolução do comércio internacional (no qual se inclui Portugal continental) no setor das pescas tem vindo a decrescer desde 2012, ano até ao qual se registava crescimentos anuais significativos, chegando aos 26M€. Após 2012, o ritmo inverteu e apresenta valores irregulares, sendo que nos últimos anos os valores médios situam-se nos 19M€. Espanha e Itália continuam a ser os principais mercados de exportação, muito pelos números apresentados no mercado das conservas (Figura 25) (Elavai, A. 2015).

Figura 25. Exportação de pescado dos Açores desde 2010 (€).



Adaptado: SREA (2016)

O principal vetor de valor de exportação é o atum, que em anos de boas safras aumenta o valor de exportações de pescado fresco dos Açores, como nos anos maus inclina a balança negativamente. Nesses anos, essa espécie é importada de países do Pacífico para

a indústria das conservas. No entanto, o pescado exportado representa entre 70 e 75% do pescado descarregado em lota. São onze as empresas que exportam pescado dos Açores, incluindo algumas das empresas açorianas com maior volume total de exportações nos últimos anos como a António Mineiro & Andrade, Lda e Lurdes Narciso, Import & Export, na exportação de pescado fresco e congelado, e outras duas do ramo da conserveira – Cofaco Açores - Indústria de Conservas, SA e a Pescatum, entretanto já desativada (Melo, P. 2017).

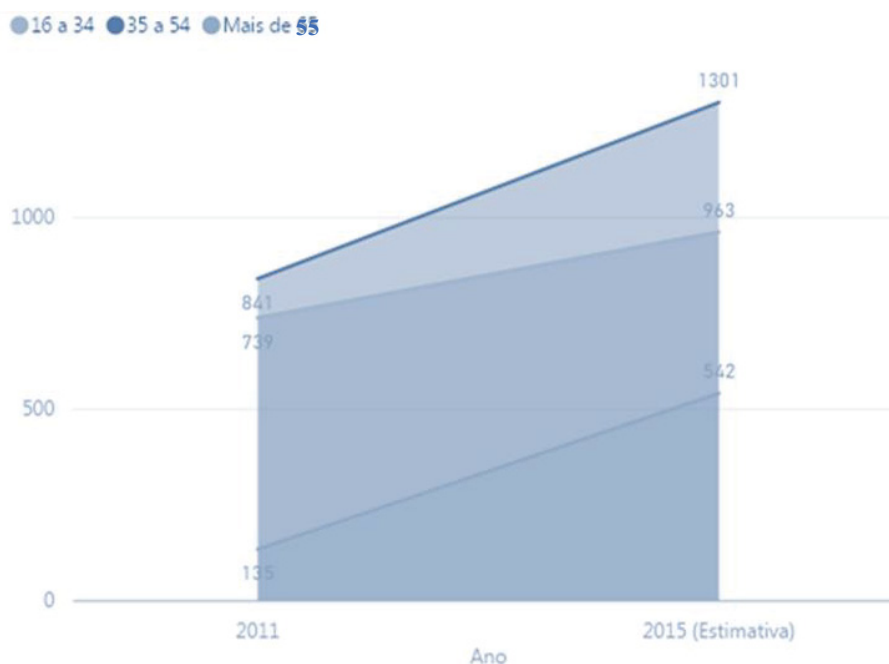
O comércio internacional dos Açores, representa 2 a 3% do PIB da Região, que não sendo significativo, equilibra a balança comercial, pois o valor total das importações tem tendência a ser sempre superior às exportações, sendo por vezes o dobro (Neves, C. 2015).

4.3 Dados de Emprego e Pesca

O setor das pescas é a principal fonte de exploração do mar nos Açores, constituindo uma importante fonte de rendimentos e de desenvolvimento com grande impacto social e económico na Região. Desde há anos que a pesca era usada para consumo próprio, usando técnicas tradicionais sem usar tecnologia nem meios que permitissem a sua comercialização sustentada. Atualmente, a pesca artesanal não é uma atividade de subsistência, pelo contrário, é uma atividade regulada que incorpora novos métodos e estratégias para maximizar os benefícios e se torna uma alternativa viável para reduzir a pobreza, devido à geração de empregos, continuando a ser constituída maioritariamente por comunidades de pescadores espalhadas pelas ilhas.

A importância da atividade da pesca para o emprego total na RAA tem decrescido desde o final dos anos 80, quando o número de empregados ultrapassou os 5000. A sua maior diminuição deu-se na primeira década do século XXI, quando registou uma redução para os 2000 pescadores registados. Segundo dados do SREA (2016) nota-se uma ligeira tendência crescente desde 2006, mas que não contraria a tendência geral de decréscimo. No entanto, ao contrário da tendência verificada nas restantes regiões da UE, os últimos dados estatísticos disponíveis evidenciam um aumento do número de pescadores matriculados nos portos dos Açores nos últimos anos. O número de pescadores registados nos Açores é de 3.151 (SREA, 2016) – a estimativa em INE (2017) é de 2806 – que representam cerca de 16% do total registado em Portugal, sendo também a Região com maior predominância de pescadores jovens (34.3%), percentagem essa que é semelhante à faixa dos 35 aos 54 anos (Figura 26).

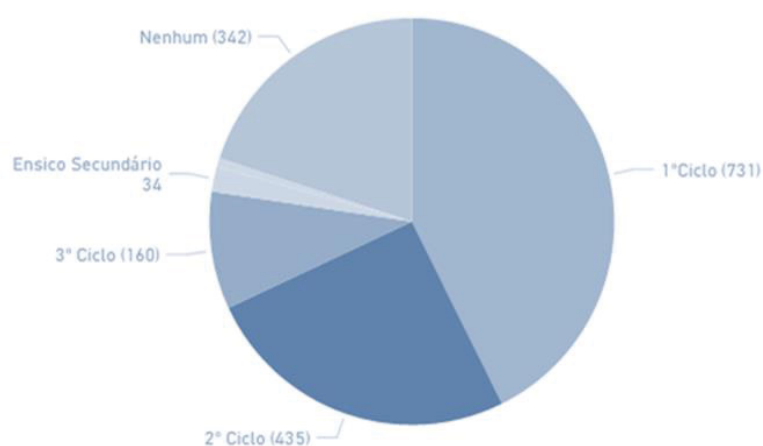
Figura 26. Emprego no setor das pescas açoriano por faixa etária.



Adaptado: SREA (2016) e INE (2017)

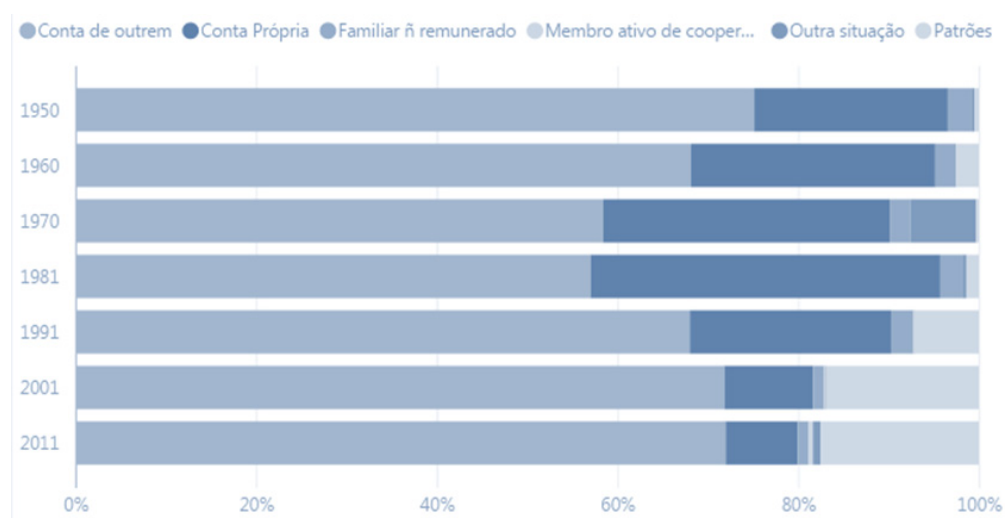
Segundo o INE (2017) a pesca nos Açores tem sido uma atividade dependente de mão de obra com baixa escolaridade, na sua maioria com o ensino básico (Figura 27), assente em unidades de pesca familiares ou de conhecidos da sua comunidade (Figura 28). Muitos pescadores mantêm uma atividade temporária em terra, como rendimento suplementar.

Figura 27. Número de pescadores por nível de escolaridade em 2011 nos Açores.



Adaptado: INE (2017)

Figura 28. Atividade económica no emprego na fileira das pescas nos Açores em 2011.



Adaptado: INE (2017)

O restante setor da pesca gera mais de mil postos de trabalho, na indústria de transformação, em especial a conserveira, no circuito de comercialização do pescado e nos transportes marítimos e aéreos.

4.4 Dados de Aquacultura

A aquacultura representa cerca de 40% do total de peixe e marisco consumido a nível mundial. A aquacultura tem vindo a estagnar na Europa (ao contrário de outras regiões, como os EUA e o Oriente).

Apesar de estar previsto a implementação de projetos piloto, a aquacultura comercial é ainda inexistente nos Açores, pois generalidade dos especialistas considera que as condições do mar dos Açores, profundo e com períodos de forte agitação, merecem a realização de atividades de ID específicas para se poder aferir do real potencial desta atividade na Região. Esta atividade tem sido feita apenas para fins de investigação científica de pequena escala e recorrendo apenas a espécies locais (Governo dos Açores, 2015).

4.5 Dados de Transformação de Produtos Piscícolas

A atividade pesqueira inclui as atividades de extração e de transformação de recursos marinhos, tanto para consumo direto – fresco, congelado, fumado e enlatado – e industrial – farinha e óleo de peixe.

A indústria de transformação, que é vista como uma atividade que adiciona valor ao peixe capturado, engloba uma ampla gama de grupos de espécies e de produtos como os congelados de pescada, polvo, pota e sardinha, etc.; as conservas de atum, sardinha e cavala; os produtos fumados como o salmão e a truta; a salga como o bacalhau; produtos cozidos ou ao vapor, como o mexilhão e camarão; e outros produtos pré-cozinhados como o *surimi*. O processo de transformação inclui o esventramento, a filetagem, o processo de acondicionamento (congelamento, enlatamento, etc.) e o tempero ou outra preparação para a sua comercialização. Este é um setor que apresenta qualidade, segurança alimentar e diversificação, sabendo adaptar-se à procura e ao gosto dos clientes (Goulding, I. e Stobberup, K. 2015).

A indústria transformadora de pescado nos Açores dedica-se, principalmente, à transformação de atum bonito, patudo e voador (*Thunnus alalunga*). Esta indústria é responsável por uma produção anual média de 20m ton, correspondentes a um valor de negócio estimado de mais de 50M€. Os principais países importadores de conservas açorianas são Portugal continental, Itália, Espanha e Reino Unido (Governo dos Açores, 2014a).

Atualmente, existem na Região um total de três empresas que se dedicam ao processamento e transformação de pescado, empregando perto de 750 pessoas: Grupo Cofaco, que opera no Pico e São Miguel e considerada a maior empresa de conservas instalada na RAA e a principal a nível nacional no que se refere a conservas de atum; Santa Catarina Indústria Conserveira, SA. de São Jorge reconhecida pela inovação dos produtos que tem vindo a colocar no mercado; e a Sociedade Corretora, Lda. de São Miguel.

4.6 Consumo Regional de Peixe

Para Pires, J. e Costa, S. (2011), Portugal é o país com maior consumo *per capita* de pescado fresco na UE, com 55.6 kg/ano, mais do dobro da média europeia (22.3kg) (Esteban, A. e Crilly, R. 2012). As espécies mais consumidas são a sardinha (*Sardina pilchardus*), o carapau (chicharro), o polvo nacional, pescada, a cavala nacional (*Scomber colias*) e peixe-espada-branco (*Lepidopus caudatus*). No total, consomem-se 600Mton/ano.

O consumo de peixe está ligado não só à tradição gastronómica da Região, mas também ao preço a que o peixe é vendido ao cliente final. Em 2013, a revogação da Portaria nº50/90 de 11 de setembro, pela Portaria nº70/13, que liberalizou o mercado de comercialização de pescado fresco, aboliu a regulamentação que limitava a participação na cadeia a apenas um intermediário e fixava as margens máximas de comercialização. No entanto, não há conhecimento suficiente para perceber se a escalada do primeiro preço de venda e a diferença entre esse mesmo preço e o preço final de venda ao cliente está ligada a essa alteração da lei. Sabe-se sim, que a concorrência internacional em mercado aberto não permite baixar o preço do peixe nos Açores.

Um estudo em 2003, o único publicado sobre a matéria, regista que os Açores são a região portuguesa com maior consumo de peixe *per capita*, consumindo 76.3kg/ano, o equivalente a mais de 14mton/ano (Silva, H. e Goulding, I. 2003). O estudo indica que há muita variação nos hábitos alimentares na Região, em que há famílias que a sua base alimentar não inclui peixe, assim como outras em que a dieta é feita à base de pescado, assim como no consumo de espécies, sendo o chicharro, a abrótea e a garoupa as mais consumidas. A ilha de Santa Maria tem o consumo anual *per capita* mais elevado com 94kg e as Flores com o mais baixo, 51kg.

5. Processo de Comercialização de Pescado Fresco nos Açores

5.1 Descrição do Processo e Agentes Intervenientes

A comercialização de pescado constitui um processo económico complexo e que integra várias operações orientadas para a aproximação e disponibilidade do produto ao cliente, diminuindo a distância entre produção e consumo. Duas das características principais que definem este produto são o seu nível de perecibilidade e o seu alto valor quando comparado com outros produtos do setor primário. Este carácter diferencial influencia de forma determinante os intervenientes diretamente no processo: o setor extrativo – armadores, frota e pescadores; as lotas; os compradores e os intermediários; os exportadores; o comércio especializado; a grande distribuição; canal HORECA; e mais indiretamente, o poder político e as associações e sindicatos do setor.

5.1.1 Oferta e Procura

O principal objetivo de qualquer sistema económico reside em encontrar um equilíbrio entre oferta e procura, criando alguma estabilidade na economia e permitindo benefícios positivos ao longo do tempo. O sistema de comercialização no setor das pescas funciona sobre um permanente desajustamento entre a oferta e a procura de pescado fresco, tanto por excesso como por escassez (Antoni, M. 2015). A procura pode ser mais estável que a oferta, pelo que a influência desta última na formação de preço de venda é maior. Segundo o estudo de Fernandez, J. (2013) as ações de preço vão sendo corrigidas e adaptando-se à oferta e procura à medida que o produto vai evoluindo na cadeia de

comercialização, pois para cada agente ou troca comercial existem mecanismos que controlam o excedente de oferta ou o déficit da procura, autorregulando o mercado:

- Para qualquer volume de pescado leiloado, todo o pescado em lota é vendido. À medida que os compradores vão satisfazendo as suas necessidades de compra, com base em encomendas, exportações e necessidades do mercado, o restante *stock* de peixe diminuirá preço até que se venda;
- A previsão de pescado descarregado para os dias seguintes e a previsão de procura influenciam também a compra, podendo o comprador guardar mercadoria para abastecer os clientes em casos de escassez da oferta;
- Se a oferta tende a ser superior à procura, o próprio armador “retira” peixe ao mercado, não saindo para o mar, devolvendo o peixe capturado ao mar ou utilizando redes com diâmetros adequados para as suas necessidades como vendedor;
- O excedente de oferta pode ser vendido diretamente para a indústria transformadora ou escoado comercialmente a preços muito baixos, quando a sua qualidade diminui e de modo a ter sempre só peixe fresco para venda;
- Se a procura é muito superior à oferta, os preços aumentam e não cobre parte da procura, situação na qual o cliente procura produtos substitutos como a carne e o peixe congelado;
- A importação de pescado atua como um regulador de preço e como escape à falta de oferta de peixe fresco no mercado regional. Em casos em que os preços disparam pelo déficit de oferta em relação à procura, trazer peixe de fora, mesmo com menor qualidade, o cliente direcionará o seu consumo para este produto, o que a curto prazo influenciará a diminuição do preço de venda em lota do restante peixe.

5.1.2 Regulação do Comércio de Pescado Fresco

Dada a natureza da pesca e a natureza altamente imprevisível e flutuante da produção, é inevitável uma certa disparidade entre oferta e procura, particularmente no caso das espécies sazonais. Para corrigir os efeitos mais adversos dessas flutuações são criados mecanismos de intervenção e de regulação da pesca e do mercado (*1.2 - Normas de Referência das Pescas nos Açores*), como limitações de capturas ou de esforço de pesca, limitações no número de barcos e tempo de atividade pesqueira, regulação das características do tipo de pesca, valor mínimo do primeiro preço de venda, etc., que são todas aplicadas sobre o Decreto Legislativo Regional n.º 29/2010/A de 9 de novembro – Quadro legal da pesca açoriana (redigido no Decreto Legislativo Regional n.º 31/2012/A, de 6 de julho):

- Categorias de frescura e calibres;
- Regulação de pescas com períodos de defeso, limitar calibres de tamanho e de peso, implementação de quotas por ilha e/ou embarcação de determinadas espécies;
- Obrigação de todo o peixe descarregado passar pela lota;
- Paragens biológicas;
- Controlo do peixe pescado legalmente de modo a diminuir a fuga à lota;
- Regulamento de venda direta por pescadores;
- Incentivos para aumentar a procura.

5.1.3 Captura

Nos Açores, o número de espécies pescadas anualmente inclui mais de 130 espécies diferentes, no entanto, somente cerca de 50 das espécies têm valor comercial (Rodrigues, L. 2017). As capturas são registadas pela espécie, quantidade, frescura, zona de pesca e método de pesca.

A captura de grandes pelágicos, sobretudo atuns como o bonito e o patudo, mas também pequenos pelágicos, como o chicharro, e de peixes demersais, essencialmente goraz pelo seu valor económico, e espécies como a abrótea, o cherne, o boca-negra, o cântaro (*Pontinus kuhlii*), o congro, o imperador (*Beryx decadactylus*) e o alfonsim, constituem as duas pescarias principais nos Açores. A captura de espécies pelágicas na ZEE dos Açores é realizada principalmente nas zonas perto de costa, bancos de pesca e montes submarinos, essencialmente com artes de salto-e-vara para tunídeos, redes de cerco, sacadas e redes de emalhar para pequenos pelágicos e palangre de superfície para captura de espadarte e tubarões (Menezes, G. *et al.* 2012).

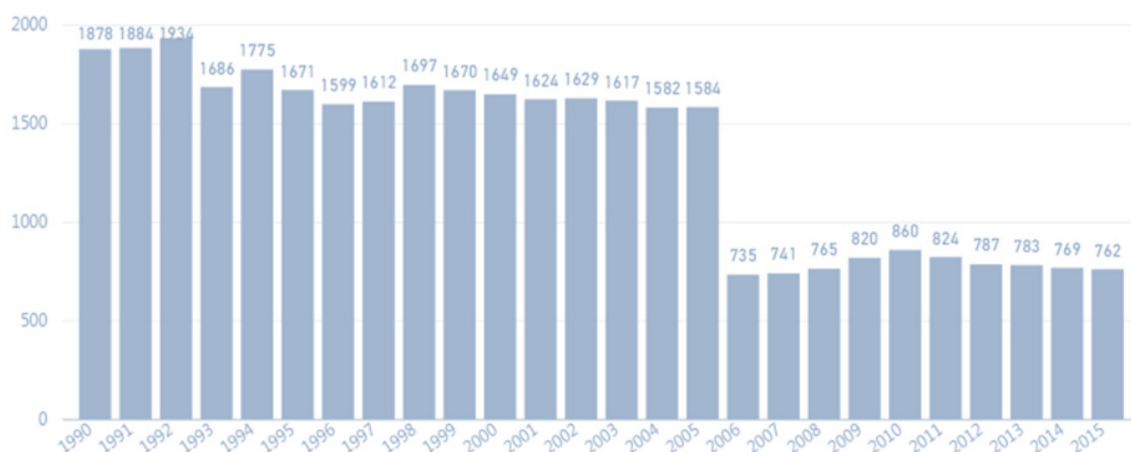
A sobrepesca provocada motivada por um elevado número de pescadores e por uma frota desajustada aos recursos existentes, tem acarretado consequências negativas no rendimento de toda a fileira, em particular dos pescadores e das suas comunidades.

5.2 A Frota

Segundo Menezes, G. *et al.* (2012) a maioria dos pescadores da RAA opera em embarcações polivalentes, ou seja, que não são especializadas para o uso de um único tipo de arte de pesca. A frota de pesca que opera nos Açores divide-se em 2 segmentos: a pequena pesca costeira, ou pesca artesanal, que integra um subsegmento com embarcações de 9 a 12 metros, com capacidade de pesca até as 50 milhas, e a pesca de fundo, segmento constituído pelas embarcações com mais de 12 metros.

Em 2016, a frota açoriana era composta por 762 embarcações (SREA, 2016), número este que se mantém estável desde 2011, ano em que estavam registadas 824 embarcações, mas muito longe do ano de 1990 (1878 embarcações), devido à política de subsídios para o abate de embarcações da UE¹¹, a partir de 2005 (Figura 29).

Figura 29. Número de embarcações por ano nos Açores, desde 1990.

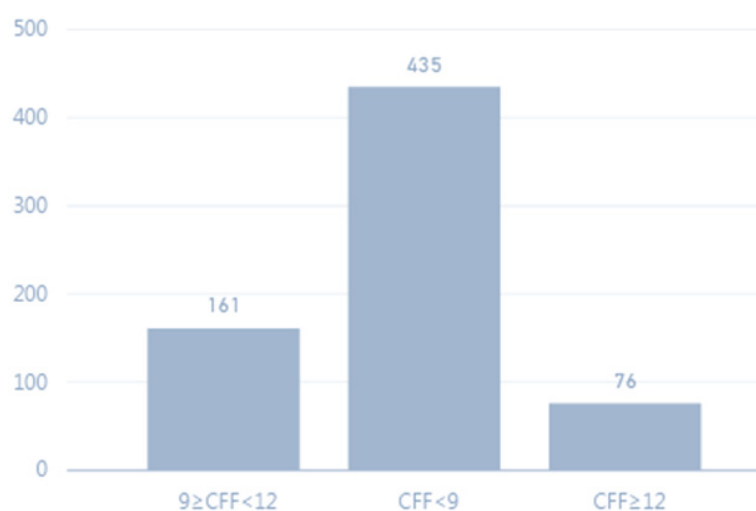


Adaptado: SREA (2016)

¹¹ Regulamento (CE) nº 1198/ 2006 do Conselho, de 27 de julho, relativo ao Fundo Europeu das Pescas

Segundo dados do Governo dos Açores (2014), após 2010 registou-se uma diminuição do número de embarcações licenciadas (-13%), mas com evoluções diferenciadas de acordo com os segmentos da frota: o número de embarcações com comprimentos inferiores a 9m tem diminuído (-23%), enquanto o número de embarcações com comprimentos superiores variou positivamente (5% e 11%, para os segmentos da frota com, respetivamente, comprimentos entre 9 e 12 metros e mais de 12 metros), indiciando um aumento do esforço de pesca. Em 2016, 83.7% das embarcações tinha um comprimento total inferior a 12 metros, que favorece as saídas de menos de 48 horas e leva à descarga de pescado com maior qualidade e grau de frescura, e apenas 0.8% de frota é constituída por embarcações sem motor (SREA, 2016) (INE, 2017) (Figura 30).

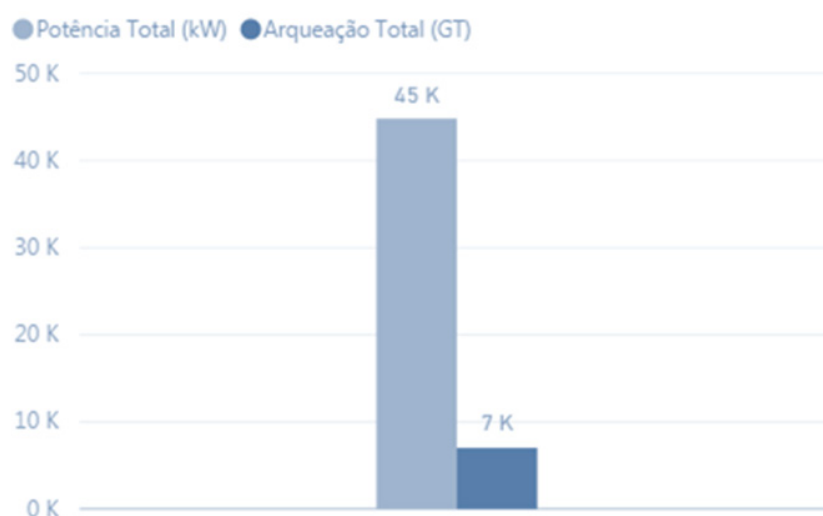
Figura 30. Número de embarcações por classe em 2016 nos Açores.



Adaptado: SREA (2016) e INE (2017)

A frota pesqueira apresenta uma tonelagem bruta combinada de 7.2 MGT e uma potência de motor de 44.6 MkW (Figura 31) (INE, 2017), que aumentou 30% desde 2003 (Governos dos Açores, 2014).

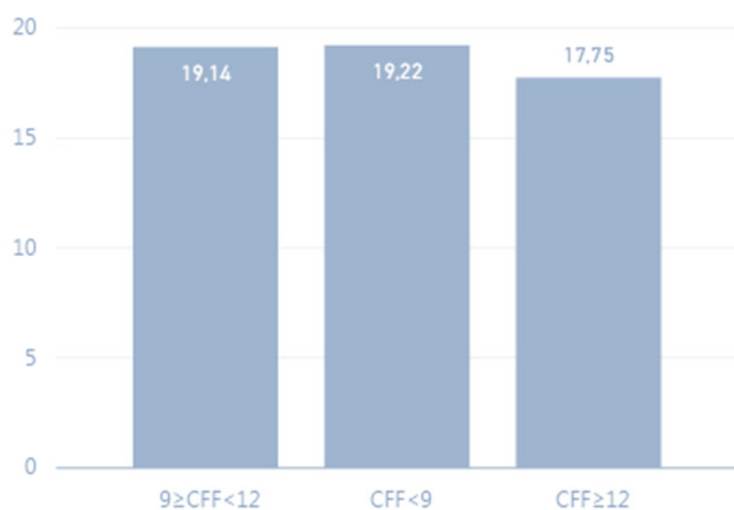
Figura 31. Potência e arqueação da frota açoriana em 2016.



Adaptado: INE (2017)

A frota apresenta uma idade média de 18.5 anos, sendo que o segmento da frota mais envelhecido, com uma idade média de 19 anos, é constituído por embarcações com comprimentos até 12 metros (Figura 32) (Governo dos Açores, 2014a).

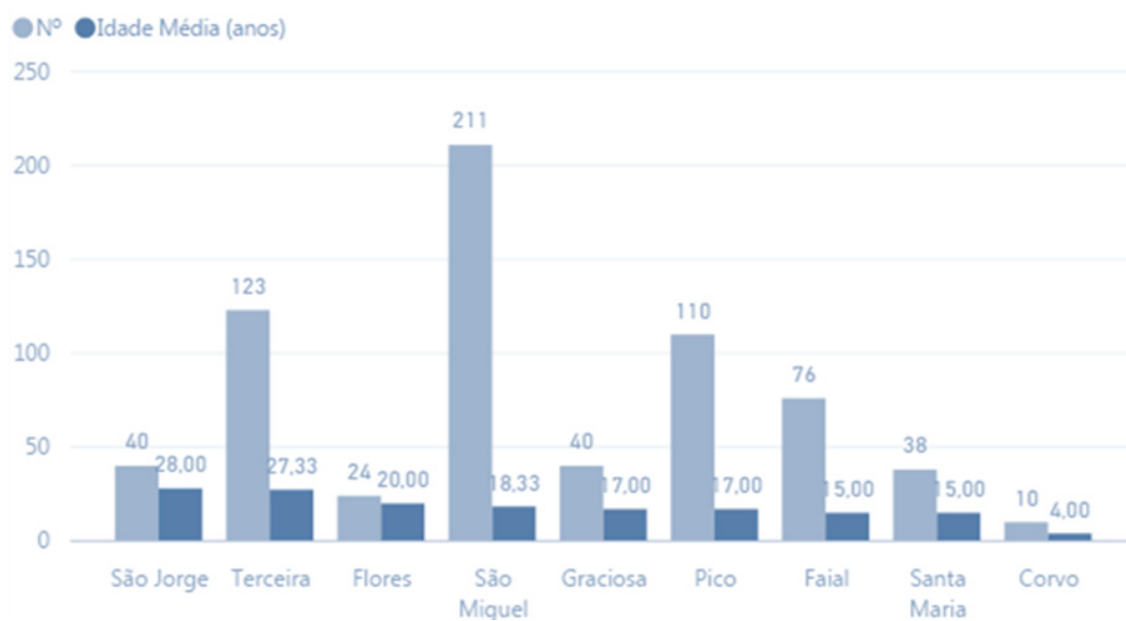
Figura 32. Idade da frota açoriana por comprimento da embarcação em 2016.



Adaptado: Governo dos Açores (2014)

A frota de pesca encontra-se distribuída por 11 portos de registo na RAA, sendo a ilha de São Miguel que apresenta o maior número de embarcações licenciadas em todos os segmentos de frota, representando as suas 211 embarcações (31% da totalidade da frota), a ilha São Jorge apresenta a frota mais envelhecida, com uma idade média perto dos 30 anos, seguida da Terceira, enquanto que a ilha do Corvo (também a ilha com menos embarcações) apresenta as embarcações com a construção mais recente, com idades médias de 4 anos (Figura 33) (Governo dos Açores, 2014a).

Figura 33. Número e idade média das embarcações por ilha em 2016.



Adaptado: Governo dos Açores (2014)

5.2.1 Fluxos do Pescado

Para Cardoso, B. (2012) quanto maior a perecibilidade e diversidade dos produtos, maior a necessidade de melhorar as funções dos extratores, compradores, grossistas e retalhistas, e além disso, exigem uma maior intensidade dessas funções: transporte mais adequado e mais célere, melhor armazenamento, maior capacidade de compra de transações vendas, etc.

Entre a captura e o cliente final, o nível de intermediários depende da perecibilidade dos produtos, pois há custos de armazenagem e transporte que são imputados até ao preço de venda final. No pescado, minimizando este número, sem nunca comprometer a qualidade do produto, permite diminuir o preço de venda, assim como rastrear melhor a cadeia de valor.

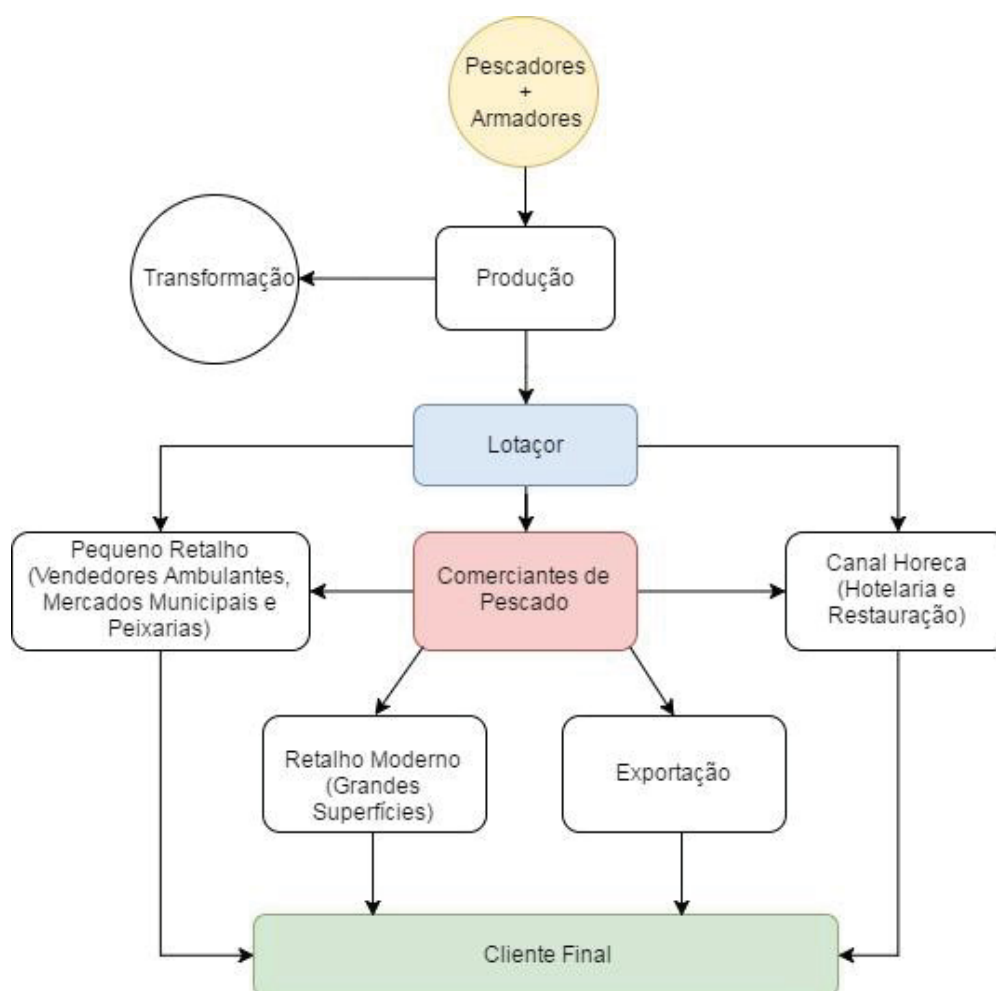
Os processos nas redes comerciais têm de ser eficazes, principalmente num mercado relativamente fechado como o dos Açores, que com o aumento da procura exterior, poderá levar à sobre pesca e acentuar consequências num sistema pouco eficiente.

As tendências observadas na distribuição comercial nos Açores, semelhantes em outras regiões, podem-se comparar com a teoria do polimorfismo, isto é, muda-se a forma, mas não se muda a natureza. Desde uma interpretação homogénea até aos anos 80, em que havia um grande número de estabelecimentos e de venda ambulante, dispersos de acordo com as necessidades da população; passou-se para um paradigma de dualismo dos anos 90, com segmentação entre grandes organizações e pequenas empresas familiares; e o presente,

com a grande distribuição e as estratégias viradas para as marcas, para o consumo saudável e para a globalização (Pires, A. 2015).

Os intervenientes mais relevantes, do lado da oferta, são os produtores, os compradores, os exportadores e a indústria. Do lado da procura, são os mercados e peixarias, a grande distribuição, os vendedores ambulantes e o cliente final (Figura 34).

Figura 34. Circuito de comercialização de pescado fresco na RAA.



Adaptado: Melo, P. (2017)

5.2.2 A Lota

O alto nível de dispersão da frota pesqueira e seus locais de desembarque torna o abastecimento de produtos da pesca muito fragmentado. A lota ou união de lotas, permite uma gestão unificada de todo o pescado descarregado, assim como uma uniformização de controle dos desembarques, dos tamanhos mínimos do peixe, as condições sanitárias corretas, a primeira venda e a rotulagem.

Nos Açores, a Lotaçor tem por missão realizar todas as operações de primeira venda de pescado, bem como o apoio ao setor da pesca e respetivos portos, as condições necessárias à produção, distribuição e comercialização do pescado da Região (Lotaçor, 2017). Existem 11 lotas nos Açores, uma por cada ilha, sendo que a ilhas de São Miguel e Terceira têm duas.

5.2.3 Primeira Venda

Segundo Vindel, C. (2015) o sistema de primeira venda de pescado fresco deve ser eficaz e eficiente, adotando mecanismos que garantam a rastreabilidade, assegurem a salubridade e a não adulteração dos produtos da pesca, promovam confiança no consumidor e a qualidade e valorização do pescado, contribuindo, assim, para o aumento do rendimento dos pescadores. O sistema deve incluir também medidas adequadas para combater a fuga à lota, garantir a criação de valor no produtor e no comprador e assegurar a justa remuneração dos pescadores, contribuindo simultaneamente para a boa gestão dos recursos.

A transmissão ou entrega de peixe fresco processa-se obrigatoriamente na lota correspondente ao porto de desembarque, nomeadamente para efeitos do controlo de quantidade e qualidade.

Sem prejuízo de normas especiais (contratos de abastecimento direto ou para transformação), a primeira venda de todo o pescado fresco é obrigatoriamente realizada em lota¹², pelo sistema de leilão invertido (contagem decrescente e licitação por comando)¹³, que pode ser presencial ou à distância, incluindo através da Internet.

O leilão do pescado efetua-se por via eletrónica e inicia-se pelo anúncio do número de lote, espécie, peso, frescura e tamanho da espécie, bem como do valor de início de venda determinado pela Lotaçor, de modo a salvaguardar os interesses das partes intervenientes. Sobre o pescado atribuído a título de remuneração em espécie e vendido em lota, incidirá, para além da taxa de comprador, a taxa de vendagem e todas as demais taxas, descontos ou impostos.

Desde que devidamente registados, os produtores, organizações de produtores, grossistas, retalhistas, industriais de pescado, industriais de hotelaria e de restauração, bem como as associações representativas dos produtores e dos comerciantes, têm acesso à primeira venda e à intervenção no leilão. Apesar de historicamente haver um certo monopólio de um número reduzido de empresas que controlam o mercado de pescado fresco, encontram-se registados na Lotaçor mais de uma centena de compradores (Lotaçor, 2007).

¹² Decreto-Lei n.º 303/87 de 4 de agosto

¹³ Decreto-Lei n.º 81/05 de 20 de abril

5.2.4 Logística no Transporte do Pescado Fresco

O custo do transporte de pescado é elevado em comparação com outras mercadorias, devido às suas características perecíveis e à necessidade de ter cadeia de frio ao longo de todo o processo. Contrariamente ao passado, em que o consumo era local, sem infraestruturas e com pouca logística no transporte, neste momento o mercado de distribuição e os operadores de empresas de pescado fresco têm de colocar peixe rapidamente, ao mínimo custo, mantendo a qualidade máxima. A logística de transporte de pescado fresco passou de âmbito local, depois para âmbito regional com o transporte via aérea entre ilhas, e mais recentemente para a sua exportação para o continente e para mercados exteriores. Esta distribuição, além de requerer uma rede de lotas equipada com cadeia de frio, que permite o armazenamento de pescado desde o seu descarregamento até à sua licitação, precisa de um transporte terrestre, marítimo e aéreo que evite exposição à contaminação, esmagamento e vibração, com também uma boa drenagem. Relativamente a marisco, tem de ser transportado ainda vivo.

Num mercado cada vez mais exigente e em constante alteração no setor e nos hábitos dos consumidores, as grandes empresas de pesca e de transporte dos Açores, encontram-se preparadas para esta logística, tanto em fresco como em congelado. O único constrangimento encontra-se nas limitações no transporte aéreo de carga de pescado fresco e na ausência de um cargueiro aéreo com operações diárias da RAA para a Portugal continental e outras regiões (Melo, P. 2017).

5.3 Melhorias na Conservação de Produtos Frescos e Novas Tecnologias

Segundo o estudo de Cardoso, B. (2012), tratando-se de um produto altamente perecível, o tempo que o pescado fresco pode estar na banca, em condições para ser vendido, é naturalmente curto. Embora não exista um prazo de validade físico que possa ser transmitido ao cliente, os produtos só podem ser comercializados enquanto apresentarem claros sinais de frescura como o cheiro a maresia, as escamas firmes, guelras avermelhadas, e os olhos “vivos”, caso contrário a saúde pública poderá ficar em causa. Regra geral, o porte de cada espécie influencia diretamente o tempo médio de validade, sendo que quanto maior for a espécie, maior será o tempo médio de validade. Se por um lado um cherne ou um goraz é possível que aguente entre 4 a 5 dias sem perder as suas características, o mesmo não sucede com o chicharro ou sardinha, que por serem espécies de menor calibre e firmeza, acabam por apresentar sinais de falta de frescura ao final do primeiro dia na banca.

No entanto, não são só as características intrínsecas do pescado que estão na base do tempo médio de validade, havendo fatores como o tipo de captura, duração entre descarga e cliente final, número de intermediários e condições de transporte, que influenciam negativa ou positivamente. Segundo Restolho N. (2011; *cit in* Cardoso, B. (2012)), a temperatura ambiente, o gelo, ou o manuseamento do pescado ao longo do dia na banca, também influencia diretamente o estado de conservação do produto, que deverá rondar os 2°C.

No pescado fresco, nem sempre é possível garantir o *First In First Out* (FIFO) e o *First Expired First Out* (FEFO), o que ao contrário do que se passa com produtos em que existe *stock* e um prazo de validade físico dificulta ainda mais todo o processo de gestão e prevenção da quebra.

Segundo a SONAE MC (2017) os novos métodos de tratamento e conservação de pescado fresco têm assente tecnologia menos agressiva em termos térmicos, com menor consumo de energia na sua implementação, que aumentam a vida útil e são seguros contra agentes bacterianos. Tecnologia alimentar como a conservação a vácuo ou a modificação da atmosfera com ozono permitem preservar as qualidades nutricionais do produto e muitas vezes, já em condições de pré-preparação.

5.4 Controlo e Inspeção de Pescado

Para a SONAE MC (2017) o controlo de qualidade deve ser efetuado ao longo da cadeia de comercialização, de forma a garantir que o pescado se encontra sempre em perfeitas condições desde a captura ao consumidor final. O primeiro controlo sanitário do pescado é assegurado entre a descarga e o ato de entrega do pescado ao comprador ou sempre que existir solicitação explícita nesse sentido, por parte de armadores, compradores ou da própria lota, cabendo às autoridades sanitárias competentes a sua inspeção e respetivo relatório. Os responsáveis de receção e controlo alimentar presentes ao longo do processo controlam os requisitos comerciais, como garantias sanitárias de origem, guias de remessa e faturas, e requisitos de segurança alimentar, como as alterações macroscópicas e organolépticas.

Falhas na cadeia aumenta a probabilidade de proliferação de agentes com capacidade de provocar danos à saúde do consumidor ou de tornar o alimento impróprio para consumo. De forma a garantir a qualidade e segurança de todo o pescado fresco, todos os intervenientes no processo, desde a extração ao consumidor final, têm de ter implementado um sistema de *Hazard Analysis and Critical Control Points* (HACCP).

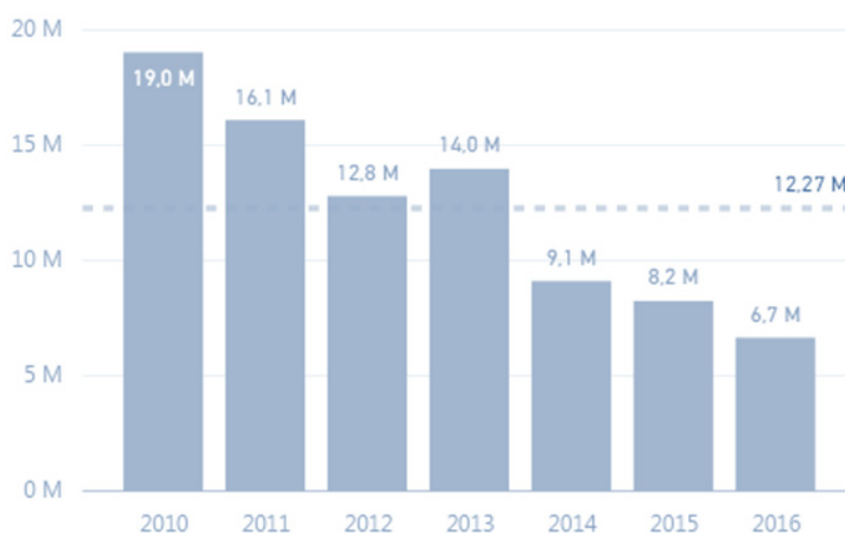
6. Bases de Dados Publicadas – Análise e Discussão da Evolução

Recente do Setor das Pescas nos Açores

6.1 Descargas em Lota

Foram descarregados nos Açores 85.9Mkg desde 2010. As descargas em lota atingiram uma quantidade mínima de 6.7Mkg em 2016 (Figura 35) quando já vinham a perder consecutivamente desde 2011, exceção feita a 2013, ano em que as descargas de tunídeos se aproximaram pela última vez dos valores de 2010 e 2011 (Figura 50 e Figura 56). A média anual nos últimos seis anos é de 12.27Mkg/ano, sendo que desde 2014 as descargas têm ficado sempre inferiores à média, com um decréscimo de 67% em 2016 face a 2010.

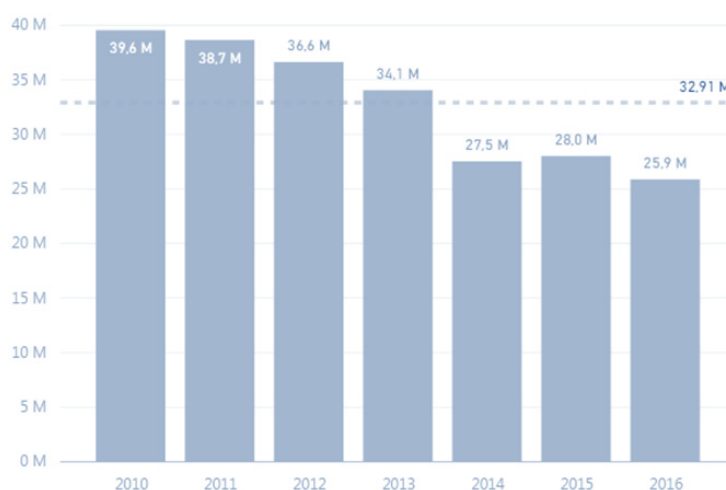
Figura 35. Descargas anuais em peso de pescado nos portos dos Açores (kg).



Adaptado: Dados fornecidos pela Lotaçor (2017)

Em termos de valor, transacionaram-se 230.4M€ nos últimos seis anos, sendo também em 2010 que o valor transacionado foi maior, chegando perto dos 40M€ (Figura 36). Estas transações resultam de 545432 movimentos de compra em lota. Pela diminuição das quantidades transacionadas, apenas o ano 2013 difere da evolução vista no gráfico anterior, pois o valor médio de €/kg foi inferior a 2012 (Figura 37), apesar das quantidades serem superiores. O ano 2016 apresenta-se como o ano com o menor valor transacionado, mas aqui, também pelo aumento do valor médio, a diferença percentual, neste caso -35%, não é tão inferior a 2010, como comparado em quantidade.

Figura 36. Valor anual das descargas de pescado nos portos dos Açores (€).

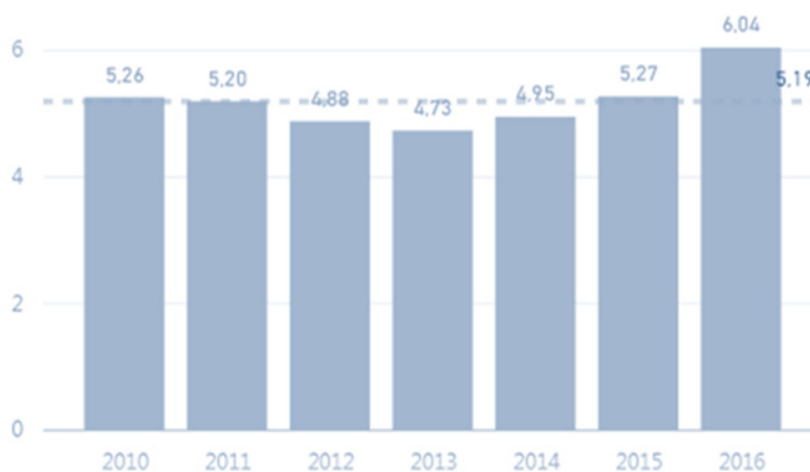


Adaptado: Dados fornecidos pela Lotaçor (2017)

Nos seis anos de estudo, o valor médio do preço médio foi de 5.19€/kg (Figura 37). Os valores médios de €/kg vendido foram inferiores em 2013, devido à deflação no preço do atum patudo e bonito, no mesmo ano em que houve um aumento das descargas. Em 2013 também foi o ano em que houve mais descargas de peixão (480Mkg), classificando-o como quarto peixe mais descarregado do ano nos Açores, ao mesmo tempo em que o preço/kg também atingiu o ponto mais baixo, 5.68€ (Figura 72 e Figura 74).

Pelo contrário, os valores mais altos verificaram-se em 2016, com um preço €/kg médio de 6.04, acompanhando a tendência de aumento médio dos últimos 3 anos. O ano 2016 destacou-se pela negativa, sendo historicamente o ano em que houve menos descargas em lota, como visto na Figura 35. No entanto, este ano pautou-se pelo aumento da quota do goraz, já sobre o aumento de 100ton para o ano de 2015, que sendo uma espécie muito valorizada, especialmente para o mercado de exportação em alturas festivas como o Natal, levou ao aumento do preço médio. Também em 2016 se verificou uma diminuição das descargas do chamado “chicharro novo” (calibre 0.02 a 0.08kg/peixe), que por ser uma das espécies mais prezadas pelos açorianos e num mercado de oferta e procura, levou também ao aumento do seu preço médio para valores de 2012, ano em que as descargas nesta mesma espécie e calibre também foram baixas (Figura 65). Por outro lado, as menores descargas de espécies menos valorizadas, também levou ao incremento do preço médio (Figura 37).

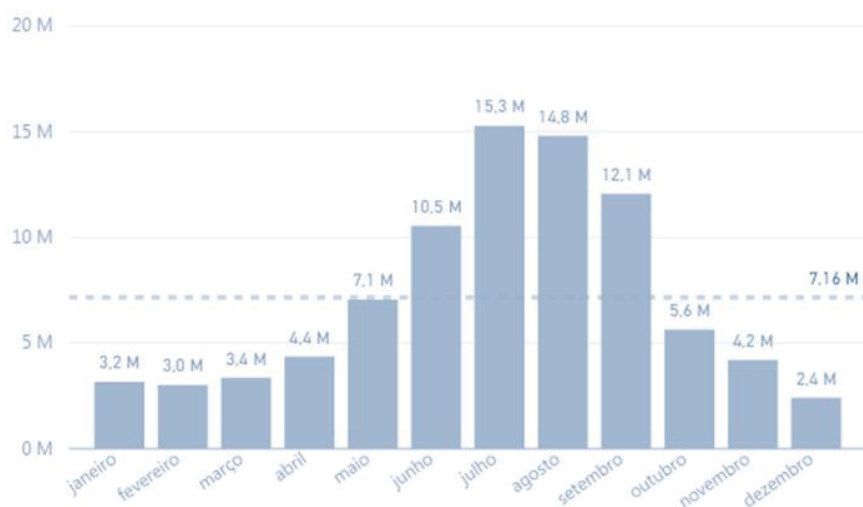
Figura 37. Preço médio anual do pescado transacionado nas lotas dos Açores (€/kg).



Adaptado: Dados fornecidos pela Lotaçor (2017)

É durante o verão que são descarregados os maiores volumes de pescado, sendo que de junho a setembro as descargas estão acima da média (7.16Mkg) (Figura 38). Estes meses coincidem com a safra de atum, que chega ao mar dos Açores quando as águas têm uma temperatura superior e a meio da sua migração no Atlântico. Os restantes meses estão mais dependentes das condições do mar, dos ciclos ambientais das espécies e das quotas atribuídas a cada uma. O mês mais proveitoso é julho, com 15.3Mkg, com 2011 e 2013 a serem os anos com as maiores descargas (3.4Mkg e 2.9Mkg respetivamente), anos em que a safra do atum foi maior, refletindo-se também nos resultados na lota da Madalena (Figura 78 e Figura 79).

Figura 38. Descargas mensais em peso de pescado nos portos dos Açores (kg).

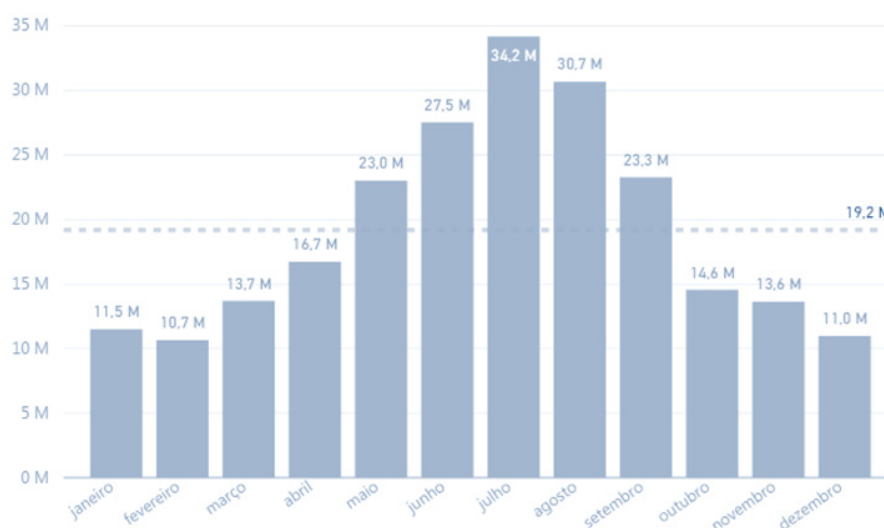


Adaptado: Dados fornecidos pela Lotaçor (2017)

Em valor, a tendência mantém-se, com os meses mais quentes (incluindo maio) a apresentarem os maiores valores transacionados, também superiores à média e sendo 2011 e 2013 os anos mais proveitosos (Figura 39). Junho apresenta-se como o mês com melhores resultados, 34.2M€. Estes resultados assentam não só pelas razões apresentadas na análise

anterior ao atum, mas também pelo valor do goraz e peixão que apesar de no verão serem capturados em menores quantidade que outras espécies, a sua valorização coloca-os em destaque. De referir que na altura do Natal há um incremento nas descargas de espécies mais nobres e de cefalópodes, o que em termos de valor compensa a ausência de capturas em muitas outras espécies em destaque nos meses mais quentes.

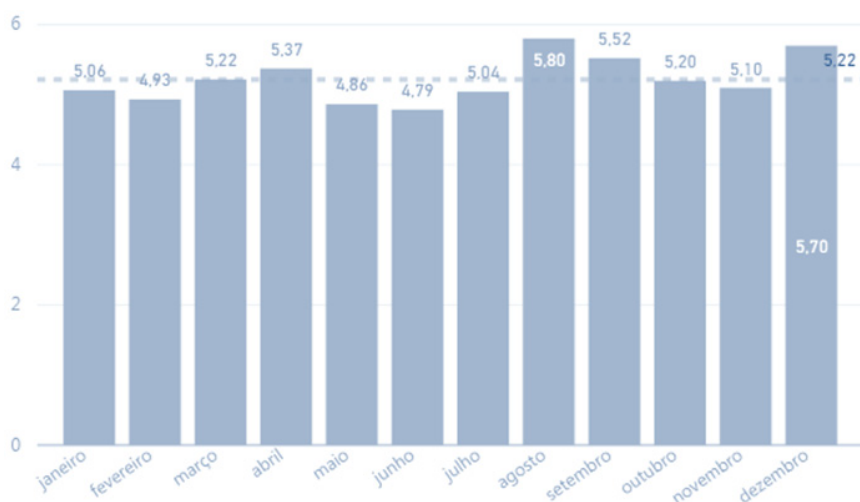
Figura 39. Valor mensal das descargas de pescado nos portos dos Açores (€).



Adaptado: Dados fornecidos pela Lotaçor (2017)

Em termos de preço médio por kg, os meses onde este valor é superior coincidem com meses de festividades como Natal e Páscoa, mas também com o período entre março e abril em que a pesca de marisco é mais acentuada, principalmente de cavaco (*Scyllarides latus*) e lagosta (*Palinurus elephas*), que têm preços mais elevados (Figura 40). Agosto é o mês com a média de preço mais alta por kg influenciado por ser um dos meses onde as descargas de peixe nobre são maiores nas ilhas das Flores, Corvo e Graciosa e por ter apresentado acontecimentos extraordinários como a subida acentuada dos preços do atum em agosto de 2016 e das lapas (*Patella* spp.) em agosto 2010.

Figura 40. Preço médio mensal do pescado transacionado nas lotas dos Açores (€/kg).

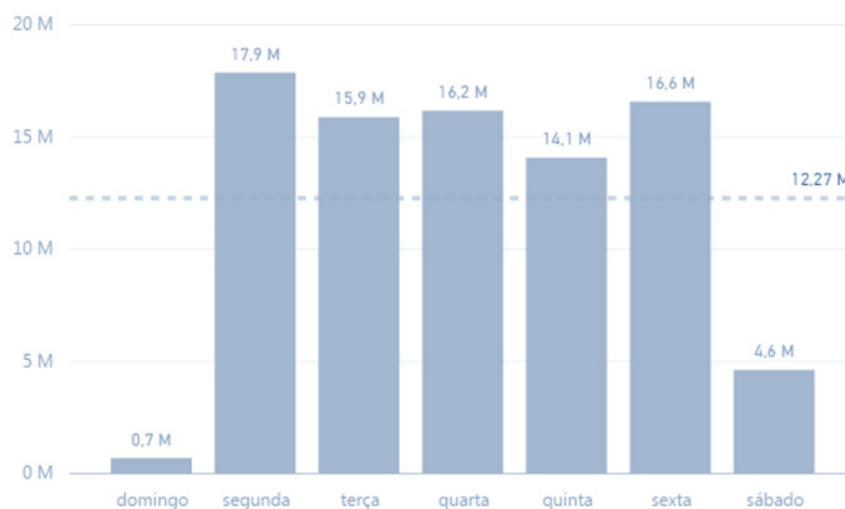


Adaptado: Dados fornecidos pela Lotaçor (2017)

Relativamente às transações diárias, a segunda-feira apresenta o maior volume, e alcançou nos últimos seis anos valores perto dos 18Mkg, seguida da sexta-feira com 16.6Mkg (Figura 41). A segunda-feira por contemplar as descargas do fim de semana e por ser o dia usual de os grandes palangreiros descarregarem, depois de terem feito dias de pesca nos bancos mais distantes da costa, e a sexta-feira por ser o dia em que as descargas são direcionadas para as exportações, principalmente para Portugal continental via marítima e Espanha. O sábado, por ser o dia onde só a lota da Praia da Vitória e da Madalena estão operacionais para leilão, apresenta o valor mais baixo, com 4.6Mkg. O domingo apresenta descargas por ter havido movimentos muito excepcionais na lota da Vila do Porto e da Madalena, principalmente em 2010. Sábado e domingo influenciam negativamente a média, que fica abaixo de todos os outros dias da semana.

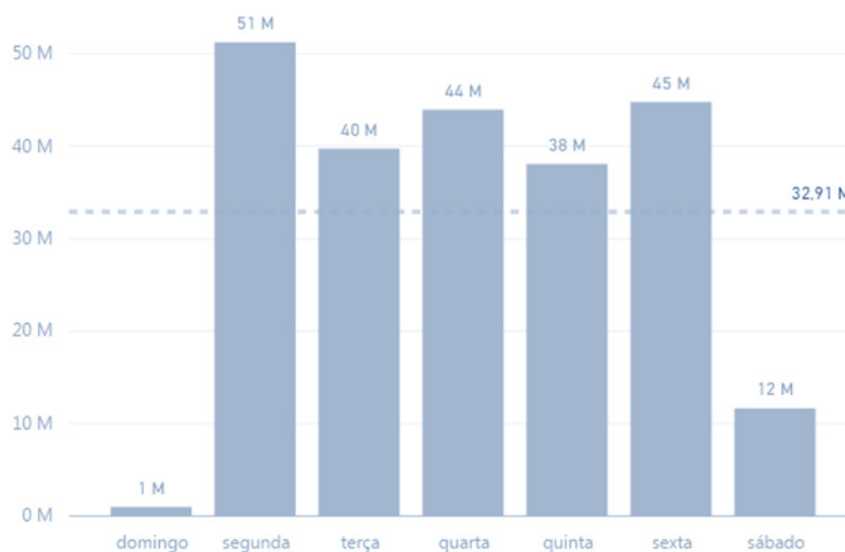
Na Figura 42, a tendência é exatamente a mesma, com as mesmas proporções e razões para os diferentes valores diários.

Figura 41. Descargas diárias em peso de pescado nos portos dos Açores (kg).



Adaptado: Dados fornecidos pela Lotaçor (2017)

Figura 42. Valor diário das descargas de pescado nos portos dos Açores (€).



Adaptado: Dados fornecidos pela Lotaçor (2017)

O preço médio diário não tem uma variação acentuada, mantendo-se muito semelhante entre si (Figura 43). Em polos opostos temos o domingo como o dia com o preço mais baixo, mas como já explicado, deriva de situações excecionais, e o sábado como

aquele que apresenta o preço médio mais alto, mas como a amostra é reduzida neste dia, não se pode concluir que o sábado é efetivamente o dia com o preço médio por kg mais elevado.

Figura 43. Preço médio diário do pescado transacionado nas lotas dos Açores (€/kg).



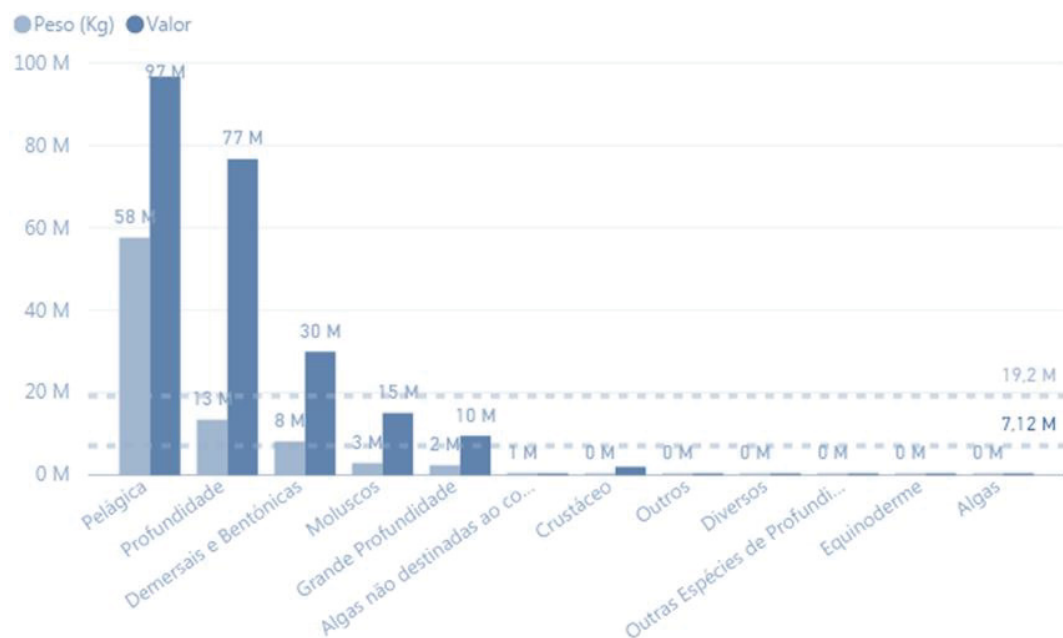
Adaptado: Dados fornecidos pela Lotaçor (2017)

6.2 Espécies

Grande parte do peso do pescado nos Açores que passa na lota vem da quantidade descarregada de peixes de características pelágicas, principalmente pelas quantidades que os atuns capturados representam no grupo (Figura 44). Este grupo representa 67.8% das descargas totais dos últimos seis anos. Os peixes de profundidade e os demersais e bentónicos dominam os desembarques em valor.

De uma forma global os peixes representam quase a totalidade dos desembarques sendo residual os desembarques de moluscos, algas e crustáceos.

Figura 44. Distribuição por grupo de espécies em quantidade (kg) e valor (€) nos portos dos Açores de 2010 a 2016.

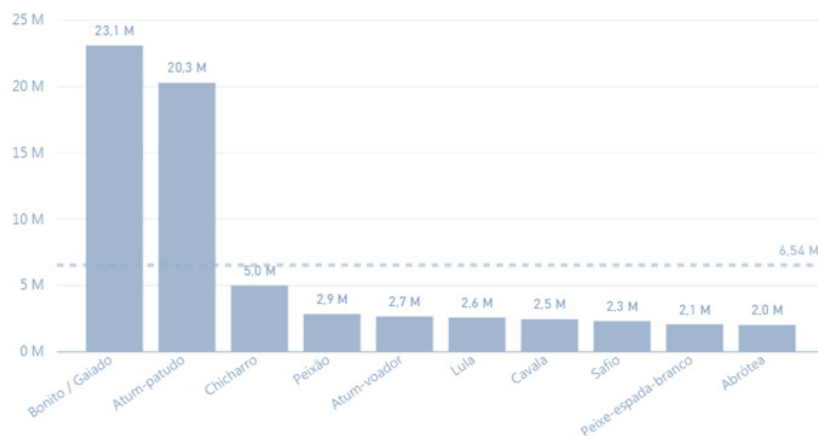


Adaptado: Dados fornecidos pela Lotaçor (2017)

Nos últimos seis anos, duas espécies destacaram-se como as que mais descargas tiveram nos portos dos Açores; o bonito e o atum patudo. Ambas ultrapassaram os 20Mkg (Figura 46). O chicharro em terceiro, alcançou os 5Mkg descarregados.

As 140 espécies diferentes têm uma média de 6.5Mkg, em seis anos, sendo que as espécies com menores descargas apresentam valores entre os 2 e os 6kg, como ouriço-do-mar-negro (Arbacia lixula) e a ameijola).

Figura 45. Dez espécies mais descarregadas nos Açores de 2010 a 2016 (kg).

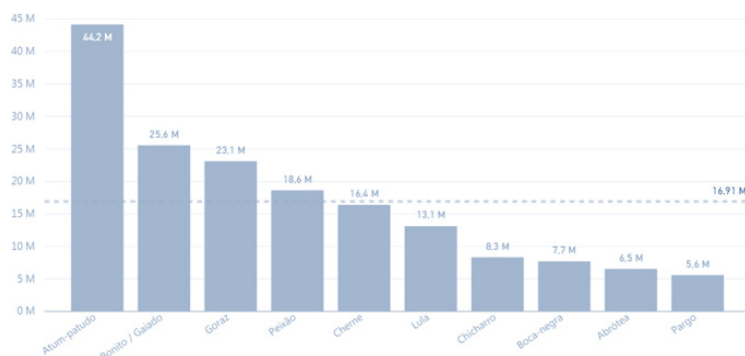


Adaptado: Dados fornecidos pela Lotaçor (2017)

Em valor, mantêm-se seis espécies que figuram nas dez mais descarregadas nos Açores, sendo que o goraz, cherne e pargo ultrapassam outras espécies por apresentarem um preço médio muito superior, e o boca-negra por ter descargas muito semelhantes ao peixe-espada-branco e ao congro/safio, mas que por ser mais valorizado também surge nesta lista (

Figura 46). Quatro espécies estão acima da média de 16,9M, sendo que há espécies que por não serem comerciais ou terem sido descarregadas uma única vez não apresentam valores, como o peixe pim-pim (*Capros aper*) e o peixe-rato (*Albula vulpes*).

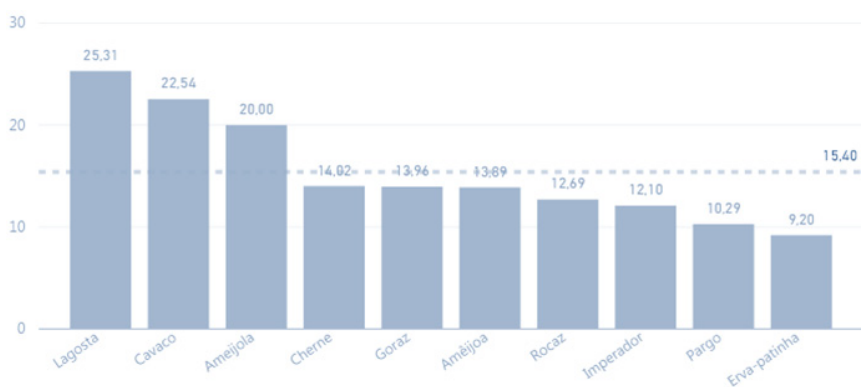
Figura 46. Dez espécies mais transacionadas nos Açores de 2010 a 2016 (€).



Adaptado: Dados fornecidos pela Lotaçor (2017)

Em termos de preço médio por espécie (Figura 47), os crustáceos aparecem nos primeiros lugares, com a lagosta e o cavaco a ultrapassarem os 20€/kg, seguindo-se da ameijola, que foi uma única vez descarregada (4kg) a um preço de 20€/kg, nas Velas em 2013. Os restantes peixes, conhecidos por serem peixes nobres e com foco na exportação apresentam-se nos lugares seguintes. De ressaltar a presença de erva-patinha (*Porphyra* spp.) neste gráfico, que sendo uma alga com presença nas ilhas do grupo ocidental, tem garantido cada vez mais atenção em termos nutritivos, gastronómicos e farmacológicos o que incrementou o seu primeiro preço de venda.

Figura 47. Dez espécies com maior preço médio nos Açores de 2010 a 2016 (€/kg).



Adaptado: Dados fornecidos pela Lotaçor (2017)

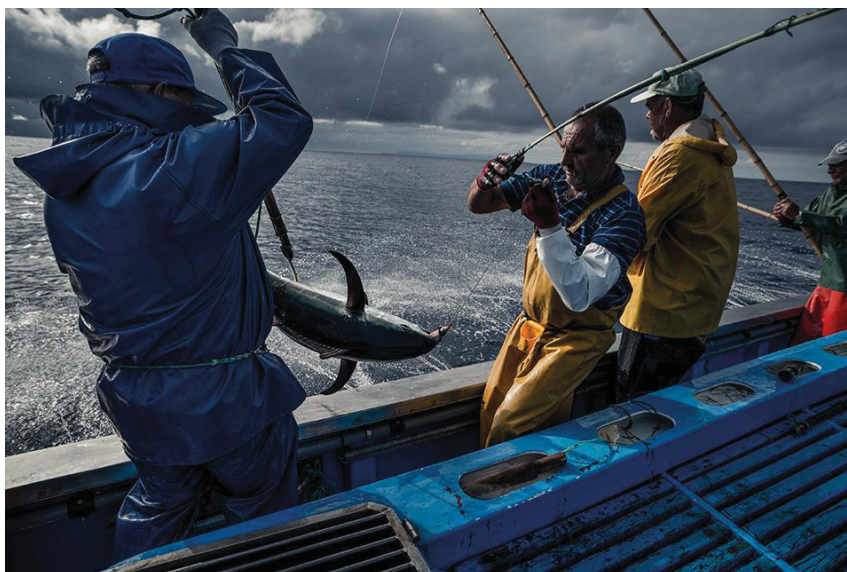
6.2.1 Atum

A pesca do atum representa uma longa tradição nos Açores, sendo importante para a economia desde a sua colonização. O crescimento da indústria começou a partir da década de 30, quando as pequenas embarcações artesanais que pescavam nas proximidades das ilhas deram lugar a embarcações motorizadas e as técnicas de pesca tornaram-se mais eficazes. A partir da década de 50, com a construção de navios atuneiros, a pesca do atum tomou proporções industriais, que ainda hoje mantem, havendo uma expansão considerável a partir de 1980 com o aumento do investimento público ao setor e ao desenvolvimento de uma frota de pesca de atum maior e mais sofisticada (Rodrigues, L. 2008).

A pesca do atum é altamente influenciada pela rota migratória das espécies, que durante uma temporada do processo alimentam-se junto às ilhas e montes submarinos.

O método mais usado na captura é através de salto-e-vara com isco vivo (Figura 48), que é um método artesanal de captura individual à superfície, principalmente de bonito e atum patudo (Dâmaso, C. e Machete, M. 2011).

Figura 48. Pesca ao atum de salto-e-vara com isco vivo.



Fonte: Pepe Brix (National Geographic, 2016)

O atum bonito (Figura 49) é uma espécie pelágica que se desloca em grandes cardumes, desde a superfície até aos 250m de profundidade, dispersa globalmente por latitudes tropicais e subtropicais. É a espécie de atum mais capturada mundialmente (Figura 14) e também nos Açores (23.1Mkg), sendo a base da indústria conserveira de atum.

Figura 49. Atum bonito.



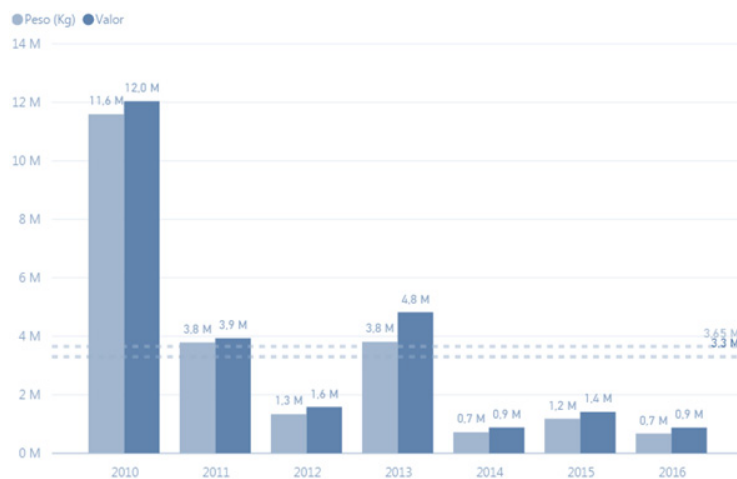
Fonte: Gallager, L. *et al.* (2013)

As capturas do bonito apresentam um padrão oscilatório nos anos do estudo, em que tiveram o seu máximo em 2010 com 11.6Mkg, decrescendo até 2012 em que foram

capturados 1.3Mkg, voltando em 2013 aos valores de 2011 (3.8M), caindo para valores abaixo da média nos três anos seguintes (Figura 50).

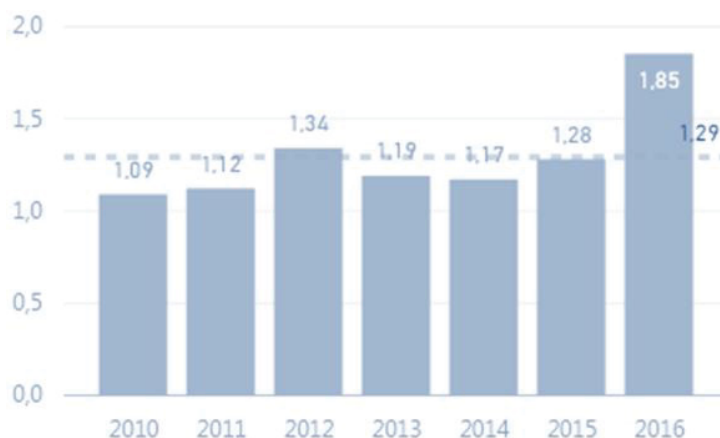
O valor transacionado está de acordo com a oscilação das capturas, onde o ano de 2010 se apresenta com o valor mais alto (12M€) e 2014 e 2016 com o mais baixo (0.9M€). Em 2013, o valor de transação para a mesma quantidade de 2011 é superior pelo valor médio ter aumentado em relação a este (Figura 50). Tanto em 2012 como em 2016 os valores médios por kg são superiores à média (1.29€/kg) (Figura 51).

Figura 50. Descargas do atum bonito em quantidade (kg) e valor (€) nos portos dos Açores.



Adaptado: Dados fornecidos pela Lotaçor (2017)

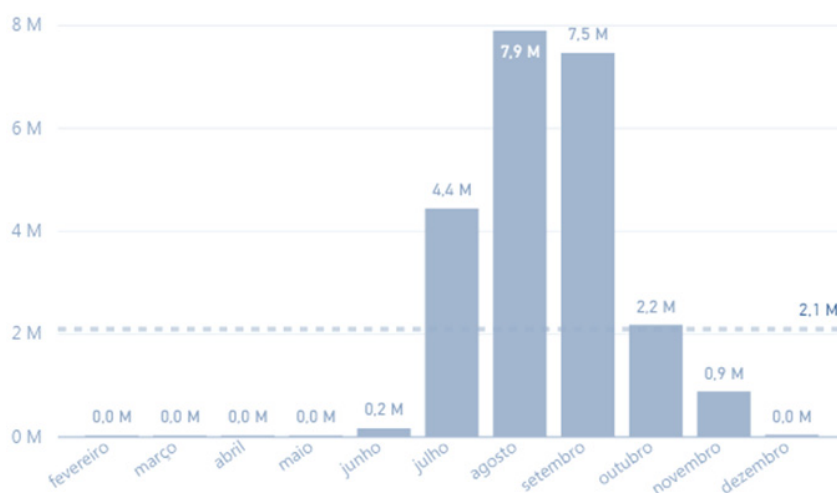
Figura 51. Preço médio do atum bonito nas lotas dos Açores (€/kg).



Adaptado: Dados fornecidos pela Lotaçor (2017)

A abundância na Região depende muito da migração dos cardumes para norte, que varia com as condições ambientais interanuais. Em termos mensais, as capturas são realizadas com maior importância de junho a novembro (Figura 52). De referir que desde 2010 que não há descargas de bonito em janeiro.

Figura 52. Descargas mensais de atum bonito nos portos dos Açores (kg).



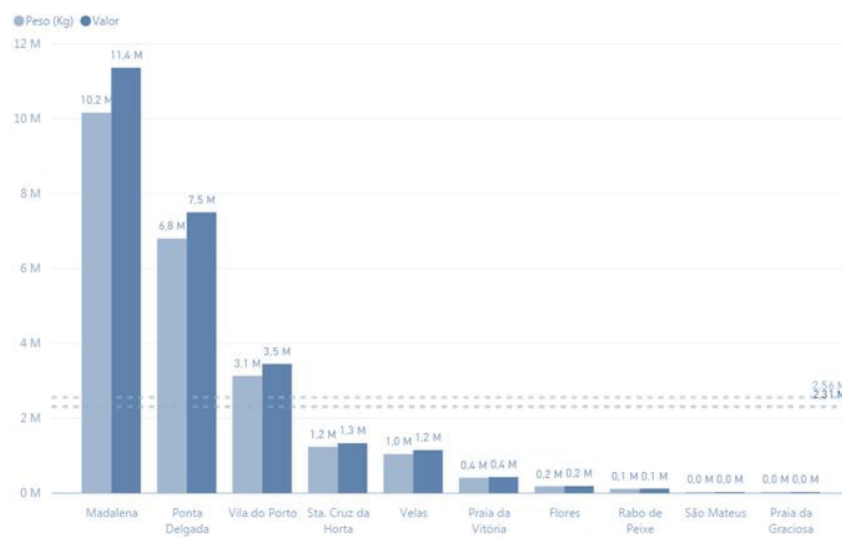
Adaptado: Dados fornecidos pela Lotaçor (2017)

A lota da Madalena é a que apresenta um maior volume de transações nos últimos seis anos, seguida da lota de Ponta Delgada e Horta, as três que ficam acima da média (2.31Mkg). Em termos de valor, a distribuição à lota segue a tendência das quantidades (Figura 53).

Em todos os anos analisados, a lota da Madalena foi a que transacionou maior quantidade de bonito, tendo a mesma flutuação que o total ao ano (

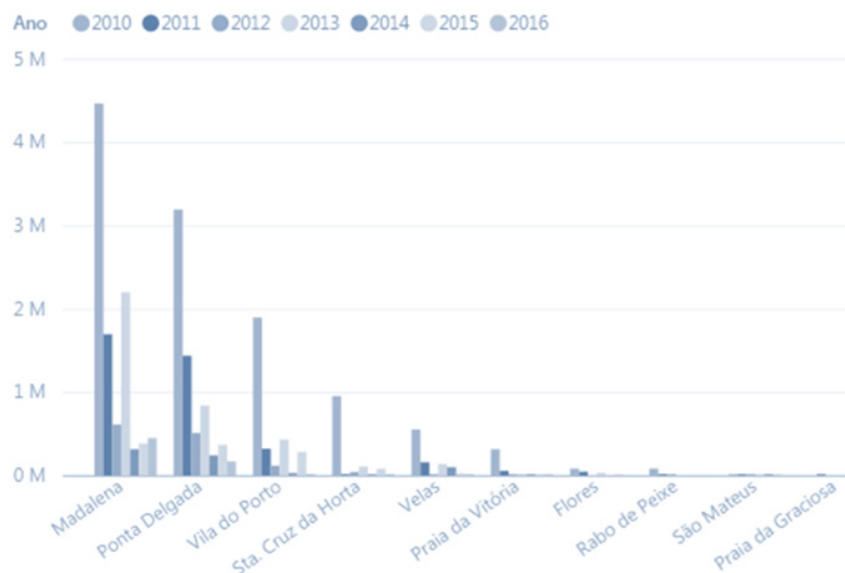
Figura 54). De notar que somente a lota do Corvo não descarregou bonito desde 2010.

Figura 53. Descargas do atum bonito por lota dos Açores em quantidade (kg) e valor (€).



Adaptado: Dados fornecidos pela Lotaçor (2017)

Figura 54. Evolução das descargas do atum bonito por lota dos Açores em quantidade (kg) e valor (€) de 2010 a 2016.



Adaptado: Dados fornecidos pela Lotaçor (2017)

O atum patudo (Figura 55) é uma das espécies mais capturadas nos Açores. Tal como o bonito, é uma espécie pelágica migradora, com uma maior distribuição mundial, entre Atlântico, Índico e Pacífico. É uma espécie que pode habitar até aos 250m de profundidade, no caso dos adultos, como poderá deslocar-se em cardume pela superfície, no caso dos juvenis e adultos mais pequenos (Governo dos Açores, 2014a).

Figura 55. Atum patudo.



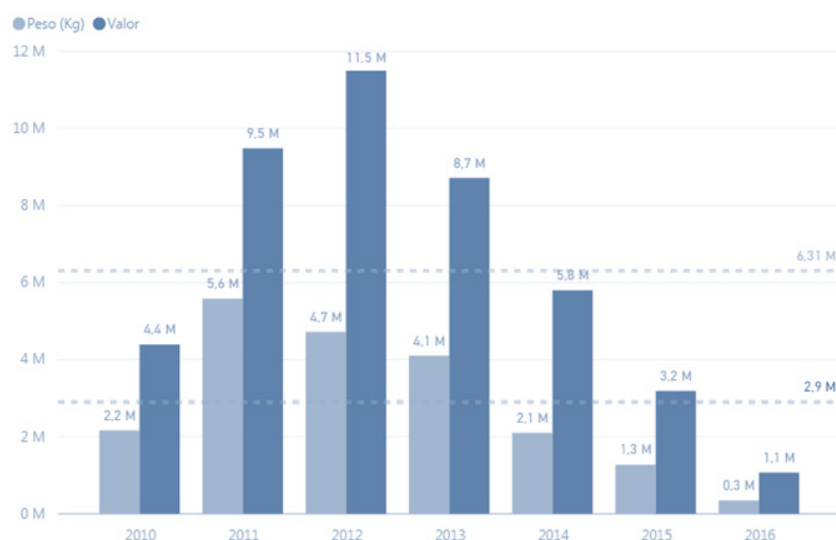
Fonte: Gallager, L. *et al.* (2013)

É capturado entre abril e junho, através de salto-e-vara e pesca em mancha, que é um tipo de pesca corporativo das embarcações dentro de um cardume, onde o limite de apanha é partilhado entre as várias embarcações.

Apesar do crescimento de mais de 250% nas capturas de 2010 para 2011 (5.6Mkg), há uma considerável redução nas capturas nos anos seguintes, apresentando o ano de 2016 0.3Mkg descarregados, que equivale a 5% do que foi capturado no melhor ano (Figura 56).

Em termos de valor o ano 2012 foi o mais rentável, com valores transacionados na ordem dos 11.5M, 2M acima do outro ano mais rentável, 2011.

Figura 56. Descargas do atum patudo em quantidade (kg) e valor (€) nos portos dos Açores.



Adaptado: Dados fornecidos pela Lotaçor (2017)

O preço médio/kg no atum patudo é superior ao do bonito, chegando perto dos 3€/kg nos seis anos de estudo (Figura 57). Desde 2014 que o preço inflacionou mais de 50%, sendo umas das razões a entrada dos barcos congeladores de atum nos Açores. A diminuição das capturas, num mercado que quota parte da construção de preço assenta na oferta e na procura, também tem contribuído para o aumento do preço final.

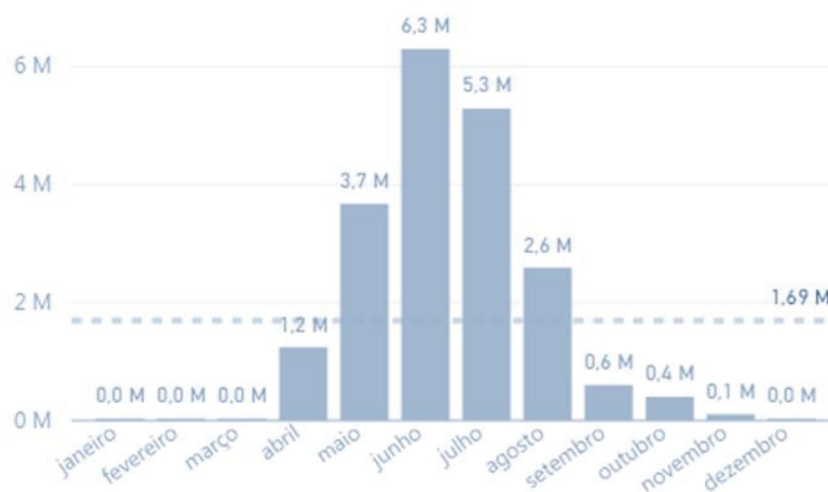
Figura 57. Preço médio do atum patudo nas lotas dos Açores (€/kg).



Adaptado: Dados fornecidos pela Lotaçor (2017)

Tal como nas outras espécies de tunídeos, a presença do atum patudo em águas açorianas acontece durante a migração dos cardumes para norte, que varia com as condições ambientais interanuais. Em termos mensais, as capturas são realizadas com maior importância entre maio e agosto, sendo junho o mês mais forte (Figura 58).

Figura 58. Descargas mensais de atum patudo nos portos dos Açores (kg).

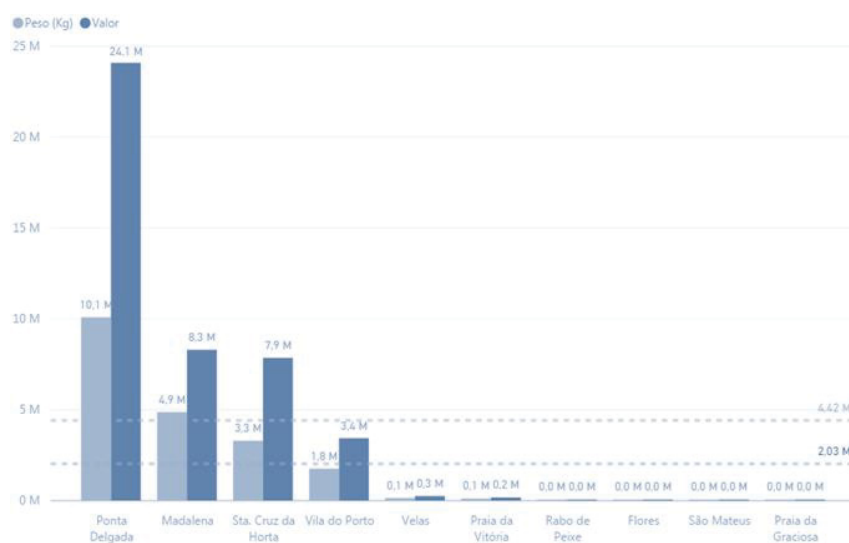


Adaptado: Dados fornecidos pela Lotaçor (2017)

A lota de Ponta Delgada é a que apresenta um maior volume de transações nos últimos seis anos, seguida da lota de Madalena e Horta, as três que ficam acima da média (2Mkg). Em termos de valor, a distribuição à lota segue a tendência das quantidades (Figura 59).

Ao longo dos seis anos do estudo, a lota de Ponta Delgada apresenta sempre a maior descarga anual de atum patudo, tendo a mesma flutuação que o total ao ano, com exceção de 2012 e 2014, em que a lota da Horta tem descargas superiores à da Madalena (Figura 60). De notar que tal como no bonito, a lota do Corvo não descarregou atum patudo desde 2010.

Figura 59. Descargas do atum patudo por lota dos Açores em quantidade (kg) e valor (€).



Adaptado: Dados fornecidos pela Lotaçor (2017)

Figura 60. Evolução das descargas do atum patudo por lota dos Açores em quantidade (kg) e valor (€) de 2010 a 2016.

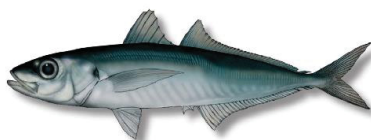


Adaptado: Dados fornecidos pela Lotaçor (2017)

6.2.2 Chicharro

O chicharro (Figura 61) é tradicionalmente uma das espécies mais importantes na gastronomia açoriana, sendo cultural e socialmente um pilar em algumas comunidades piscatórias. É um pelágico, capturado essencialmente em redes de sacada e de cerco pela frota artesanal, sendo o de maiores dimensões (chicharro-do-alto) capturado através de linhas de mão ou de palangre de fundo. É também o isco preferido na pescaria do atum (Governo dos Açores, 2014a).

Figura 61. Chicharro.



Chicharro / Blue jack mackerel
Trachurus picturatus

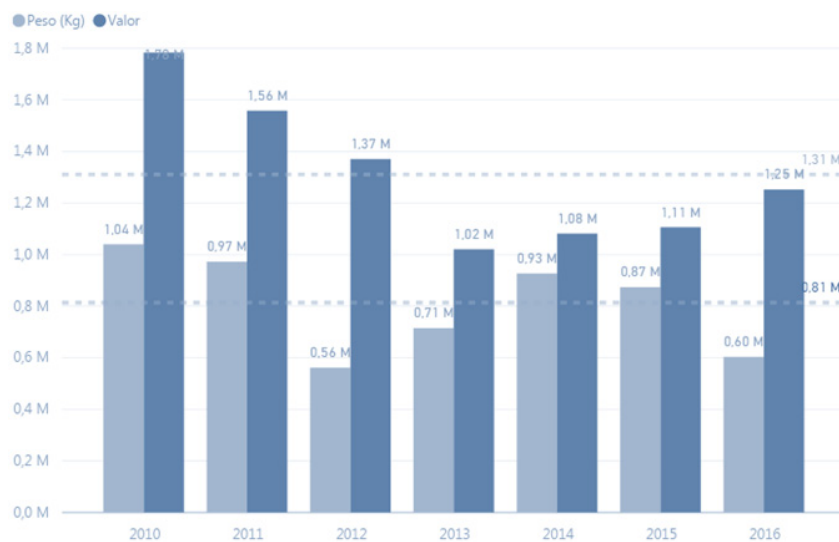
Fonte: Gallager, L. *et al.* (2013)

Apresenta cardumes desde a superfície até aproximadamente 370m de profundidade e distribui-se pelo Atlântico Nordeste e Central, Mar Mediterrâneo, e Mar Negro. Como apresenta todos os ciclos de vida nas águas dos Açores, não tem um período específico de captura, ocorrendo numa periodicidade anual (Governo dos Açores, 2014a).

As capturas anuais de chicharro apresentam uma tendência pouco oscilatória, com máximos em 2010 e 2011 (1Mkg), mas com uma redução de cerca de 40% para 2016 (Figura 62). As flutuações nas quantidades desembarcadas estarão essencialmente relacionadas com mudanças na abundância e nos diferentes calibres da espécie. A relativa estabilidade das descargas verificada desde 2010 dever-se-á a uma autorregulação das capturas adotada pelas associações locais de pescadores, tendo os picos relação com fatores ambientais e de flutuações de oferta e procura no mercado.

O valor do pescado é mais oscilatório e não está diretamente relacionado com o total descarregado, mas antes com as descargas de determinados calibres (Figura 62). De referir que os dois anos de maior valor transacionado corresponde aos dois anos de maior quantidade descarregada, mas tanto 2012 como 2016 comprovam que a valor também está ligado aos calibres e aos preços médios desses mesmos calibres (Figura 66).

Figura 62. Descargas de *Trachurus picturatus* em quantidade (kg) e valor (€) nos portos dos Açores.



Adaptado: Dados fornecidos pela Lotaçor (2017)

Sendo a mesma espécie, o chicharro pode-se dividir em quatro calibres: “chicharro novo” entre os ≥ 0.02 e < 0.08 kg, “chicharro miúdo” entre os ≥ 0.08 e < 0.2 kg e o “chicharro médio” entre os ≥ 0.2 e < 0.4 kg; e o chamado chicharro-do-alto, ≥ 0.4 kg.

Em termos de descargas, o chicharro de calibres menores é muito mais valorizado que o chicharro-do-alto. A tendência do chicharro-do-alto é, contrariamente à oscilação do chicharro menor, uma tendência de crescimento das descargas ao longo dos anos (Figura 63).

Figura 63. Descargas de chicharro e chicharro-do-alto nos portos dos Açores de 2010 a 2016 (kg).



Adaptado: Dados fornecidos pela Lotaçor (2017)

Comparando preços médios (Figura 64), o chicharro também apresenta sempre valores superiores, onde somente em 2014 os valores tiveram mais próximos, principalmente pela desvalorização do preço do calibre mais pequeno (≥ 0.02 e < 0.08).

Figura 64. Preço médio chicharro e chicharro-do-alto nos portos dos Açores de 2010 a 2016 (€/kg).



Adaptado: Dados fornecidos pela Lotaçor (2017)

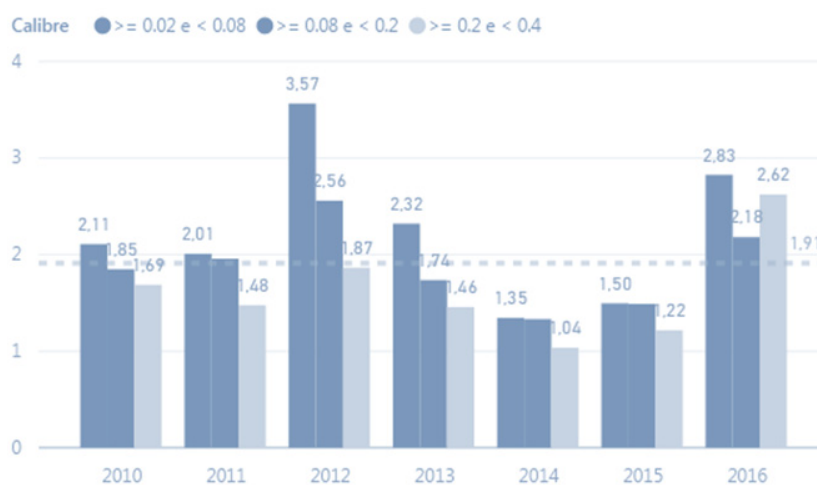
No chicharro, o calibre mais pequeno é o mais valorizado, como também é o que tem mais descargas (Figura 65). O preço tem oscilado visto a sua valorização estar relacionada com os anos em que as descargas são menores, como em 2012 e 2016. Nos últimos dois anos, o preço médio/kg aumentou mais de 100% nos três calibres (Figura 66).

Figura 65. Descargas de chicharro por calibre nos Açores de 2010 a 2016 (kg).



Adaptado: Dados fornecidos pela Lotaçor (2017)

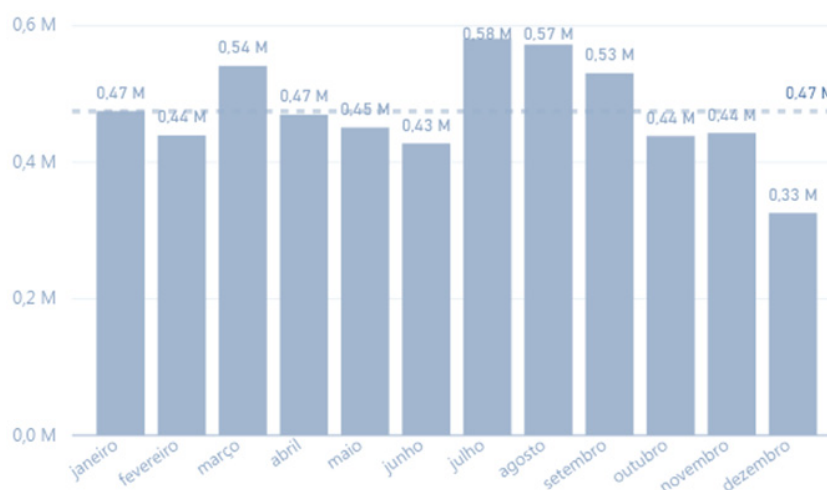
Figura 66. Preço médio do chicharro por calibre nos Açores de 2010 a 2016 (€/kg).



Adaptado: Dados fornecidos pela Lotaçor (2017)

Mensalmente não se identifica uma tendência temporal geral dos índices de abundância para a pesca de chicharro e chicharro-do-alto (Figura 67). No entanto, há uma predominância maior nos meses de verão relacionada com o aumento da temperatura das águas e de predominância de juvenis, e uma menor em dezembro, quando há menor disponibilidade dos pescadores de irem para o mar, por fatores climatéricos.

Figura 67. Descargas mensais de *Trachurus picturatus* nos portos dos Açores (kg).

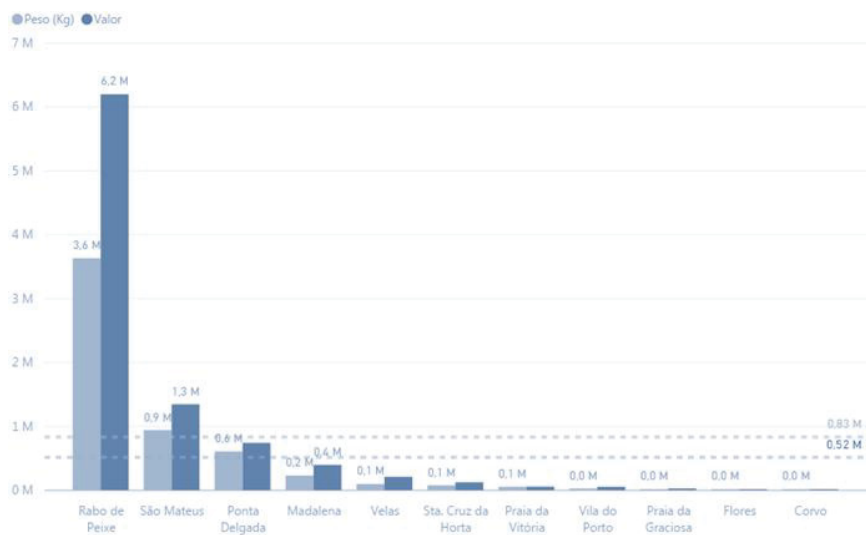


Adaptado: Dados fornecidos pela Lotaçor (2017)

A lota de Rabo de Peixe, comunidade que tem a maior frota de chicharreiros dos Açores, é a que apresenta um maior volume de transações nos últimos seis anos, seguida da lota de São Mateus e Ponta Delgada. Em termos de valor, a distribuição à lota segue a tendência das quantidades (Figura 68).

Em todos os anos a lota de Rabo de Peixe foi a que transacionou maior quantidade de chicharro, tendo a mesma flutuação que o total ao ano (Figura 69).

Figura 68. Descargas de *Trachurus picturatus* por lota dos Açores em quantidade (kg) e valor (€).



Adaptado: Dados fornecidos pela Lotaçor (2017)

Figura 69. Evolução das descargas de *Trachurus picturatus* por lota dos Açores em quantidade (kg) e valor (€) de 2010 a 2016.



Adaptado: Dados fornecidos pela Lotaçor (2017)

6.2.3 Goraz

O goraz (Figura 70) é uma espécie demersal de grande valor económico para os Açores, tanto internamente, em épocas festivas, como externamente, ao longo do ano, através de exportação para Portugal continental, França e Estados Unidos. Distribui-se pelo Mediterrâneo e Atlântico Nordeste, encontrando-se nos Açores nas áreas costeiras das ilhas e nos bancos e montes submarinos. O goraz encontra-se entre os 300 e os 700m de profundidade, quando adulto, e em águas pouco profundas até 30m quando juvenil. O goraz é uma espécie hermafrodita protândrica, que muda de sexo com a idade, nascendo os indivíduos machos e tornando-se fêmeas com quatro a seis anos de idade. Essa estratégia reprodutiva torna a espécie suscetível à sobre-exploração e à redução de produtividade (Governo dos Açores, 2014a).

Figura 70. Goraz.



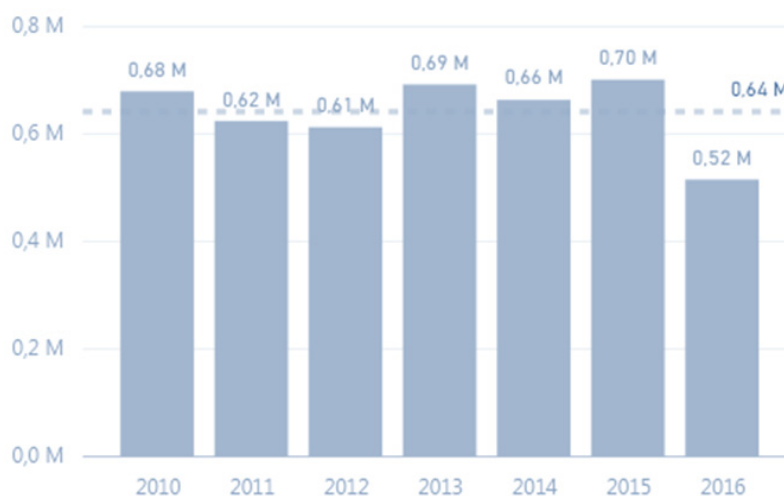
Fonte: Gallager, L. *et al.* (2013)

O goraz tem sido explorado nos Açores, pelo menos, desde o século XVI, com recurso a artes de linha e anzol, nomeadamente linhas de mão. Desde o início dos anos 80, quando foram introduzidas embarcações a motor e palangres de fundo as capturas aumentaram consideravelmente, que juntamente com uma melhor formação profissional

dos pescadores, impulsionou o surgimento de novos mercados e conseqüentemente o aumento do seu valor comercial. Mais recentemente, com a implementação de legislação de tamanhos mínimos de captura e de restrições de pesca, pelo aumento de conhecimento dos pescadores relativamente aos padrões de distribuição sazonal e pelo melhoramento das tecnologias e técnicas de pesca, tem havido uma eficiência de capturas, o que equivale a uma diminuição das capturas, mas a uma valorização do preço médio, aumentando assim o rendimento dos pescadores.

Quando transacionada em lota a espécie *Pagellus bogavoreo* é dividida em dois calibres: o peixão < 0.8kg e o goraz >= 0.8kg. Apesar da pouca variabilidade nas descargas da espécie em lota (Figura 71), em termos de calibre, o peixão (média de 0.41Mkg/ano) tem quase o dobro do volume de capturas do goraz (0.23Mkg/ano) nos primeiros cinco anos de estudo, sendo que em 2016 o volume de goraz foi superior, mas semelhante ao do peixão. A quebra nas descargas em 2016 deveu-se à diminuição do volume de capturas de peixão, pois as descargas do goraz mantiveram-se semelhantes aos anos transatos (Figura 72).

Figura 71. Descargas de *Pagellus bogavoreo* em quantidade (kg) nos portos dos Açores.



Adaptado: Dados fornecidos pela Lotaçor (2017)

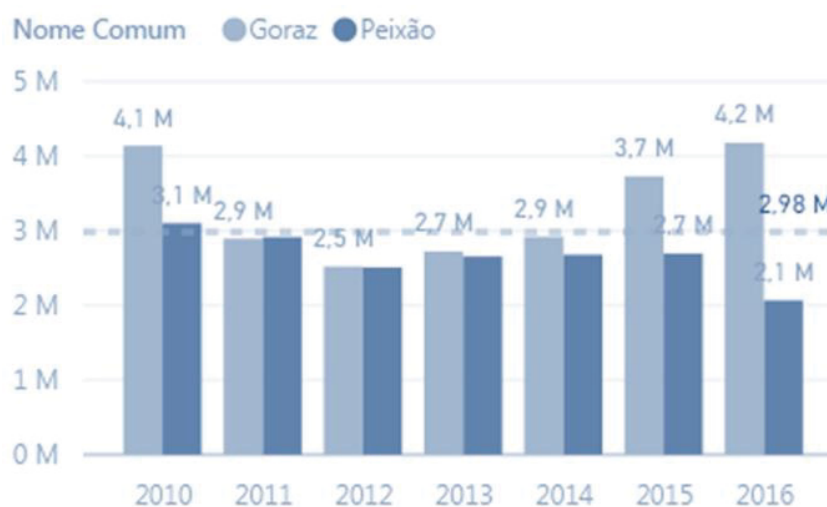
Figura 72. Descargas de goraz e peixão nos portos dos Açores de 2010 a 2016 (kg).



Adaptado: Dados fornecidos pela Lotaçor (2017)

Em termos de valor, o ano 2010 foi o mais rentável, com 7.2M€ transacionados, sendo 2012 o menos o menos rentável, 5M€ (Figura 73). Em todos os anos, o goraz foi mais rentável que o peixão, havendo uma proporção idêntica em todos os anos do preço médio (€/kg) de o primeiro ser valorizado em dobro do segundo (Figura 74).

Figura 73. Valor anual das descargas de goraz e de peixão nos portos dos Açores (€).



Adaptado: Dados fornecidos pela Lotaçor (2017)

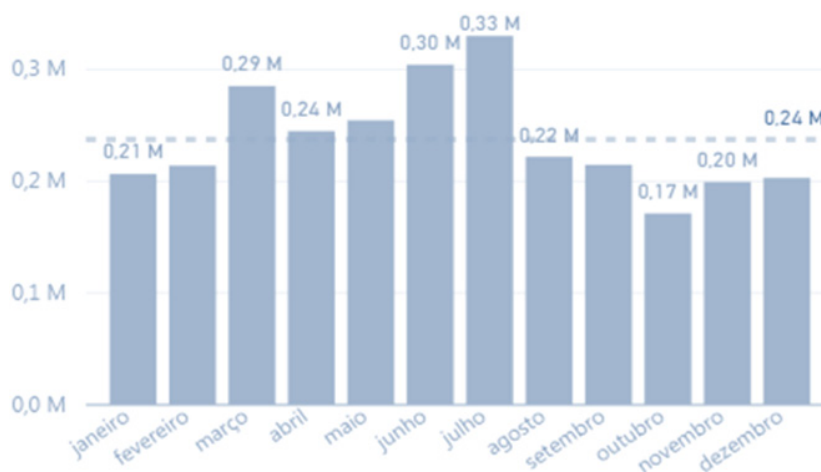
Figura 74. Preço médio do goraz e do peixão nos Açores de 2010 a 2016 (€/kg).



Adaptado: Dados fornecidos pela Lotaçor (2017)

O índice de abundância mensal do goraz e do peixão é variável, com maior importância em março, junho e julho e depois em dezembro (Figura 75). Recentemente, com a implementação de quotas de capturas por ilha distribuídas pelas embarcações e revistas trimestralmente, as capturas da espécie, principalmente do goraz, serão tendencialmente maiores em épocas especiais, como o verão e o natal.

Figura 75. Descargas mensais de *Pagellus bogavoreo* nos portos dos Açores (kg).

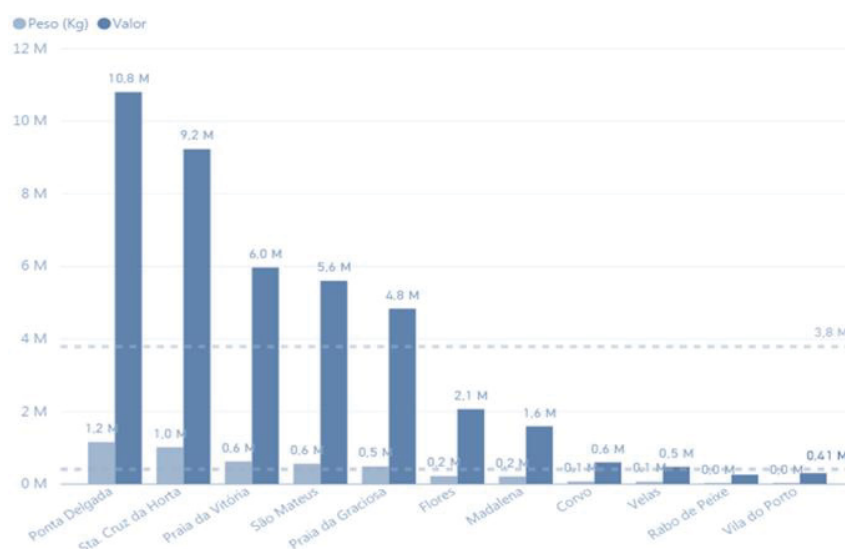


Adaptado: Dados fornecidos pela Lotaçor (2017)

A lota de Ponta Delgada é a que apresenta um maior volume de transações nos últimos seis anos, seguida da lota da Horta e da Praia da Vitória, sendo que São Mateus e Graciosa também ficam acima da média (0.41Mkg) (Figura 76). De referir que as Flores também apresenta descargas satisfatórias em relação a outras espécies já analisadas.

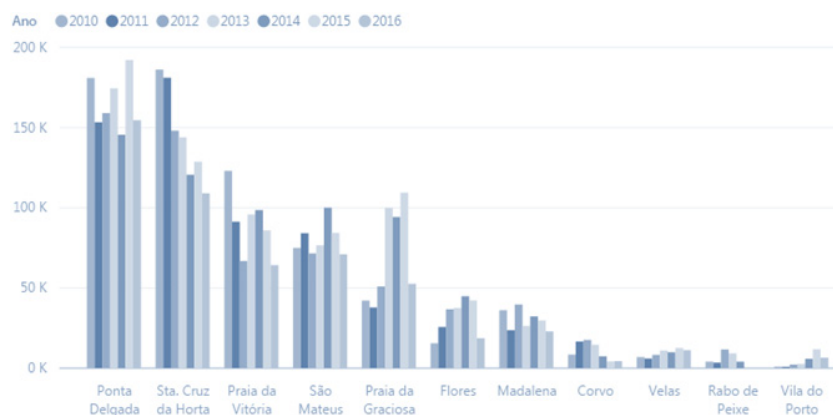
Em termos de valor, a distribuição à lota segue a tendência das quantidades. Em 2010 e 2011 a lota da Horta foi a que apresentou maiores descargas da espécie, sendo ultrapassada nos restantes anos pela lota de Ponta Delgada.

Figura 76. Descargas de *Pagellus bogavoreo* por lota dos Açores em quantidade (kg) e valor (€).



Adaptado: Dados fornecidos pela Lotaçor (2017)

Figura 77. Evolução das descargas de *Pagellus bogavoreo* por lota dos Açores em quantidade (kg) e valor (€) de 2010 a 2016.

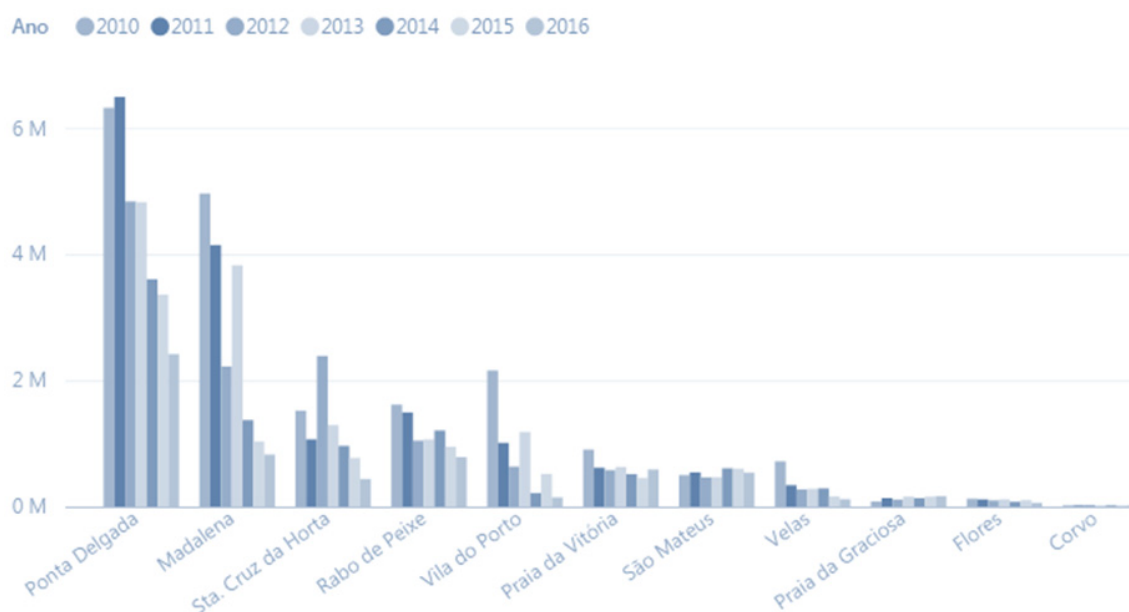


Adaptado: Dados fornecidos pela Lotaçor (2017)

6.3 Análise Geográfica

A Figura 78 representa as descargas a nível das lotas, onde a lota de Ponta Delgada foi a que descarregou mais pescado, ultrapassando os 6Mkg em 2010 e 2011, diminuindo as descargas sucessivamente até 2016. Seguidamente, é a lota da Madalena que apresenta as maiores quantidades descarregadas, principalmente pelo peso do atum, que é notório em 2010, 2011 e 2013. A lota de Rabo de Peixe que leiloeira somente pequenos pelágicos como o chicharro, sardinha, cavala e boga (*Boops boops*) e cefalópodes, como a lula e o polvo, apresenta resultados mais uniformes, assim como as lotas da Terceira (Praia da Vitória e São Mateus). Por últimos, encontram-se as Flores e o Corvo, com descargas anuais de 110m e 20mkg, respetivamente. De referir que apenas as lotas da Praia da Vitória e Graciosa aumentaram o volume descarregado de 2015 para 2016.

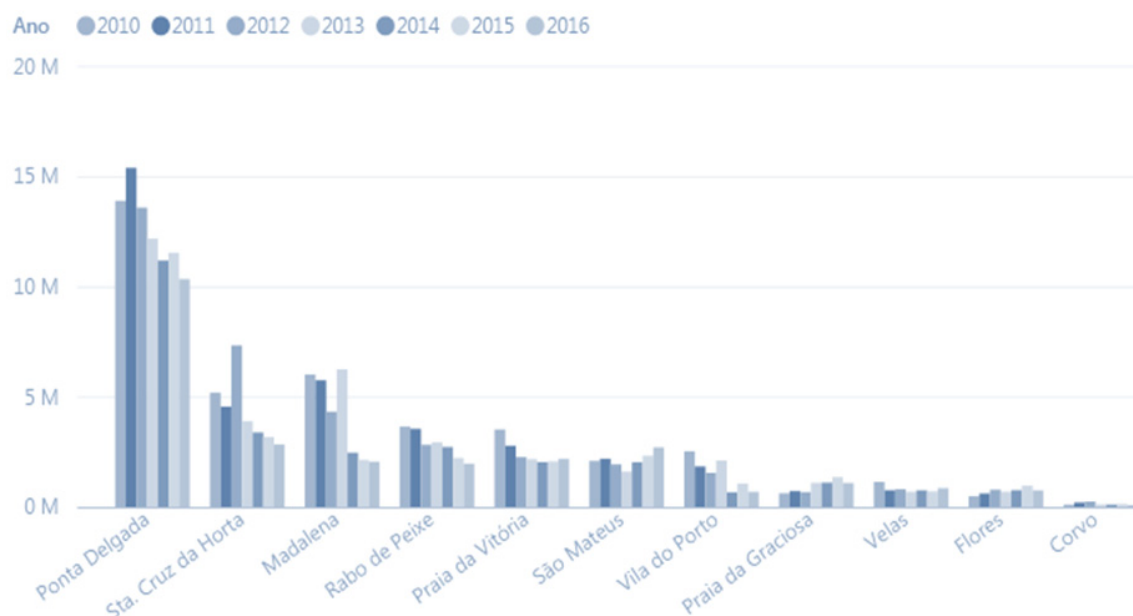
Figura 78. Evolução das descargas por lota dos Açores em quantidade (kg) de 2010 a 2016.



Adaptado: Dados fornecidos pela Lotaçor (2017)

Tal como visto na figura anterior, também em termos de valor é a lota de Ponta Delgada que se destaca como a lota com maior proporção, seguida da lota da Horta (Figura 79). Todas as maiores lotas apresentam uma tendência para decréscimo ao longo dos anos, apesar de haver pontualmente exceções, como 2011 em Ponta Delgada em que ultrapassou os 15M€, 2012 na Horta, 2013 na Madalena, assim como Graciosa e Flores apresentarem tendências positivas, e ainda São Mateus ter em 2016 o seu melhor ano em termos de valor. É de resalvar ainda que em todas as lotas há uma menor amplitude de valores transacionados anuais quando comparado com as quantidades descarregadas (Figura 78), determinado pelo aumento do preço médio.

Figura 79. Evolução das transações por lota dos Açores em valor (€) de 2010 a 2016.



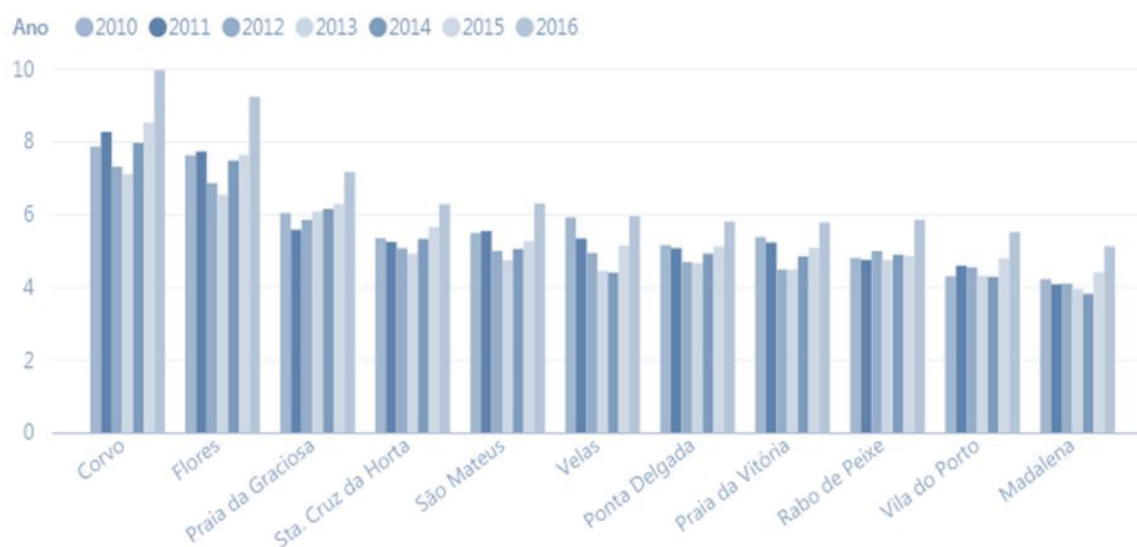
Adaptado: Dados fornecidos pela Lotaçor (2017)

Relativamente à evolução do preço médio do pescado transacionado em lota (Figura 80), é nas ilhas do grupo ocidental, Corvo e Flores, que o pescado é mais valorizado, ao mesmo tempo que também são as que apresentam menor peso e valor transacionado, como visto nas figuras anteriores. É transversal a todas as lotas que em 2016 o preço médio foi o mais alto e que também foi o ano em que houve o maior aumento em relação ao ano transato.

Nas ilhas do Corvo e das Flores as espécies mais descarregadas anualmente são o pargo, goraz e cherne, que quando comparadas com as espécies muito menos valorizadas, apresentam mais de 90% das descargas no Corvo e 50% nas Flores, esta última influenciada pelas descargas de bonito em 2010 e 2011. Os resultados em Rabo de Peixe estão inflacionados pois apesar de 65% das descargas serem de chicharro e cavala, espécies

usualmente de baixo valor comercial, a lula que tem um preço médio alto representa 20% do peso total nos últimos seis anos. A lota da Madalena apresenta os valores mais baixos, pois 84% das suas descargas são representadas por bonito e atum patudo, espécies com um valor comercial médio em alguns anos abaixo dos 2€/kg.

Figura 80. Evolução do preço médio (€/kg) por lota dos Açores de 2010 a 2016.



Adaptado: Dados fornecidos pela Lotaçor (2017)

6.4 Perspetivas e Estratégias

No período de 2007 a 2013, o Programa Operacional das Pescas para a Região Autónoma dos Açores – PROPESCAS (Governo dos Açores, 2007), assumiu uma clara importância na criação das condições para a competitividade e sustentabilidade do setor pesqueiro regional. Com uma despesa pública de 41M€, permitiu uma aplicação de regimes de exploração biológica e ecologicamente sustentáveis; organizar melhor o ramo da captura, da transformação e comercialização; o robustecimento da atividade produtiva

empresarial; a diversificação e acréscimo de mais-valias; e a garantia da qualidade dos produtos da pesca.

Até 2020, e no âmbito da Estratégia de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente da Região Autónoma dos Açores – RIS3 AÇORES (Governo dos Açores, 2014b), a RAA reforçará o seu posicionamento como plataforma intercontinental na área do conhecimento sobre os oceanos, contribuindo ativamente para o desenvolvimento económico da Região através do reforço dos setores mais tradicionais, como a pesca, e da emergência de atividades inovadoras.

É intenção do programa investigar e desenvolver novos processos de transformação, conservação e embalagem que permitam aumentar o valor comercial dos produtos da pesca dos Açores; desenvolver produtos de pescado alternativos com aceitação no mercado; realizar atividades de vigilância estratégica (tecnológica e de mercado) para os produtos da pesca dos Açores; desenvolver mecanismos que permitam a rastreabilidade ao longo da cadeia logística; e promover a articulação entre a área das pescas e do mar e outras áreas consideradas prioritárias (Governo dos Açores, 2014b).

Também o XII Governo Regional dos Açores, eleito em 2016, mas no poder desde 2012, está a desenvolver um conjunto de medidas estratégicas para o setor da pesca, de carácter dinâmico e assente numa abordagem intersetorial, que tem como objetivo central o aumento do rendimento dos pescadores; aumentar a abundância e disponibilidade dos recursos marinhos; aumentar o preço da primeira venda em lota; evitar o excesso de pescadores por embarcação; e combater as condições de trabalho adversas e a vulnerabilidade social (Governo Regional, 2015).

7. Conclusão

A análise realizada à teoria e à estatística existente sobre a dinâmica mundial do setor das pescas, permite concluir que:

1. A produção pesqueira mundial está em crescimento desde os anos 50 e a oferta global de peixe para consumo tem um aumento anual superior ao crescimento populacional;
2. O consumo mundial de peixe tem aumentado e perspectiva-se a sua evolução até 2020, principalmente em produtos transformados;
3. A região mundial que apresenta o maior índice de captura e maior crescimento na produção selvagem e aquacultura é a Ásia, sendo a China o maior produtor a nível mundial e o oceano Pacífico a área onde ocorrem as maiores capturas;
4. 30% das populações pescadas sofrem um nível de exploração não sustentável e de pesca excessiva;
5. Os produtos da pesca selvagem e aquacultura são dos mais comercializados a nível alimentar e representam quase 50% do valor total de produtos comercializados em muitos países e regiões costeiras. Valores estes que estão a aumentar estimulados pelo crescimento da aquacultura, novas tecnologias no setor e pelo aumento da procura destes produtos;
6. A China é o principal exportador e importador de pescado a nível mundial;
7. A pesca selvagem representa comercialmente em termos de volume entre 75 e 85% e em valor entre 65 e 67%;
8. O comércio de pescado de aquacultura está mais valorizado, pelo incremento na procura e pelas inovações implementadas;

9. O preço do pescado a nível mundial teve o seu pico em março de 2014, tendo vindo a estabilizar e até diminuir com a redução na procura nos mercados mais importantes e o aumento da oferta em espécies menos valorizadas;
10. O comércio de salmão, de camarões e de atum são os mais representativos no comércio internacional;
11. O emprego nas pescas aumenta a uma velocidade superior ao aumento da população mundial e ao emprego nos setores primários, sendo na Ásia que se encontra a grande percentagem de empregabilidade;
12. O maior número de embarcações está localizado na Ásia, tendo havido um aumento da frota motorizada refletindo principalmente o abate ou a reconversão das embarcações não motorizadas;
13. A Ásia representa mais de dois terços do consumo total de peixe e a China foi o país que mais cresceu no consumo de pescado *per capita*.

Em relação ao setor das pescas nos Açores e como analisado ao longo da dissertação, a pesca na Região é uma atividade económica multidimensional, transgeracional, que cria valor e que a projeta no mundo:

1. O setor das pescas é a principal fonte de exploração do mar nos Açores;
2. A comercialização de pescado nos Açores tem vindo a evoluir desde os anos 40, apresentando anos de intensa caça à baleia, ao comércio de atum e sua transformação, passando por anos de subsídios para renovação da frota; e atravessa agora por uma fase de valorização e de exportação;

3. A atividade piscatória dos Açores apresenta desde 2010 descargas médias de 10M ton/ano e valor na ordem dos 34M€, o que representa cerca de 13% do valor total das pescas em Portugal;
4. A atividade pesqueira açoriana mantém-se de forma tradicional, dividindo-se principalmente em quatro estratégias: pesca de palangre de fundo e linha de mão para espécies demersais e profundidade; pesca de pequenos pelágicos com redes de cercar para bordo, sacadas e redes da borda; salto e vara, utilizando isco vivo; e palangres de superfície;
5. O mercado e canais de comercialização de pescado fresco estão distribuídos em três níveis: lotas; os intermediários; e o circuito grossista e retalho, indústria transformadora, hotelaria/restauração e exportação;
6. As espécies mais importantes para o setor são o Atum, o Goraz e o Chicharro;
7. O pescado exportado representa entre 70 e 75% do pescado descarregado em lota;
8. O número de pescadores registados nos Açores é de 3.151, o que representa cerca de 16% do total registado em Portugal, sendo também a região com maior predominância de pescadores jovens;
9. É uma atividade dependente de mão de obra com baixa escolaridade, assente em unidades de pesca familiares ou comunidade;
10. Ao contrário da aquacultura, que ainda está assente em projetos piloto, a indústria transformadora de pescado nos Açores é responsável por uma produção anual média de 20m ton, correspondentes a um valor de negócio estimado de mais de 50M€;
11. Os Açores são a região portuguesa com maior consumo de peixe *per capita*;

A metodologia formalizada no Capítulo 6 “Bases de Dados Publicadas – Análise e Discussão da Evolução Recente do Setor das Pescas nos Açores”, permitiu realizar uma análise de 2010 a 2016 sobre as quantidades descarregadas em lota, valores e preços médios, ao ano, mês e dia, ao grupo de espécies e à espécie, e fez-se uma análise ainda mais pormenorizada em espécies valorizadas economicamente e culturalmente na Região:

1. O sistema de comercialização no setor das pescas funciona sobre um permanente desajustamento entre a oferta e a procura de pescado fresco e o preço do produto vai evoluindo na cadeia de comercialização;
2. Há uma autorregulação do mercado;
3. Foram criados mecanismos de intervenção e de regulação da pesca e do mercado;
4. Somente 50 das 130 espécies pescadas anualmente nos Açores têm valor comercial;
5. As capturas são registadas pela espécie, quantidade, frescura, zona de pesca e método de pesca;
6. A Lotaçor tem por missão realizar todas as operações de primeira venda de pescado;
7. Por muitos considerado o melhor peixe do mundo, o pescado descarregado nas lotas da RAA tem vindo a diminuir nos últimos anos, com quantidades que representaram em 2016 um terço das quantidades de 2010;
8. O aumento do primeiro preço de venda em lota permite que o valor total das descargas só tenha diminuído 35%;
9. O valor médio do primeiro preço de venda foi de 5.19€/kg;
10. O ano 2016 destacou-se pela negativa, sendo historicamente o ano em que houve menos descargas em lota e apresentou o preço médio mais alto;

11. É durante o verão que são descarregados os maiores volumes de pescado e os valores de transação são superiores, coincidindo com os meses da safra de atum;
12. O grupo dos atuns representam quase 70% das descargas totais dos últimos seis anos;
13. Os peixes de profundidade e os demersais e bentónicos dominam os desembarques em valor;
14. O bonito e o atum patudo são as duas espécies com mais descargas nos portos dos Açores, sendo também as que apresentaram maior valor de transações;
15. O cavaco e a lagosta são as espécies que têm os preços mais elevados;
16. A lota de Ponta Delgada foi a que descarregou mais pescado, seguida da lota da Madalena. Ambas apresentam diminuições de descargas desde 2010;
17. Em termos de valor é a lota de Ponta Delgada que se destaca como a lota com maior proporção, seguida da lota da Horta;
18. É no Corvo e nas Flores, que o pescado é mais valorizado, ao mesmo tempo que também são as que apresentam menor peso e valor transacionado;
19. A pesca nos Açores tem aproveitado as medidas dos programas operacionais e estratégias de investigação e inovação para melhorar as condições de sustentabilidade do setor, como o POSEIMA, PROPESCAS e RIS3.

Com base na análise feita ao longo da dissertação e nas entrevistas realizadas (ver *Anexos*), concluiu-se quais são os pontos forte e fracos do setor, assim como as oportunidades e as ameaças da pesca (análise SWOT):

Pontos fortes

- ZEE de grande dimensão;
- Artes de pesca artesanal e seletiva, com profissionais com experiência e aptidão;
- Frota regional reduzida e renovada;
- Existência de recursos marinhos com alto valor comercial e com muita diversidade, que incrementa do consumo interno e o fluxo de exportação;
- Certificações ecológicas como o *Dolphin Safe* e o *Friends of the Sea*, resultantes da realização do projeto POPA - Programa de Observação para as Pescas dos Açores;
- Interligação do setor da pesca com outros setores, como a investigação científica e economia;
- Existência de infraestruturas de apoio ao setor em todas as ilhas, como portos reabilitados, lotas informatizadas, postos de receção e refrigeração;
- Empresas estabelecidas especializadas em conservas e em transformação de pescado, nomeadamente atum;
- Organização regional em Associações e Federações.

Pontos fracos

- Ecossistemas frágeis e inexistência de plataforma continental;
- Escassez de bancos de pesca;

- Fiscalização insuficiente e pouco eficaz dentro da ZEEA;
- Sazonalidade e vulnerabilidade nas capturas de certas espécies com maior valor comercial;
- Ausência de renovação e melhoria em alguma frota e estruturas de apoio às pescas;
- Mercado assente em empresas em nome individual ou em pequenas empresas familiares, com fraca competitividade e estratégia de gestão;
- Custos operacionais elevados, com limitações de acesso ao mercado externo pelo custo suplementar no escoamento via aérea ou marítima;
- Excesso de embarcações e de pescadores, com a agravante da baixa escolaridade e relutância à modernidade e mudança;
- Indústria conserveira com limitações ao nível de espécies, modernização e competitividade.

Oportunidades

- Melhorar a gestão e o controlo da pesca, promovendo uma vigilância marítima e uma melhor fiscalização para combater a economia paralela e fuga à lota através do reforço do efetivo de inspeção das pescas;
- Potencializar novas formas de valorização e certificação aos produtos da pesca com novas técnicas de produção alimentar, embalamento e conservação, novos canais de distribuição e novos mercados;
- Promover e aproveitar espécies menos valorizadas, mas com um potencial nutritivo importante para a alimentação infantil, desenvolvendo parcerias entre escolas e empresas de confeção alimentar;

- Reforçar o posicionamento como plataforma intercontinental na área do conhecimento sobre os oceanos e pesca, através dos centros de investigação da Região, reforçando os estudos e análises nos *stocks* das espécies mais valorizadas, na implementação da aquacultura e na fomentação da biotecnologia azul;
- Melhorar os incentivos à produção aquícola através de medidas de financiamento e investimento;
- Incrementar a rastreabilidade e o controlo de qualidade em todo o processo de comercialização, através da continuidade da melhoria da frota pesqueira, dos processos em lota e da vigilância dos procedimentos dos intermediários;
- Formação e intervenção de boas práticas ambientais junto da comunidade pesqueira, qualificação profissional do capital humano do setor das pescas, aumentando por sua vez a sustentabilidade do pescado e a sensibilização para períodos de defeso e calibres permitidos;
- Divulgação das pescas como uma arte importante para a economia e cultura da Região, valorizando os seus profissionais e seus rendimentos, reforçando a imagem positiva e atrativa do setor;
- Aumentar o rendimento dos pescadores através da exploração de populações piscícolas maiores, compostas por peixes mais maduros e de maior dimensão;
- Promover parcerias institucionais e intersectoriais entre a pesca e a educação, a cultura, o turismo e os transportes;
- Posicionar os Açores na área do turismo de pesca desportiva e apresentar a pesca artesanal como atração turística;

- Fazer *benchmarking* de outras regiões e produtos de modo a promover o peixe dos Açores através da organização de eventos, projeção internacional e *marketing* eficaz, atraindo investidores e interessados.

Ameaças

- O efeito das alterações climáticas na abundância e na distribuição das unidades populacionais;
- Aumento da concorrência pelo espaço marítimo, sendo cada vez maiores as zonas dedicadas a outras utilizações;
- Emergência de novos setores influenciados pela pesca que oferecem oportunidades de reconversão ou diversificação de rendimento;
- Diminuição dos recursos em algumas espécies em resultado do aumento do esforço de pesca e da sobrepesca;
- Falta de atratividade dos jovens para o setor das pescas;
- Envelhecimento da frota em algumas ilhas e o excesso de embarcações no setor;
- Aumento do preço dos combustíveis;
- Degradação económica e social das comunidades dependentes da pesca;
- Capacidade de gestão insuficiente por parte de algumas empresas do setor de modo a valorizar o pescado dos Açores e fecho de algumas unidades de transformação e conserva de peixe.

Para o desenvolvimento de trabalhos futuros seria interessante analisar outros parâmetros económicos na Região, como o preço dos combustíveis, o turismo e o consumo de pescado, e comparar com a evolução do setor das pescas.

8. Bibliografia

Antoni, M. (2015). *Aproximación a la formación de precios en la cadena comercial de la pesca en Cataluña*. Tesis Mestrado. Universidad de Alicante.

Bjorndal, T., Child, A. e Lem, A. (2014). *Value chain dynamics and the small-scale sector: policy recommendations for small-scale fisheries and aquaculture trade*. FAO Fisheries and Aquaculture Technical Paper No. 581. Rome. 112 pp.

Cardoso, B. (2012). *Quebra no Setor da Distribuição - Categoria de Pescado Fresco*. Tese Mestrado. ISCTE Business School.

Carvalho, N., Jones, G. e Isidro, E. (2011a). *Defining scale in fisheries. Small versus large-scale fishing operations in the Azores*. Fisheries Research 109. 360 – 369.

Carvalho, N., Rege, S., Fortuna, M., Isidro E. e Jones, G. (2011b). *Estimating the impacts of eliminating fisheries subsidies on the small island economy of the Azores*. Ecological Economics 70. 1822 – 1830.

Craveiro, C. (2016). *Pescar Saúde*. Associação Portuguesa dos Nutricionistas. E-Book nº39, abril.

Dâmaso, C. & Machete, M. (2011). *Brief characterization of Azorean fisheries and fish species certified as “friend of the sea”*. DOP, Universidade dos Açores, Horta. 24 pp.

DOP (2008). *1st Workshop in Aquaculture in the Azores. Baseline information on the Azores*. Faial.

Elavai, A. (2015). *Entrada e saída dos principais produtos dos Açores*. VII Jornadas Estatísticas do SREA. Ponta Delgada.

Esteban, A. e Crilly, R. (2012). *Fish Dependence – 2012 Update*. New Economics Foundation and OCEAN2012. London.

- FAO (2016). *The State of World Fisheries and Aquaculture 2016. Contributing to food security and nutrition for all*. Rome. 200 pp.
- FAO (2014). *El Estado Mundial de la Pesca y la Acuicultura. Oportunidades y Desafíos*. Rome.
- FAO (2002). *A fishery manager's guidebook. Management measures and their application*. Rome. 231pp.
- Fernandez, J. (2013). *Análisis Integral del Sector Pesquero en España. Estudio del Proceso de Comercialización*. Tesis Doctoral. Universidad Politécnica de Madrid.
- Gallager, L., Porteiro F., Dâmaso, C. e Santos, R. (2013). *Guia do Consumidor do Pescado dos Açores*. DOP. Açores.
- Goulding, I. e Stobberup, K. (2015). *Pelagic Fisheries and the Canning Industry in Outermost Regions*. Directorate-General for Internal Policies. EU. Brussels.
- Governo dos Açores (2015). *Melhor Pesca, Mais Rendimento – Medidas estratégicas para o setor das pescas nos Açores*. Ponta Delgada.
- Governo dos Açores (2014a). *Diretiva-Quadro Estratégia Marinha*. Ponta Delgada.
- Governo dos Açores (2014b). *Estratégia de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente da Região Autónoma dos Açores – RIS3 AÇORES*. Ponta Delgada.
- Governo dos Açores (2010). *Decreto Legislativo Regional n.º 29/2010/A de 9 de novembro – Quadro legal da pesca açoriana*. Ponta Delgada.
- Governo dos Açores (2007). *Programa Operacional Pescas para a Região Autónoma dos Açores 2007-2013 – PROPESCAS*. Ponta Delgada.
- Guillen, J., Santos, A., Carpenter, G., Carvalho, N., Casey, J., Leonart, J., Maynou, F., Merino, G. e Paulurd, A. (2016). *Sustainability now or later. Estimating the benefits of pathways to maximum sustainable yield for UE Northeast Atlantic fisheries*. *Marine Policy* 72 (2016) 40.

ICES (2017). *Report of the Working Group on the Biology and Assessment of Deep-sea Fisheries Resources*. ICES CM 2017/ACOM:14. Copenhagen. 702 pp.

INE (2017). *Estatísticas da Pesca 2016*. Lisboa.

INE (2013). *Censos 2011*. Portugal.

Kelleher, K. e Weber, M. (2006). *Toward Sustainable Management of World Fisheries and Aquaculture. Global Issues for Global Citizens: An Introduction to Key Development Challenge*. The World Bank. Washington DC.

Lotaçor (2017). *Relatório e Contas 2016*. Ponta Delgada.

Lotaçor (2007). *Pescado Comercializado nas Lotas da RAA em 2006*. Ponta Delgada.

Martin, A., e Melo, A. (1983). *The Azorean sperm whale fishery: a relic industry in decline*. Report of the International Whaling Commission, 33: 283–286.

Melo, P. (2017). *A comercialização de pescado nos Açores – Perspetivas de desenvolvimento de novos mercados*. Ciclo de Conferências APPAQUA. Ponta Delgada.

Menezes, G., Silva, H. e Pinho, M. (2012). *Campanhas de monitorização e a pescaria de demersais nos Açores*. Valorização do Pescado dos Açores. DOP.

Menezes, M. (1996). *Interações tecnológicas na pesca demersal dos Açores*. Tese de Mestrado. Universidade dos Açores, DOP.

Morato, T., Guénette, S. e Pitcher, T. (2001). *Fisheries of the Azores (Portugal) 1982-1999*. Pp. 214-220 in D. Zeller; R. Watson; T. Pitcher and D. Pauly (eds). *Fisheries impacts on North Atlantic Ecosystems: Catch, effort and national/regional data sets*. Fisheries Centre Research Reports, University of British Columbia, 9(3): 214-220.

Morton, B., Britton, J. e Martins, A. (1998). *Coastal Ecology of the Azores*. Sociedade Afonso Chaves, Ponta Delgada, 249 pp.

Neilson, A., Cardwell, E. e Bulhão Pato, C. (2012). *Coastal fisheries in the Azores, Portugal –A question of sovereignty, sustainability and space*. In K. Schriewer & T. Højrup (Eds.) *European Fisheries at a tipping-point. /La Pesca Europea ante un cambio irreversible*. pp.465-505, Murcia, Es:Cátedra Jean Monnet Universidade de Murcia.

Neves, C. (2015). *O Comércio Internacional dos Açores*. VII Jornadas Ibero-Atlânticas de Estatística Regional. INE. Ponta Delgada.

ONU (1982). *United Nations Convention on the Law of the Sea*. Jamaica.

Pham, C., Canha, A., Diogo, H., Pereira, J., Prieto, R. e Morato, T. (2013). *Total marine fishery catch for the Azores (1950–2010)*. ICES Journal of Marine Science, 70(3), 564–577.

Pires, A. (2015). *Cooperação e Gestão Sustentável das Pescas. As Organizações de Produtores. Estudo de Caso*. Tese de Mestrado. ISEG.

Pires, J. e Costa, S. (2011). *Docapesca 1961-2011*. Lisboa.

Porteiro, F. (2017). *Áreas Marinhas Protegidas nos Açores*. Ponta Delgada.

Restolho, N. (2011). *Desenvolvimento e aplicação de critérios de qualidade aos alimentos perecíveis expostos no supermercado*. Tese de mestrado. UTL.

Rodrigues, L. (2017). *A Sustentabilidade dos Oceanos*. Dia dos Oceanos 2017. Rabo de Peixe.

Rodrigues, L. (2008). *Artes de Pesca nos Açores. Tecnologia de Pesca e Marinharia*. Edição da Associação Marítima Açoriana. Rabo de Peixe, São Miguel, Açores, 175 pp.

Santos, R., Tempera F., Colaço A., Cardigos F. e Morato T. (2010). *Mountains in the Sea: Dom João de Castro Seamount, Azores*. Oceanography, 23 (1): 146-147.

Silva, H. e Goulding, I. (2003). *Estudo Sócio-económico do Setor das Pescas dos Açores 2002*. Megapesca.

SONAE MC (2017). *Escola de Perecíveis*. Apresentação. Lisboa.

SREA (2016). *Dados da Pesca 1986 – 2015*. Ponta Delgada.

STECF (2016). *The 2016 Annual Economic Report on the UE Fishing Fleet (STECF 16-11)*. Publications Office of the European Union, Luxembourg.

STECF (2015). *The 2015 Annual Economic Report on the UE Fishing Fleet (STECF 15-07)*. Publications Office of the European Union, Luxembourg.

Vindel, C. (2015). *Pesca Artesanal de la Isla de Tenerife (Canarias). Analisis de la Primera Venta de los Productos pesqueros y su influencia en el Registro de Datos Biologicos*. Tesis Mestrado. Universidad de Alicante.

Anexos

Regulamentação das Pescas nos Açores

2017

- Regulamento (UE) 2017/1130 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de junho de 2017 - Define as características dos navios de pesca
- Despacho n.º 1276/2017, de 16 de junho - Altera os Anexos III, V, VII e VIII do Despacho n.º 3022/2016, de 30 de dezembro, alterado pelos Despachos n.º 189/2017, de 1 de fevereiro e 1099/2017, de 25 de maio, relativo à repartição da quota de goraz (*Pagellus bogaraveo*), para 2017 e 2018, destinada à RAA
- Despacho n.º 1099/2017, de 25 de maio - Altera os Anexos VI, VII e VII do Despacho n.º 189/2017, de 1 de fevereiro, relativos à repartição da quota do goraz (*Pagellus bogaraveo*) na RAA
- Despacho normativo n.º 15/2017, de 16 de maio - Determina os critérios e condições relativos ao licenciamento para o exercício da atividade da pesca. Revoga o Despacho Normativo n.º 64/2013, de 4 de dezembro
- Portaria n.º 161/2017, de 15 de maio - Estabelece a chave de repartição da quota de imperadores (*Beryx* spp.) atribuída pela regulamentação europeia a Portugal, pela frota registada no continente e pela frota registada na RAA
- Portaria n.º 57/2017, de 11 de julho - Segunda alteração à Portaria n.º 66/2014, de 8 de outubro, que aprova os condicionamentos ao exercício da pesca por Arte de

Cerco e por Arte de Levantar, por embarcações de pesca registadas ou com porto de armamento nas ilhas de São Miguel e Terceira

- Portaria n.º 39/2017, de 19 de maio - Apoio aos investimentos a bordo nos domínios da saúde e segurança, da limitação dos impactos da pesca, da eficiência energética e do valor acrescentado e qualidade dos produtos
- Portaria n.º 19/2017, de 10 de fevereiro - Apoio aos investimentos na transformação dos produtos da pesca e da aquacultura
- Portaria n.º 18/2017, de 10 de fevereiro - Apoio à comercialização dos produtos da pesca e da aquacultura
- Portaria n.º 13/2017, de 31 de janeiro - Altera a Portaria n.º 74/2015, de 15 de junho, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 88/2016, de 12 de agosto e pela Portaria n.º 120/2016, de 27 de dezembro - Tamanhos mínimos e períodos de defeso
- Portaria n.º 12/2017, de 30 de janeiro - Altera a Portaria n.º 119/2016, de 27 de dezembro - Fixação das capturas totais do goraz (*Pagellus bogaraveo*)
- MAR 2020 - Portaria n.º 56/017, de 5 de julho - altera e republica o Regulamento do regime de apoio aos investimentos na transformação de produtos da pesca e da aquacultura, aprovado pela Portaria n.º 19/2017, de 10 de fevereiro
- MAR 2020 - Portaria n.º 18/2017, de 10 de fevereiro que aprova o Regulamento do regime de apoio aos investimentos na transformação de produtos da pesca e da aquacultura do Programa Operacional MAR 2020 na RAA
- MAR 2020 - Portaria n.º 39/2017, de 19 de maio - Aprova o regulamento do regime de apoio aos investimentos a bordo nos domínios da saúde e segurança, da limitação

dos impactos da pesca, da eficiência energética e do valor acrescentado e qualidade dos produtos

- Regulamento de Execução (UE) 2017/838 da Comissão, de 17 de maio de 2017, que altera o Regulamento (CE) n.º 889/2008 no que se refere aos alimentos para certos animais de aquacultura biológica

2016

- Portaria n.º 120/2016, de 27 de dezembro - Alteração à Portaria n.º 74/2015, de 15 de junho, que estabelece novos tamanhos mínimos do goraz (*Pagellus bogaraveo*)
- Portaria n.º 119/2016, de 27 de dezembro - Repartição da quota do goraz (*Pagellus bogaraveo*) 2017/2018
- Portaria n.º 96/2016, de 9 de setembro - Caldeirada
- Portaria n.º 93/2016, de 7 de setembro - Estabelece as normas que regulam a autorização de venda de pescado fresco diretamente ao consumidor final, nos termos previstos no n.º 3 e 5 do artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2016/A, de 22 de julho
- Portaria n.º 88/2016, de 12 de agosto - Altera o Anexo I da Portaria n.º 74/2015, de 15 de junho (tamanhos mínimos)
- Portaria n.º 87/2016, de 12 de agosto - Regulamento do regime de apoio aos investimentos produtivos na aquacultura, ao abrigo da Prioridade da União estabelecida no n.º 2 do artigo 6.º do Regulamento (UE) n.º 508/2014, de 15 de maio

- Portaria n.º 76/2016, de 19 de julho - Retoma o período para apresentação de candidaturas ao apoio à pesca local e costeira aprovado pela Portaria n.º 74/2008, de 26 de agosto
- Portaria n.º 74/2016, de 8 de julho - Regime de apoio à inovação em aquacultura
- Portaria n.º 68/2016, de 1 de julho - Altera o regulamento da apanha aprovado pela Portaria n.º 1/2014, de 10 de janeiro
- Portaria n.º 53/2016, de 21 de junho - Exercício da pesca nas áreas protegidas do Faial e Pico
- Portaria n.º 51/2016, de 14 de junho - Primeira alteração à Portaria N.º 46/2016, de 20 de maio
- Portaria n.º 46/2016, de 20 de maio - Regime de compensação dos custos suplementares para os produtos da pesca
- Portaria n.º 40/2016, de 5 de abril - Regulamenta a linha de crédito de apoio à pesca local e costeira

2015

- Regulamento UE 2015/98, de 18 de novembro 2014 - Pesca do espadarte (*Xiphias gladius*) - Alteração aos pesos mínimos de captura autorizados
- Regulamento específico de datas e dimensões para a instalação do equipamento AIS nos navios de pesca
- Despacho n.º 2755/2015, de 28 de dezembro - Distribuição quota goraz (*Pagellus bogaraveo*)

- Despacho Normativo n.º 23/2015, de 22 de junho - Determina a metodologia de amostragem para efeitos de fiscalização dos períodos de defeso
- Portaria n.º 157/2015, de 4 de dezembro – Distribuição das quotas do goraz (*Pagellus bogaraveo*) por ilha
- Portaria n.º 94/2015, de 10 de julho - Período de interdição da pesca de Goraz/Peixão (*Pagellus bogaraveo*)
- Portaria n.º 74/2015, de 15 de junho - Define os tamanhos mínimos e períodos de defeso
- Portaria n.º 73/2015, de 15 de junho - Fixa o limite máximo diário de captura, para fins comerciais, das espécies lapa-brava (*Patella áspera*) e lapa-mansa (*Patella candei gomesii*)

2014

- Portaria n.º 88/2014 de 31 de dezembro - Banco do Condor
- Portaria n.º 67/2014 de 14 de outubro - Revoga a Portaria n.º 68/2013, de 13 de setembro, que proíbe todo e qualquer exercício da pesca marítima, quer comercial quer lúdica, na Lagoa da Caldeira de Santo Cristo, ilha de São Jorge, incluindo a apanha de amêijoa, bem como a apanha de qualquer grupo de algas marinhas
- Portaria n.º 66/2014 de 8 de outubro - Aprova os condicionamentos ao exercício da pesca por Arte de Cerco e por Arte de Levantar
- Portaria n.º 65/2014 de 6 de outubro de 2014 - Aprova o regulamento dos métodos de pesca por Arte de Cerco e por Arte de Levantar

- Portaria n.º 64/2014 de 26 de setembro de 2014 - Novas regras para a venda de pescado apreendido
- Portaria n.º 57/2014 de 22 de agosto de 2014 - Estabelece as condições de inscrição no sistema de abastecimento de gasóleo à pesca na RAA
- Portaria n.º 44/2014, de 8 de julho - Primeira alteração ao Regulamento da apanha
- Portaria n.º 17/2014 de 28 de março de 2014 - Regulamento de gestão dos portos de pesca e núcleos de pesca da RAA
- Portaria n.º 1/2014 de 10 de janeiro – Aprova o Regulamento da apanha

2013

- Despacho Normativo n.º 64/2013 de 4 de dezembro de 2013 - Determina os critérios e condições relativos ao licenciamento para o exercício da atividade da pesca
- Decreto Legislativo Regional n.º 19/2013/A, de 17 de outubro – FUNDOPESCA
- Portaria n.º 76/2013, de 30 de setembro – Regulamento das Lotas da RAA
- Portaria n.º 75/2013, de 30 de setembro - PROPESCAS alteração
- Portaria n.º 74/2013, de 30 de setembro - PROPESCAS alteração
- Portaria n.º 73/2013, de 30 de setembro - PROPESCAS alteração
- Portaria n.º 72/2013, de 30 de setembro - PROPESCAS suspensão
- Portaria n.º 70/2013, de 30 de setembro - Margens de comercialização de pescado
- Portaria n.º 51/2013, de 10 de julho - Extração de calhau rolado para aprestamento de artes
- Portaria n.º 21/2013, de 12 de abril de 2013 - Portos de Pesca
- Portaria n.º 20/2013, de 22 de janeiro - Interdita a pesca dirigida a certas espécies

2012

- Despacho n.º 1721/2012 de 21 de novembro - Quota de goraz (*Pagellus bogaraveo*) para 2012
- Despacho n.º 990/2012 de 12 de julho - Estabelecimento de quota de goraz (*Pagellus bogaraveo*) por embarcação de pesca para 2012
- Portaria n.º 62/2012, de 5 de junho - Pesca em Santa Maria / Regulamento
- Portaria n.º 53/2012, de 14 de maio - Rol de tripulação
- Portaria n.º 50/2012, de 27 de abril de 2012 - Pesca à Linha / Regulamento RAA
- Portaria n.º 45/2012 de 11 de abril - Incentivo à pesca do peixe espada preto (*Aphanopus carbo*)
- Portaria n.º 38/2012, de 28 de março - APOIOS / REGIONAIS - Associações de Produtores
- Portaria n.º 25/2012, de 17 de fevereiro - APOIOS / REGIONAIS - Segurança no Trabalho a Bordo
- Portaria n.º 8/2012, de 13 de janeiro - APOIOS / REGIONAIS - Apoio à Pesca Local e Costeira
- Portaria n.º 7/2012, de 11 de janeiro - Pesca com Artes de Arrasto

2011

- Decisão de Execução da Comissão de 29 de março (2011/207/UE) - versão consolidada
- Decreto Legislativo Regional n.º 24/2011/A, de 22 de agosto – Portos

- Decreto Legislativo Regional n.º 22/2011/A, de 4 de julho - Quadro Legal da Aquacultura Açoriana
- Decreto Regulamentar Regional n.º 23/2011/A, de 21 de novembro - Orgânica da SRAM
- Portaria n.º 105/2011, de 30 de dezembro - Isenção para as embarcações regionais de pesca com comprimento de fora a fora igual ou superior a 12 metros e inferior a 15 metros
- Portaria n.º 82/2011, de 22 de fevereiro - Fixa o tamanho mínimo de captura quanto às espécies de carapaus (*Trachurus* spp.), salmonete (*Mullus surmuletus*), amêijoamacha (*Venerupis pullastra*) e passa a incluir as espécies percebe (*Pollicipes pollicipes*), burriés (*Gibulla* spp., *Littorina litorea* e *Monodonta lineata*), lapas (*Patella* spp.) e ouriço-do-mar (*Paracentrotus lividus*)
- Portaria n.º 20/2011 de 29 de março - Quota de goraz (*Pagellus bogaraveo*) para 2011 e 2012
- Portaria n.º 1/2011, de 5 de janeiro - APOIOS / REGIONAIS - Segurança no trabalho a bordo

2010

- Decreto Legislativo Regional n.º 29/2010/A, de 9 de novembro - Quadro legal da pesca açoriana
- Regulamento (UE) n.º 1225/2010 do Conselho, de 13 de dezembro - Quotas de pesca de peixes de profundidade para 2011 e 2012

- Regulamento (UE) n.º 640/2010 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de julho
- Resolução do Conselho do Governo n.º 57/2010, de 13 de maio - APOIOS / REGIONAIS - Segurança no trabalho a bordo
- Declaração de Retificação n.º 1/2010 de 25 de janeiro - Estabelece o tamanho mínimo para a captura de organismos marinhos das espécies goraz (*Pagellus bogaraveo*), congro (*Conger conger*) e boca negra (*Helicolenus dactylopterus dactylopterus*)
- Despacho n.º 1139/2010 do SRTSS, de 22 de novembro - Registo de dias da pesca na segurança social
- Despacho n.º 337/2010, de 31 de março - Regulamentação comunitária, de quotas de captura de goraz (*Pagellus bogaraveo*)
- Portaria n.º 109/2010, de 9 de dezembro - APOIOS / PROPESCAS - EIXO 2
- Portaria n.º 84/2010, de 24 de agosto - APOIOS / PROPESCAS - EIXO 4
- Portaria n.º 77/2010, de 11 de agosto - Retificação da Portaria 74/2008, de 26 de agosto - APOIOS / REGIONAIS - Apoio à pesca local e costeira
- Resolução n.º 57/2010, de 13 de maio - Regime de apoio à segurança no trabalho a bordo
- Portaria n.º 48, de 14 de maio - BANCO CONDOR
- Portaria n.º 47/2010, de 13 de maio - APOIOS / REGIONAIS - Associações de produtores
- Portaria n.º 42/2010, de 23 de abril - APOIOS / PROPESCAS - EIXO 3

- Portaria n.º 37/2010, de 16 de abril - Aditamento Portaria 30/2004, de 22 de abril, no uso de armadilhas até 6 milhas
- Portaria n.º 1/2010 de 18 de janeiro - Tamanho mínimo goraz (*Pagellus bogaraveo*), congro (*Conger conger*) e boca negra (*Helicolenus dactylopterus dactylopterus*)

Tamanhos Mínimos de Captura

Atualização: fevereiro de 2017

Governo Regional dos Açores
Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia
Inspeção Regional das Pescas



Tamanhos mínimos de captura

Peixes

Nome Comum	Nome científico	Tamanho mínimo de captura
Atum Rabilo	<i>Thunnus thynnus</i>	1 150 mm ou 30 kg (nas linhas de mão) 750 mm ou 8 kg (no salto e vara)
Besugo	<i>Pagellus acame</i>	180 mm
Boca Negra	<i>Helicolenus dactylopterus dactylopterus</i>	270 mm
Boga	<i>Boops boops</i>	150 mm
Cavala	<i>Scomber spp.</i>	200 mm
Congro / Safio	<i>Conger conger</i>	1.400 mm
Espadarte	<i>Xiphias gladius</i>	25 kg ou 125 cm
Goraz / peixão	<i>Pagellus bogaraveo</i>	330 mm
Pargo	<i>Pagrus pagrus</i>	300 mm
Alfonsim	<i>Beryx splendens</i>	300 mm
Imperador	<i>Beryx decadactylus</i>	350 mm
Raia	<i>Raja spp.</i> e <i>Leucoraja spp.</i>	520 mm
Salema	<i>Sarpa salpa</i>	180 mm
Salmonete	<i>Mullus surmuletus</i>	150 mm
Sardinha	<i>Sardina pilchardus</i>	110 mm
Sargo	<i>Diplodus spp.</i>	150 mm

Crustáceos

Nome Comum	Nome científico	Tamanho mínimo de captura
Cavaco	<i>Scyllarides latus</i>	77 mm (inserção do olho ao extremo da carapaça)
Lagosta	<i>Palinurus elephas</i>	95 mm (carapaça)
Santola	<i>Maja brachydactyla</i>	100 mm

Moluscos

Nome Comum	Nome científico	Tamanho mínimo de captura
Amêijoia	<i>Ruditapes decussatus</i>	40 mm
Búzio	<i>Murex trunculus</i>	50 mm
Lapa brava	<i>Patella aspera</i>	50 mm
Lapa mansa	<i>Patella candei gomesii</i>	30 mm
Polvo	<i>Octopus vulgaris</i>	750 g

Períodos de defeso

Peixes

Nome Comum	Nome científico	Período de defeso
Atum Rabilo	<i>Thunnus thynnus</i>	1 de novembro a 30 de junho (no salto e vara e corrico) 15 de outubro a 15 de junho (na pesca lúdica e desportiva)

Crustáceos

Nome Comum	Nome científico	Período de defeso
Cavaco	<i>Scyllarides latus</i>	
Cavaco-a-não	<i>Scyllarus arctus</i>	1 de maio a 31 de agosto
Lagosta	<i>Palinurus elephas</i>	
Santola	<i>Maja brachydactyla</i>	1 de outubro a 31 de março

Moluscos

Nome Comum	Nome científico	Período de defeso
Amêijoia	<i>Ruditapes decussatus</i>	15 de maio a 15 de agosto
Lapa brava	<i>Patella aspera</i>	
Lapa mansa	<i>Patella candei gomesii</i>	1 de outubro a 30 de abril

Entrevistas

Direção Regional das Pescas

Luis Rodrigues, Diretor Regional das Pescas

1. Qual a sua opinião sobre a situação geral da pesca nos Açores?

Positiva. Naturalmente que é positiva. Acredito nas pescas dos Açores, mas o paradigma tem de ser alterado, principalmente a imagem que passa para fora, de miséria, contamina a pesca dos Açores. Com a capacidade que todos e cada um de nós que está na pesca para querer mudar a imagem, a orientação tem de ser de mudança. Há uma certa contaminação na comunicação social, com notícias sobre a pesca que além de não serem reais, difundem a pobreza do pescador, que acaba por influenciar negativamente projetos, discursos e políticas.

As pescas dos Açores são também os investigadores, as instituições, os comerciantes, as autoridades, que têm de ser vistos de uma forma holística e não centrada na figura do pescador e armador.

Sinto também que o peixe dos Açores é valorizado. Tem é de haver investimento na mudança da imagem. Imagem esta que aumente a autoestima de quem trabalha no setor.

2. O que o Governo Regional tem feito nestes últimos dois anos para a melhoria das pescas nos Açores?

A PCP tem quatro pilares: Medidas de Conservação, que engloba os períodos de defeso, quotas, calibres mínimos, tamanho de anzóis, etc.; Organização Comum do Mercado, que regula o comércio e os preços; Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da

Pesca (MAR 2020 em Portugal); e a Política Internacional. Nos Açores temos aproveitado as medidas de orientação do plano operacional do MAR 2020.

O MAR 2020, que é um fundo gerido pela CE e ao qual o Governo dos Açores tem ido buscar financiamento através das portarias publicadas, tem permitido valorizar as pessoas, as instituições e as empresas, através de formação, qualificação e capacitação; valorizar o produto da pesca, que tanto pode ser o pescado; as artes de pesca, como o salto-e-vara; e as comunidades, que encerram em si mitos, dizeres e cantares que precisam de ser divulgados; gerar coresponsabilização, que é transversal aos políticos, consumidores, investigadores, pescadores, e que terá de ser incutida através de mecanismos e medidas diretas; produzir conhecimento, através da partilha de estudos e investigações, que nos faça perceber mais e melhor o setor; criar medidas de parceria, com fusão equilibrada entre as instituições da fileira da pesca, não só entre os pescadores e os investigadores e os armadores e os comerciantes, mas também ao nível interinstitucional e intersetorial, como a educação, qualificação profissional, turismo, etc.; a reorientação e complementaridade para criar na pesca outras formas de rendimento alternativo, como a secagem de peixe e a apanha de algas; e alterar a imagem e a perceção das pescas e dos pescadores.

3. Os Açores têm realmente o melhor peixe do mundo?

Sim, temos o melhor peixe do mundo, vivemos num ambiente selvagem, longe de qualquer fonte de poluição e a nossa frota pratica pesca artesanal. Nos Açores temos o privilégio do pescado chegar a terra no próprio dia e ser leiloado. Por exemplo, o atum dos Açores é igual a um atum noutra lado do mundo, mas a forma de pescar o atum um a um é diferente de uma pesca ao atum de cerco, e isso valoriza o nosso peixe. Também influencia

o que é pescado, por exemplo, as ameijoas de São Jorge são capturadas num local preservado ao longo do tempo e que não apresenta parasitas e toxinas.

4. Que futuro têm as pescas em termos de competitividade no exterior, quando é publico que há falta de transporte para pescado fresco e até que ponto pode condicionar a entrada em novos mercados?

Não é um problema que coloca, pois se tivéssemos a capacidade de ter muitos mais aviões a transportar peixe, esses mesmos aviões teriam de levar peixe e isso ia destruir os nossos ecossistemas. O Governo está a preparar protocolos para agilizar e haver uma sincronização entre SATA e os comerciantes para que os *timings* sejam os mais próximos.

5. É possível aumentarmos a nossa quota de pesca na UE?

O Governo está a tentar aumentar a quota em duas das espécies mais emblemáticas dos Açores, o atum e o goraz. Recuperámos o *stock* de goraz, o que não aconteceu em mais nenhum sitio do mundo. Isto foi feito através do aumento do tamanho mínimo de captura; da diminuição da área de operação; implementação de quotas por ilha, por trimestre e por embarcação; criando aéreas marinhas protegidas; e formando os profissionais do setor. Estas medidas, aos olhos da UE podem trazer benefícios nas quotas.

6. A aquacultura está a dar os primeiros passos nos Açores. Há futuro?

Acreditamos que sim. A implementação de novos projetos e o desenvolvimento da investigação em aquacultura na Região tem sido uma realidade. Há projetos em algas, cracas, peixes ornamentais e em espécies mais nobres com potencial para singrar.

7. Quais as suas maiores preocupações em relação à pesca?

Abundância dos recursos, valorização e a imagem da fileira, segurança no mar e o rendimento dos pescadores e a valorização dos produtos.

Lotaçor

Cíntia Machado, Presidente do Concelho de Administração da Lotaçor

1. Qual a sua opinião sobre a situação geral da pesca nos Açores?

Em termos gerais, podemos dizer que as pescas nos Açores estão num período de relativa estabilidade. Embora se verifique uma ligeira diminuição das capturas de demersais e de pequenos pelágicos, tem-se verificado um aumento substancial do preço médio por quilo, o que significa que os pescadores têm mantido ou mesmo aumentado os seus rendimentos nestas espécies. A grande quebra verifica-se nas capturas de tunídeos, que vêm diminuindo consecutivamente desde 2010, mas que de qualquer modo, trata-se de uma pescaria que ao longo da história apresenta ciclos que variam muito entre a abundância e a escassez desse recurso.

A frota regional sofreu na primeira década deste século uma melhoria significativa. Embora o número de embarcações em atividade se tenha mantido estável, a sua renovação, a melhoria das condições de segurança, de habitabilidade e de trabalho a bordo, a modernização dos equipamentos de navegação e de deteção de pescado contribuíram para que os períodos de pesca e a distância em que elas exercem a pesca tenham aumentado, exercendo-se assim um maior esforço de pesca em termos gerais. O número de indivíduos que se dedicam à pesca também aumentou devido ao fluxo que se verificou de atividades em crise, como a construção civil, para a pesca.

2. Qual a história, visão, valores e objetivos da empresa?

No dia 6 de novembro de 1979, e na sequência da instituição da Autonomia, é criado o Serviço Regional de Lotas e Vendagens. Dois anos depois, por iniciativa da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas e através do Decreto Legislativo Regional N° 10/81/A de 8 de julho, a denominação social e caracterização evoluem para Serviço Açoriano de Lotas, E.P. – Lotaçor.

Nessa altura, iniciou-se a construção e adaptação de alguns edifícios, dotando-os com as condições mínimas para a primeira venda de pescado, e a construção de entrepostos frigoríficos em algumas ilhas, estruturas até então inexistentes na Região.

Nos anos 90 iniciou-se a informatização dos serviços e das lotas, começando pela de Ponta Delgada, seguindo-se as de Rabo de Peixe, São Mateus da Calheta, Praia da Vitória e Santa Cruz da Horta. Mais recentemente, e com a publicação do Decreto Legislativo Regional n°. 19/2005/A, a empresa é transformada em sociedade anónima, adquirindo a atual designação de Lotaçor – Serviço de Lotas dos Açores, S.A.

O capital social da Lotaçor é detido em 100% pela RAA e, deste modo, a Lotaçor pertence ao Setor Público Empresarial Regional.

O seu objeto social é a prestação de serviços de primeira venda de pescado fresco, bem como o apoio ao Setor da Pesca e respetivos portos nas nove ilhas do arquipélago, sendo duplamente tutelada pela SRMCT e Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial.

A Lotaçor tem por missão realizar todas as operações de primeira venda de pescado e respetivo controlo, criando – através da exploração das lotas e instalações e/ou

equipamentos de refrigeração e congelação – as condições necessárias à produção, distribuição e comercialização do pescado da RAA.

Pode, ainda, exercer outras atividades relacionadas com o seu objeto principal, designadamente através da prestação de serviços à atividade das embarcações de pesca e desempenha igualmente serviços de interesse público geral a nível da exploração, prestação de serviços e investimentos nos portos de pesca da RAA.

É uma empresa pública regional implantada em todas as ilhas desde longa data, conhece profundamente os hábitos, cultura e necessidades da classe piscatória, desempenhando um importante papel social, pois trata de significativa parte dos pagamentos às seguradoras, à segurança social, sindicatos e associações diversas e também gere mais de duas centenas de empréstimos bancários destinados à construção, aquisição ou modernização de embarcações de pesca por si avaliados. A Lotaçor é ainda a interface entre o subsector extrativo e o consumidor, pelo que tem a Qualidade e a Segurança Alimentar como preocupações permanentes e estratégicas ao nível do investimento e da inovação, considerando-as não só uma exigência do mercado, mas, principalmente, um fator diferenciador para uma região como os Açores.

3. Os Açores têm realmente o melhor peixe do mundo?

Acreditamos que sim e apostamos fortemente nesse conceito. O peixe que vendemos é-nos entregue diretamente pelos pescadores, sendo na receção nas lotas cuidadosamente selecionado, calibrado e devidamente acondicionado em caixas com gelo, de modo a manter o seu grau de frescura inalterado até à altura de venda. É também sujeito a um controlo veterinário rigoroso para assegurar a sua salubridade e a segurança para a

saúde do consumidor. A Lotaçor tem implementado, em todas as lotas, o sistema HACCP, certificado pela Associação Portuguesa de Certificação segundo as normas do *Codex Alimentarius*. É também importante realçar que as pescarias dos Açores estão certificadas como “Dolphin Safe” e “Friend of the Sea” e onze espécies por nós comercializadas estão certificadas com o selo “Marca Açores – Certificado pela Natureza”, garantindo que todo o pescado é capturado em águas despoluídas, com artes de pesca ancestrais, artesanais, seletivas e ecológicas.

4. Qual o papel da Lotaçor na valorização do pescado dos Açores?

Parte desta resposta já foi dada na pergunta anterior. O tratamento que damos ao pescado que nos é confiado, a sua conservação dentro dos requisitos exigidos pelas autoridades sanitárias e pela legislação regional, nacional e comunitária em vigor e a certificação de todo o processo e das pescarias, por si só, já garantem uma boa valorização do nosso pescado. Mas, para além desses fatores, a Lotaçor tem marcado presença assídua e já reconhecida nas principais feiras e exposições de produtos do mar e da pesca, nomeadamente na “Seafood Expo Global” em Bruxelas, na “Conxemar” em Vigo, no SISAB em Lisboa, entre outras, sempre com o objetivo de promover e divulgar o peixe dos Açores no seu conjunto.

O nosso stand, pela sua apresentação e pela qualidade do peixe exposto, é sempre muito procurado por visitantes de todo o mundo, tendo a nossa presença já resultado em alguns negócios muito interessantes. A qualidade do pescado apresentado nesses eventos com certeza tem contribuído para a sua valorização, pois torna-o mais procurado e, desta forma, o mercado encarrega-se de o valorizar.

5. Quais são as fontes de receita da Lotaçor?

As principais fontes de receitas da Lotaçor são as taxas de lota, que cobramos pelo serviço que total que prestamos, desde a recolha, receção, conservação e venda do pescado; as receitas provenientes da venda de gelo; e as receitas de aluguer de frio, resultantes da congelação e conservação de pescado, principalmente de tunídeos, nos entrepostos frigoríficos.

Para além das receitas próprias, existem os proveitos resultantes do contrato programa anual, celebrado com o Governo dos Açores, no âmbito da exploração e prestação de serviços nos portos de pesca por conta da RAA.

6. A aquicultura está a dar os primeiros passos nos Açores. Há futuro?

A Lotaçor não é a entidade mais qualificada para responder a esta questão, até porque o peixe proveniente de aquicultura é isento de lota.

No entanto, a aquicultura, adaptada à realidade de cada região, como o clima, as preferências dos consumidores, a rentabilidade da operação, entre outros fatores, fará seguramente parte do futuro, especialmente por uma questão de sustentabilidade dos recursos naturais.

7. A Região precisa de novas pescarias?

Na nossa opinião, a frota da Região precisa de diversificar a pesca para espécies que existem em abundância no mar dos Açores e que pelo seu baixo valor comercial não são apetecíveis para os armadores. Daí a importância de se concretizar uma união de esforços entre todos os parceiros do setor no sentido de promover a comercialização e a valorização dessas espécies, tendo em conta, não só a sua qualidade, como as suas propriedades

nutricionais e os benefícios para a saúde dos potenciais consumidores. A Região não precisa de pescar mais, precisa de diversificar e de valorizar novas espécies.

8. Qual a sua opinião sobre as quotas estabelecidas pelo Governo Regional para a manutenção de espécies piscícolas, como é o caso do goraz, assim como as regulamentações de calibres instauradas?

As quotas estabelecidas para algumas espécies advêm de Regulamentos Comunitários de aplicação direta na Região. Periodicamente são atribuídas pela CE as possibilidades de pesca de espécies de profundidade, demersais e pelágicas para cada país da UE e, conseqüentemente, os Açores são abrangidos na generalidade das quotas atribuídas a Portugal. No entanto, existem quotas que são atribuídas exclusivamente à frota regional, como por exemplo a do goraz.

O Governo Regional tem, no entanto, a possibilidade de estabelecer as suas próprias quotas a outras espécies se assim o entender.

Quanto aos tamanhos mínimos, alguns são também estabelecidos por Regulamentos Comunitários, embora o Governo dos Açores também tenha sempre a possibilidade de estabelecer tamanhos mínimos diferentes, desde que sejam obrigatoriamente mais restritivos do que os Comunitários.

De qualquer forma, tanto a questão das quotas como a dos tamanhos mínimos são questões de carácter governamental e legislativo, que transcendem o âmbito das atribuições e competências da Lotaçor, pelo que nos abstermos de emitir qualquer opinião a esse respeito.

9. Quais as suas maiores preocupações em relação à pesca?

A nossa maior preocupação em relação à pesca é o aumento do rendimento dos nossos pescadores e armadores, daí a aposta na formação dos nossos colaboradores e o aperfeiçoamento constante de todo o nosso sistema de receção, conservação e venda do pescado que nos é confiado e a sua promoção como produto de elevadíssima qualidade, tanto a nível organolético como de valor nutricional e de mais valia para a saúde do consumidor.

A Lotaçor existe para prestar serviços ao setor da pesca e quanto melhor for o serviço prestado, melhor é a qualidade de vida de todos os envolvidos na fileira do pescado. Outra preocupação é a da gestão adequada dos recursos haliêuticos. Consideramos que deve ser aprofundado o relacionamento entre todos os parceiros e que as Associações do setor passem a ter um papel mais ativo na gestão das pescarias dos seus associados. Só com uma ação devidamente concertada, entre o Governo dos Açores, a comunidade científica e as diversas associações do setor, será possível manter a sustentabilidade da pesca na Região e proporcionar um futuro risonho às gerações vindouras.

Federação das Pescas dos Açores

Gualberto Rita, Presidente

1. Qual a sua opinião sobre a situação geral da pesca nos Açores?

No mundo, e os Açores não são exceção, a atividade da pesca enfrenta, desde há vários anos, grandes desafios. A diminuição dos recursos e a redução de quotas que têm sido aplicadas está obviamente no centro desses desafios e é responsável pela quebra de rendimentos que se verifica na fileira da pesca.

Para os Açores é prioritário tomar medidas que evitem a sobrepesca, situação que acarretaria consequências negativas no rendimento, em particular dos pescadores e das comunidades piscatórias.

2. Qual a história, visão, valores e objetivos da federação e os seus fatores de sucesso?

A FPA foi fundada em 2005 e surge por vontade do movimento associativo da pesca nos Açores. Agrupa as associações da pesca das nove ilhas dos Açores e com todas as suas associadas mantem contactos permanentes sob a forma de reuniões locais, de ilha ou do arquipélago, auscultando os problemas e as necessidades da pesca e encaminhando os mesmos para análises técnicas ou estudos especializados, tendo em vista as estratégias a adotar.

Defender os interesses da pesca nos Açores, em Portugal continental e no estrangeiro, salvaguardando sempre a componente social, ambiental e económica da

atividade são os objetivos da FPA, na defesa de uma vida digna e de qualidade para todos os pescadores que desejam continuar a sua atividade.

A FPA trabalha no sentido de alertar e empenhar o Governo Regional e da Republica na concretização de estratégias essenciais, defendendo uma política de pescas que respeite os códigos de conduta para uma pesca responsável e sustentável.

A FPA assume a representação dos Açores junto da CE em Bruxelas, e a participação em todos os fóruns da pesca. A FPA está consciente de que estas responsabilidades só poderão ser alcançadas em plano de igualdade com os outros Estados Membros, se for capaz de garantir a constituição de Departamentos de Apoio Técnico, Jurídico e Financeiro, e a participação e empenho de especialistas na área do ambiente, economia e sociologia da pesca.

Como representante do associativismo a FPA tem por direito próprio, o reconhecimento dos diversos Governos de Portugal, junto das instâncias europeias e o estatuto de Parceiro Social.

Ao nível internacional a FPA está representada nos diferentes Conselhos Consultivos, em particular no das RUP.

Dos vários serviços técnicos prestados, a FPA colabora em ações para a valorização dos produtos da pesca e da comunidade piscatória, de sensibilização, educação e formação profissional, e na ajuda direta às empresas da pesca. A FPA cria mecanismos de aproximação aos vários atores da fileira da pesca - da investigação ao consumo.

3. Os Açores têm realmente o melhor peixe do mundo?

Sim, temos pescado de excelente qualidade. Temos métodos de pesca tradicionais nos Açores, os aparelhos de linha e anzol dominam as diversas pescarias.

Entende-se como pesca com linhas e anzóis, a arte de pesca que se caracteriza pela existência de linhas, em regra com um ou mais anzóis, lastros e bóias. A pesca à linha engloba diferentes artes, nomeadamente: como o palangre de fundo, para espécies demersais e de profundidade; o palangre de fundo, para espécies de grande profundidade; linhas de mão e salto e vara.

4. Em que ponto está a frota e o emprego nas pescas?

Achamos que garantir a sustentabilidade dos recursos assegurando em simultâneo o rendimento dos pescadores, deve estar no centro de atenção de todos, para isso deverá ser necessário que o governo assuma o setor das pescas como um setor estratégico para a Região, pelo emprego que gera, pelo impacto social que tem na comunidade, pela grande contribuição que tem nas exportações, pela excelência de qualidade que o nosso pescado tem que é quase única no mundo.

A nossa frota é caracterizada por cerca de 700 embarcações licenciadas a operar no mar dos Açores, cerca de 80% dessas embarcações têm menos de 12 metros de comprimento fora-a-fora, o que faz com que pesquem tradicionalmente nos bancos de pesca ou nos montes submarinos mais próximos das costas das ilhas, efetuando a faina de pesca com durações não superiores a um ou dois dias.

A frota regional encontra-se com indicies de qualidade, segurança e conforto o que permite que se possa permanecer mais tempo no mar com melhores condições de armazenamento a bordo proporcionando um pescado de melhor qualidade e um incremento do preço na primeira venda.

5. Sem investimento, qual a sustentabilidade das pescas quando se fala tanto na valorização do pescado? A Aquacultura é alternativa?

Medidas que visem garantir a sustentabilidade dos recursos elaborando planos de defeso, recuperação e de gestão de pesqueiros tradicionais e avaliar a sua implementação a curto prazo devendo os mesmos assegurar os rendimentos dos pescadores.

Medidas que visem não aumentar o esforço de pesca ajustando a frota aos recursos marinhos existentes e às quotas disponíveis, promovendo ao abate de embarcações, garantindo mais dignidade a quem quer continuar no setor e a quem quer sair da pesca.

Ainda no âmbito da sustentabilidade dos recursos deve ser revisto o regulamento da pesca lúdica uma vez que a preocupação do estado dos *stocks*

deve ser de todos, propomos a redução das quantidades permitidas de captura e a limitação de licenciamento de embarcações de pesca lúdica, mais Fiscalização.

Por forma a continuar a aumentar o preço de venda em lota é imperativo continuar a procurar novos mercados para o peixe fresco dos açores e apostar na promoção da qualidade do nosso pescado com um sistema de transportes aéreos eficazes que permita colocar o nosso pescado nos mercados rapidamente e com custos competitivos.

Para os tunídeos deveremos propor que a CE defenda junto das organizações internacionais em causa, uma vez que a arte de pesca utilizada pela frota regional é seletiva e pouco predatória, não se justificando que seja objeto das mesmas medidas restritivas aplicáveis ao número de dispositivos de agregação de peixe (FAD'S) que estes utilizam.

E sim a aqualcultura pode ser uma solução no médio e longo prazo.

6. Qual a sua opinião sobre as quotas estabelecidas pelo Governo Regional para a manutenção de espécies piscícolas, como é o caso do goraz?

A FAP orgulha-se do esforço que todas as associações federadas têm tido na defesa da pesca responsável nos Açores, pela sustentabilidade dos ecossistemas marinhos. Dentro da fileira da pesca, o setor associativo, tem dado o exemplo de maturidade na gestão da pescaria do goraz, não admitimos por isso, quando para breve estiverem abertas as negociações de quota para o próximo biénio, quaisquer cortes suplementares nas possibilidades de pesca para esta espécie.

Assim, considera a FPA que, depois do enorme esforço que o subsector extrativo tem tido na gestão desta espécie, limitando as possibilidades de pesca, com consequências económicas e sociais consideráveis, não iremos admitir qualquer nova restrição ou limitação à pesca do goraz. A ver:

- Procurámos esclarecer-nos juntos de instituições científicas, participamos e organizámos vários encontros para discutir soluções para a boa gestão desta pescaria;
- Fez-se, pela primeira vez uma suspensão temporária da pesca do goraz, por motivos económicos e para garantir uma boa gestão da pescaria;
- Implementámos um período de defeso, coincidente com o período de pico de reprodução da espécie;
- Aumentamos do tamanho mínimo de captura;
- Eliminámos a margem de tolerância, que era de 15%, de pesca (acidental) abaixo do tamanho mínimo de captura;

- Restringimos inicialmente o uso de palangre-de-fundo dentro das três milhas em torno das ilhas, hoje pescamos apenas com linhas de mão e, no próximo ano, fica proibida toda e qualquer pesca com a arte de palangre-de-fundo dentro das 6 milhas em redor das ilhas;
- Num esforço por vezes difícil de gerar consensos, implementámos a gestão da quota para esta espécie por ilha e por embarcação;
- Somos parceiros do DOP numa experiência científica no monte submarino Condor, sendo um dos principais objetivos, perceber como se dá e qual a recuperação destes ecossistemas, por várias espécies de peixes demersais com interesse comercial, incluindo o goraz.

Ainda assim acreditamos que é possível uma melhor gestão, nomeadamente alterando o atual paradigma de gestão por quotas e considerando limitações ao impacto que frotas “não regionais” têm tido para lá das 100 milhas (até às 200 milhas) do mar dos Açores.

Qualquer outra limitação à possibilidade de pesca, que se traduza em cortes de quota, é uma afronta e um desrespeito ao esforço que armadores e pescadores Açorianos têm tido na gestão desta pescaria.

7. Quais as suas maiores preocupações em relação à pesca?

O mais preocupante relaciona-se com a falta de recursos originado a quebra de rendimentos dos pescadores. É importante incentivar a criação de formas de rendimento alternativo, complementar à pesca, diversificando atividades e marcando a diferença pela

qualidade dos produtos, permitindo que os rendimentos gerados sejam distribuídos com maior benefício aos pescadores.

Acredito que é possível diversificar a atividade da pesca por forma a obter mais rendimento, valorizando espécies de menor valor comercial, investindo noutras pescarias ou criando rendimento em atividades que podem ser complementares à pesca. A transformação e processamento, a comercialização, acreditamos que o turismo e a aquicultura podem constituir uma solução para a criação de rendimento na pesca.

Associação de Comerciantes do Pescado dos Açores

Pedro Melo, Secretário Geral

1. Qual a sua opinião sobre a situação geral da pesca nos Açores?

Em nossa opinião, o setor das pescas nos açores passa por um dos momentos mais difíceis de toda a sua história.

Primeiro porque não foram tomadas medidas sobretudo na área da produção, adequando a mesma à realidade atual quer ao nível do número de profissionais, quer em relação ao número de embarcações, que em ambos os casos consideramos excessivos, depois a formação profissional que nesta área é quase inexistente, levando a que se assista a métodos de trabalho e tratamento do pescado hoje considerados ultrapassados.

Segundo porque estamos a assistir a uma escassez nos recursos muito grande, o que leva a pensar que o setor se não tiver um pensamento e uma ação no sentido de proteger as espécies que passam por este problema, irá a breve trecho sentir fortes problemas na sustentabilidade do mesmo.

Por último, sentimos que existe pouca vontade política de ter para com o setor das pescas uma atitude pragmática, tomando a devidas medidas de correção que o setor tanto necessita. Isto deve-se em nossa opinião ao “medo” existente na classe política e também ao nível das associações do setor para os possíveis problemas sociais que daí advêm. No entanto a falta de ações corretivas está a levar o setor para a falência.

2. Qual a história, visão, valores e objetivos da associação?

A ACPA, foi constituída em 2007, pela necessidade que os comerciantes de pescado em fresco dos Açores, sentiram em ter uma só voz junto das entidades Governamentais, das entidades Públicas com quem têm relações institucionais e comerciais e ainda com os restantes parceiros do setor.

Por outro lado, os comerciantes (vulgos compradores), sentiram que seria muito importante haver união em torno de diversos temas que eram comuns a todos e que só estando unidos é que teriam a força necessária para os puder combater e alterar.

A visão que norteia a ação da ACPA, passa sobretudo por junto dos seus associados a fazer um constante apelo às boas práticas comerciais, ao incremento na qualidade do pescado, á constante formação profissional por forma a os tornar mais competitivos, a um “olhar” constante nas realidades dos diversos mercados aonde operamos por forma a poder aconselhar e fazer chamadas de atenção em tempo útil sobre as oscilações, alterações ou comportamentos destes mesmos mercados, e ainda a delinear estratégias comuns por forma a manter a estabilidade e sustentabilidade do setor da comercialização.

Como objetivos, embora alguns já foram referidos anteriormente são os seguintes:

- Definir em conjunto com os associados, as linhas gerais de atuação, a defesa dos interesses dos empresários, bem como zelar pelo exercício comum dos respetivos direitos e obrigações;
- Representar os interesses dos nossos associados junto dos Órgãos Estatais e de outras entidades publicas ou privadas;

- Proporcionar aos associados serviços de apoio e incentivo ao respetivo desenvolvimento, privilegiando a procura por novas oportunidades de negócio, assim como facultar apoio em áreas como a jurídica e a económica, e outras que se revelem de interesse.

3. Qual o papel da associação na valorização do pescado dos Açores?

A ação da ACPA na valorização do pescado dos Açores, passa muito por um discurso de que o importante é a qualidade em detrimento da quantidade, sobre as questões da segurança alimentar, da apresentação e acondicionamento do pescado, da procura de mercados que valorizem a qualidade do mesmo. A um nível mais prático fazemos a defesa da qualidade do nosso pescado em fóruns regionais, nacionais e ainda internacionais, estando presentes em feiras relacionadas com o setor, encetar contactos Institucionais e comerciais com entidades congéneres de outros países, por forma a poder criar novas oportunidades de negócios para os nossos associados e ainda intermediando contactos e negócios entre empresas exteriores aos Açores e os nossos associados.

4. Quais os critérios na escolha de um novo associado e quais os requisitos previamente necessários?

Como critério primeiro é fundamental a um proponente a socio da ACPA, ter como objetivo a união do setor, ter uma conduta seria enquanto comerciante e ter uma posição construtiva dentro e fora da nossa organização.

Como requisitos para ser nosso associado, a empresa ou empresário tem que ter sede nos Açores e ter como negocio a comercialização e transformação de pescado em fresco.

5. Com o número de intermediários desde a captura ao cliente final e a disparidade de preços, onde fica a margem?

Depende do número de intermediários e inclusivamente do tipo de mercado a que nos estamos a referir. Por exemplo, se esta rede de intermediários for numerosa, dita-nos a experiencia que a tendência é a margem ser mais repartida por todos, no entanto não podemos dizer que é sempre assim, no caso de o retalhista estar num país diferente do ultimo intermediário pelo facto de estar mais próximo do consumidor final pode aplicar uma margem consideravelmente superior, sobretudo se estamos perante um mercado de melhor qualidade e de um nível de vida elevado.

Depois temos como exemplo uma rede curta de intermediários a operar no mesmo mercado, aqui a tendência é a repartição das margens. Outro exemplo é o de uma rede de intermediários curta, mas que o retalho age sobre a forma de consulta aos diversos *players* do mercado, neste caso iremos assistir a uma pressão no preço de compra, por se introduzir o fator de concorrência e assim assistirmos a uma distribuição de margem claramente favorável ao intermediário que vende ao consumidor final.

Entendemos que é necessário caracterizar primeiro a rede de intermediários e o tipo de mercado em que operam para melhor sabermos como se efetua esta distribuição de margens.

6. Que futuro têm as pescas em termos de competitividade no exterior, quando é publico que há falta de transporte de pescado fresco e até que ponto pode condicionar a entrada em novos mercados?

Em nossa opinião, é muito difícil sermos mais competitivos, a não ser pela via da qualidade, como sabemos não temos na pesca assim como em outros setores da nossa atividade económica, uma economia de escala, levando assim a que nunca seremos competitivos pela via do preço dos nossos produtos, neste caso só nos resta a qualidade.

Embora estejamos a “meio” canal entre a América do Norte e Europa, algo que normalmente seria considerado uma vantagem, por nos abrir mercados a montante e a jusante, somos infelizmente uma Região muito mal servida de transportes de carga, sobretudo no que se refere ao transporte de carga aérea, aquele que melhor serve o nosso setor por trabalharmos com um produto altamente perecível.

Ora, enquanto se verificar as condições atuais do transporte de carga aérea, será extremamente difícil de partirmos em busca de novos e melhores mercados para o nosso pescado em fresco. Esta aliás tem sido uma das grandes batalhas que a ACPA se tem envolvido desde o ano de 2011, tentando sensibilizar o poder político da necessidade de uma melhor rede de transporte para o nosso pescado, inclusivamente pressionando para termos um serviço de um cargueiro aéreo entre os Açores e Lisboa.

7. Qual o papel da indústria conserveira?

A indústria conserveira (entenda-se que não falamos aqui de indústria transformadora), mas sim de pescado em conserva, pois pensamos que ao nível da conserva de atum só se deveria trabalhar com o atum capturado nos Açores e nunca com atum

importado, dado que isto descaracteriza totalmente a marca Açores. O que deveria ser feito ao nível da conserva é passar a fazer conservas do chicharro que temos em quantidade, da cavala e possivelmente de outras espécies que após os devidos estudos pudessem ter interesse para a indústria da conserva de pescado, com isto diversificávamos a nossa oferta nesta área.

Se quisermos falar de indústria transformadora de pescado, aqui sim, existe muito a fazer sobretudo no que diz respeito a criação de pequenas indústrias de transformação de pescado, as quais devem criar produtos de alta qualidade para nichos de mercado muito específicos, nomeadamente para o turismo, hotelaria e restauração.

8. Quais as suas maiores preocupações em relação à pesca?

Apesar que ao longo deste questionário já ter referido muitas das nossas preocupações em relação à pesca passo a elencar algumas delas:

- Gestão eficaz dos recursos piscícolas nos Açores;
- Restruturação do setor da produção, (diminuição do número de embarcações e de profissionais dedicados à pesca);
- Formação profissional a toda a fileira do pescado;
- Melhor tratamento do pescado a bordo das embarcações, melhorando a sua qualidade;
- Melhor fiscalização, por forma a reduzir a economia paralela;
- Melhorar a logística de transportes no inter-ilhas e para fora da RAA;
- Promoção do nosso pescado no mercado interno e externo;
- Atribuição de certificados internacionais ao nosso pescado;

- Melhorar consideravelmente o acondicionamento e o embalamento do pescado recorrendo a novas tecnologias;
- Maior peso de todos os agentes do setor nas decisões e estratégias para as pescas.

Azorfisk, Unipessoal, Lda.

Simão Neves, Diretor Geral

1. Qual a sua opinião sobre a situação geral da pesca nos Açores?

A principal questão prende-se com o elevado grau de informalidade que está presente ao nível da produção, que acaba por traduzir-se, por exemplo, na reduzida perceção de que um barco é praticamente uma empresa e deve ser gerido como tal.

Isto também é fruto de uma reduzida cidadania e conceito de partilha, que se traduz no pensamento de muito curto prazo.

Considero que a venda ilegal de pescado tem um peso decisivo, pois:

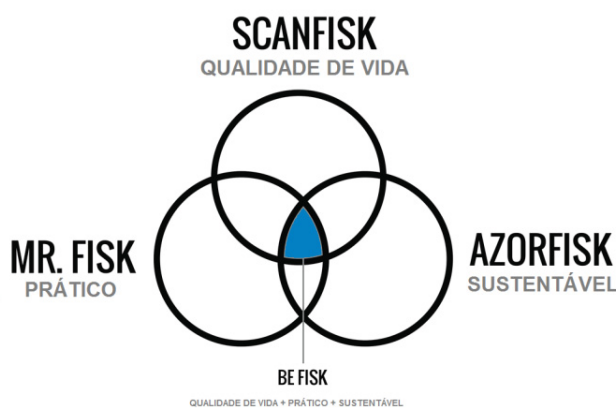
- Impossibilita o controlo das espécies e da sustentabilidade;
- Origina um aumento artificial do preço do peixe em loja, com claros reflexos negativos para o cliente final;
- Gera concorrência desleal;
- Não permite o devido controlo da saúde pública, colocando a circular pescado sem o devido rastreio e cumprimento de normas legais, que pode causar graves problemas uma vez que o mercado HORECA é maioritariamente fornecido desta forma;
- Não permite o cálculo do real rendimento do pescador podendo estar a ser injusta a repartição dos apoios sociais.

Acima de tudo existe muito pouca ligação e diálogo entre os diversos *stakeholders* da economia do mar.

2. Qual a história, visão, valores e objetivos da empresa?

A Azorfisk, Unipessoal Lda foi criada em dezembro de 2015, tendo iniciado a sua atividade em março de 2016.

A visão da Azorfisk é conseguir fazer as pessoas serem Fisk:



Defendemos os valores da Sustentabilidade, Respeito pelo Meio Ambiente e pela Vida Saudável do Consumidor, Responsabilidade, Confiança e Parceria.

Os objetivos da empresa é fazer chegar a qualidade do peixe dos Açores nas melhores condições ao maior número de consumidores, através de parceiros credíveis e que partilhem dos nossos valores e visão.

Mais importante do que estar ligado a uma grande empresa espanhola, é estar ligado a uma empresa espanhola que tem uma elevada consciência estratégica, de futuro e busca constante pela inovação. Isto integra-nos numa estratégia global e permite-nos beneficiar de conhecimento e práticas avançadas. Por outro lado, a permanente consciência de gestão de

excelência e exigência nos pormenores, sem descurar a inovação e empreendedorismo permitem-nos estar disponíveis para novos desafios.

3. Relativamente ao preço de venda, considera justo tanto para os compradores como para o cliente final?

O preço de venda está totalmente influenciado e inflacionado pela drástica redução de peixe disponibilizado em lota, fruto da pesca e venda ilegal, causando graves problemas quer aos compradores (que não trabalham na e com a ilegalidade), quer ao cliente final que no limite opta por retirar o peixe da sua dieta alimentar.

Neste momento assiste-se a uma artificialidade do preço fruto de fatores que em nada tem a ver com a qualidade, mas sim com fatores relativos à concorrência desleal, que também muitas vezes é fomentado pelos clientes que trabalham somente com o foco no preço, descurando pormenores como qualidade, origem do peixe e que condições se conjugaram para formulação do preço que lhe está a ser oferecido.

4. Como encara o problema da sobre exploração e que mecanismos existem para atenuar estes efeitos?

É necessário em primeiro lugar controlar a pesca e a venda ilegal e a pesca informal (lúdica), por forma a percebermos os reais números dos *stocks* de pescado.

Depois deve ser efetuada uma discussão séria sobre todas as causas que estão a originar a falta de peixe nos locais onde era usual existir, cujas causas podem não ser somente fruto da sobre exploração, mas também:

- fruto de alterações climáticas, que alteram os ecossistemas;

- fruto de alterações na cadeia alimentar do ecossistema, por exemplo com o surgimento de orcas, com um possível excesso de golfinhos (muito vorazes) e até com as consequências drástica redução de cardumes de atuns que acabam por não exercer a normal pressão sobre as restantes espécies que optam por se “esconder” mais junto à costa quando há muito atum, o efeito da cada vez maior quantidade de plástico no meio aquático, com reflexos na alimentação dos peixes, e outros fatores que possam não estar identificados.

Este ponto é um exemplo claro da falta de diálogo e ligação entre os *stakeholders*, privilegiando-se sempre a culpabilização de algum em vez da identificação de causas dos problemas para encontrar as melhores soluções.

5. Quais os principais problemas no setor das pescas nos Açores e como a empresa pensa que vai reagir no futuro perante a competitividade internacional?

O principal é sem dúvida a informalidade que a qualquer momento pode originar um grave problema de saúde alimentar, de imagem e/ou de qualidade, levando de arrasto todo o peixe dos Açores, uma vez que na informalidade não há HACCP, controlo, preocupações com a sustentabilidade das espécies, e por outro lado, pode levar a uma redução drástica da renovação de licenças de pesca por falta de histórico e inclusivamente à redução de quotas em virtude das descargas oficiais de algumas espécies serem menores do que os limites.

Por outro lado, esta informalidade não permite controlar os *stocks*, podendo estar-se a incorrer num complexo problema sustentabilidade maior do que o que neste momento se pensa existir.

A Azorfisk tem trabalhado de perto com a ACPA e com as entidades públicas para reduzir a informalidade.

Por outro lado, aderimos ao Grupos de Ação Local (GAL) Açores Oriental para apoiar o desenvolvimento local das comunidades costeiras.

Relativamente à competitividade internacional, desenvolvemos processos de I&D próprios e integrados na empresa mãe para se conseguir retirar a máxima eficiência dos recursos, fazer chegar o peixe o mais longe possível e cada vez em melhores condições de qualidade, sempre acrescentando valor para que a viabilidade da empresa depende cada vez menos do fator quantidade, substituindo-o por qualidade.

6. Considera a burocracia em vigor uma barreira à informação e eficiência no setor?

Não creio que seja um problema significativo e específico no setor. Penso que é uma barreira muito pior as exigências, procedimentos e controlos de alguns clientes, que algumas vezes nem tem paralelo no grau de exigência interna que colocam aos seus próprios procedimentos, controlos e colaboradores.

7. Quais as suas maiores preocupações em relação à pesca?

- O preço, pois pode afastar o consumidor final para produtos substitutos;
- A informalidade, que não permite trabalhar diretamente com os pescadores melhorando assim o seu rendimento por troca de uma melhor qualidade na forma como o peixe é tratado;

- A concorrência desleal, que origina modelos de negócio e introdução de práticas lesivas do mercado e que criam vícios que se tornam muito complicados de reverter quando a empresa fecha;
- A falta de identificação clara e “apartidária” dos problemas da pesca, que não permite que se encontrem as soluções mais eficazes, uma vez que não se fez um correto diagnóstico;

A dificuldade de diálogo e trabalho conjunto entre *stakeholders*, que não permite a definição de estratégias integradas e conjuntas.

Associação de Pescadores Graciosenses

Lázaro Silva, Presidente

1. Qual a sua opinião sobre a situação geral da pesca nos Açores?

A minha opinião sobre a situação geral da pesca nos Açores passa sobretudo pela escassez de algumas espécies e por uma melhor gestão dos recursos marinhos. Admito que a quota da espécie goraz veio trazer mais rendimentos aos pescadores regionais, originando uma melhor valorização desta espécie, onde os pescadores perceberam que “não é por pescar muito que está o rendimento”.

2. Qual a história, visão, valores e objetivos da associação?

A nossa associação como todas as outras do setor piscatório tem um estatuto próprio, e o nosso é defender os nossos pescadores perante as entidades governamentais regionais, nacionais e internacionais, como dar conhecimento aos nossos associados de todas as portarias e despachos aplicados pelo Governo, tratar de toda a burocracia dos mesmos, incluindo as formações para a pesca, subsídios, etc.

3. Quais são os fatores de sucesso da associação, que é reconhecida pela dinâmica dada na gastronomia açoriana?

A nossa associação tem sido inovadora e como tal, faz parte do nosso trabalho a valorização do pescado. Desta forma, promovemos o nosso pescado participando em certames de gastronomia a nível local, regional e até nacional, fazendo degustações e *showcookings* do nosso peixe fresco e seco, sendo o nosso peixe seco considerado por

alguma crítica como sendo o "nosso bacalhau". É por sermos inovadores que temos recebido um reconhecimento muito positivo a nível local, nacional e até internacional.

4. A associação sente a insularidade quando tenta tirar o peixe da ilha?

Atualmente não sentimos a insularidade de outrora. Felizmente, essa dificuldade está a ser colmatada com melhores ligações aéreas, as quais a transportadora SATA está a ter um papel muito importante no escoamento do nosso pescado, mantendo a qualidade e preservação do mesmo além Açores.

5. A atividade em cooperativa permite que o esforço de pesca seja superior ou inferior aquele que seria obtido sem o associativismo?

No que diz respeito ao peixe de exportação e falando em espécies como o goraz, o esforço da pesca tem-se mantido ao mesmo nível, isto porque as embarcações têm uma quota atribuída cabendo aos armadores saber fazer uma boa gestão da mesma. Já em relação a outras espécies que não tinham grande valor comercial, como o congro, o cântaro, a boca-negra, a moreia, entre outras, o esforço de pesca tem sido superior, uma vez que estas espécies foram valorizadas por nós, criando mais rendimentos aos nossos pescadores locais como mais postos de trabalho. Assim, para mantermos estes postos de trabalho, ou seja, manter também as peixarias em funcionamento, precisamos de mais pescado e variadas espécies, as quais acabam por ser uma mais valia para a economia local. Esta valorização do pescado e aumento do rendimento dos nossos pescadores devesse muito ao trabalho desenvolvido pela nossa associação e cooperativa.

6. Quais as principais vantagens do associativismo?

As principais vantagens do associativismo passam, sobretudo, por defender os nossos associados, os quais podem ter uma voz ativa, participando em reuniões e em assembleia-gerais, podendo também exercer o seu direito de voto, dar a suas opiniões e preocupações, e como ponto primordial, serem os mesmos defendidos pela nossa associação de pescadores perante as entidades governamentais.

7. Quais são as principais motivações dos armadores para se associarem e fazerem parte da cooperativa? Será apenas uma motivação monetária?

As principais motivações dos armadores para se associarem à nossa cooperativa passam pela facilidade que nós temos em arranjar e disponibilizar material de pesca e Isco para os mesmos poderem trabalhar, a preços acessíveis bem como na valorização do pescado capturado pelos próprios. Os mesmos reconhecem que as condições por nós disponibilizadas são uma mais valia no acréscimo dos seus rendimentos e na valorização dos produtos da pesca.

8. Os associados têm direitos de gestão ou apenas possuem o direito ao uso?

Os associados têm sempre direitos de gestão quando houver uma maioria ou votação em assembleia-geral. Por si só, nenhum associado tem direitos de gestão, isto porque existe uma direção que por si própria poderá decidir ou deliberar.

9. Até que ponto os associados estão abertos à mudança, tanto tecnológica como de novos métodos e artes de pesca?

É muito complicado ser representante do setor piscatório, uma vez que há sempre discordância por parte de alguns associados, principalmente quando se fala em novas artes de pesca, os quais teimam em não quererem ver a realidade. Desta forma, baseamos nas maiorias para decidirem qualquer mudança, mesmo contra os que não concordam com as mesmas.

10. Quais as suas maiores preocupações em relação à pesca?

As minhas maiores preocupações em relação à pesca passam sobretudo pela escassez de algumas espécies, com maior notoriedade para a espécie migratória o atum, a qual está ser travada e capturada no Golfo da Guiné, impossibilitando a sua subida no Atlântico até aos Açores. A nossa associação já propôs por várias vezes ao Governo Regional uma “gestão por ilha”, onde nós próprios poderíamos fazer a nossa gestão com base nos recursos existentes.

Desta forma e em jeito de conclusão, procuramos e lutamos sempre por uma boa gestão dos recursos marinhos e sobretudo, a valorização do nosso pescado e consequente aumento do rendimento dos nossos pescadores locais.

Armador

Emanuel Moniz, Rabo de Peixe

1. Qual a sua opinião sobre a situação geral da pesca nos Açores?

Em modo geral até á data encontrasse boa, ou seja, há peixe em diversas áreas.

2. Qual a sua visão sobre a frota e o emprego na pesca nos Açores?

A falta de emprego vem a aumentar, na minha opinião, pelo fato de atribuírem escolaridade mínima na pesca que é a minha área, tendo em conta que pessoas na casa dos trinta anos terem de tirar pelo menos o 9º ano de escolaridade para poderem embarcar em qualquer embarcação, uma vez que, por estas idades estas pessoas precisam de sustentar as suas famílias e já não tem meios nem tempo para pensar nos estudos.

3. Qual a sua opinião quanto ao esforço de pesca e à sazonalidade?

Na minha opinião o esforço na pesca aumenta quando em alturas existe menos peixe, nesta altura o esforço aumenta.

4. De que forma alcançam níveis ótimos na captura dos recursos naturais?

Quando as espécies estão com preços altos em lota.

5. As comunidades piscatórias têm as suas práticas, escolas e pensamentos próprios. De que forma sente isto nos pescadores dos seus barcos?

São pessoas que vivem da pesca e para a pesca, onde só tem o pensamento de ganhar o seu dia para sustentar as famílias.

6. Com o número de intermediários desde a captura ao cliente final e a disparidade de preços, onde fica a margem?

A margem varia, quando as espécies são mais valorizadas e os preços tendem a aumentar, mas devem estar na percentagem dos 70% 80%.

7. Quais as suas maiores preocupações em relação à pesca?

A falta de trabalhadores, pelo fato de novas leis pelos trabalhadores viverem da pesca durante anos e agora terem de estudar, logo o tempo diminui, e para os armadores torna-se difícil ver que querem trabalhar e lutar pelo sustento das suas famílias, mas não podem embarcar nas embarcações por não terem habilitações suficientes. E quando tem de fazer o defeso de algumas espécies e não abrem outras margens nem outros horizontes para nós que vivemos da pesca e para a pesca, sem outros meios de sustento.

UNIVERSIDADE DOS AÇORES
Faculdade de Economia e Gestão

Rua da Mãe de Deus
9500-321 Ponta Delgada
Açores, Portugal